



Pág. 5

Comício de amizade com a Bulgária. O recinto na Cova da Piedade revelou-se pequeno

COMÍCIO DE AMIZADE COM O POVO BÚLGARO

ADERE
AO
PCP



Promoção Conquistas de Abril

Os camaradas das organizações Regionais do Norte e das Beiras já ultrapassaram as suas metas - e continuam!

Pág. 12

A NOVA LEI DAS AUTARQUIAS

● Algumas questões

Pág. 9

VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!

As forças progressistas de todo o mundo comemoram o 60.º aniversário da Revolução soviética e as vitórias da Pátria de Lénine na construção do socialismo e do comunismo



O carácter democrático da Revolução de Outubro - artigo de Konstantin Zarodov



Hoje como sempre, ombro a ombro com o PCUS - artigo de Álvaro Cunhal



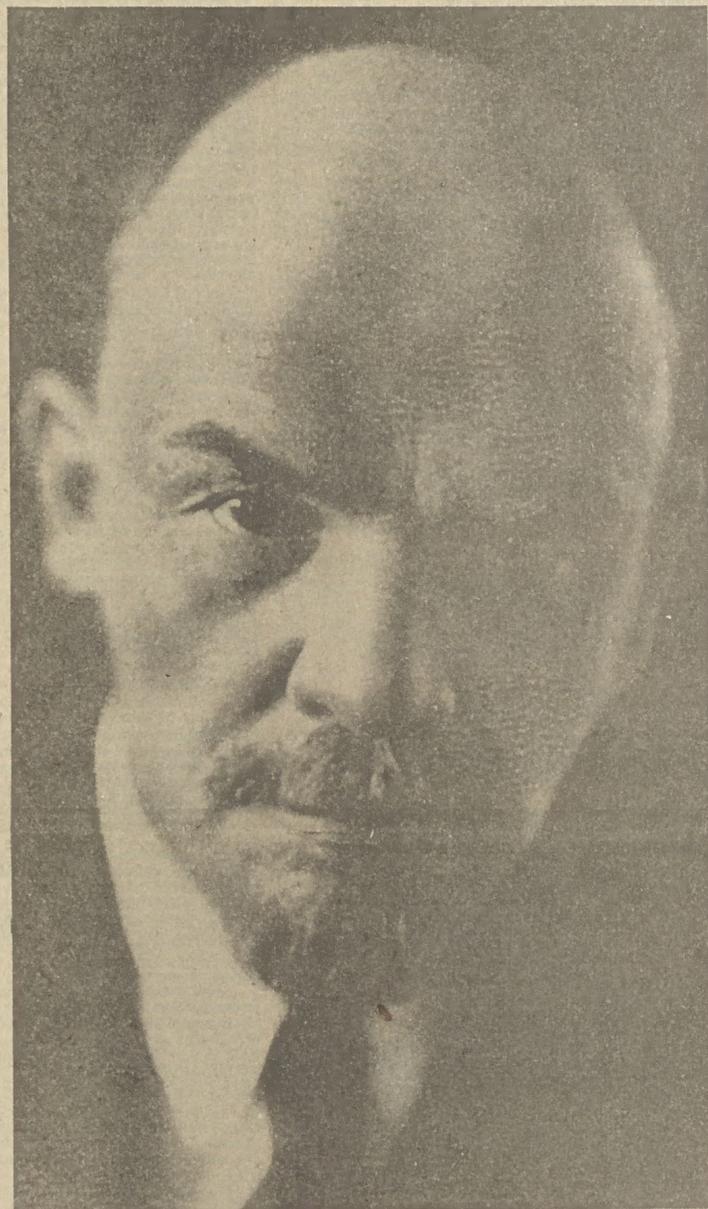
Factos e imagens da URSS

Páginas centrais

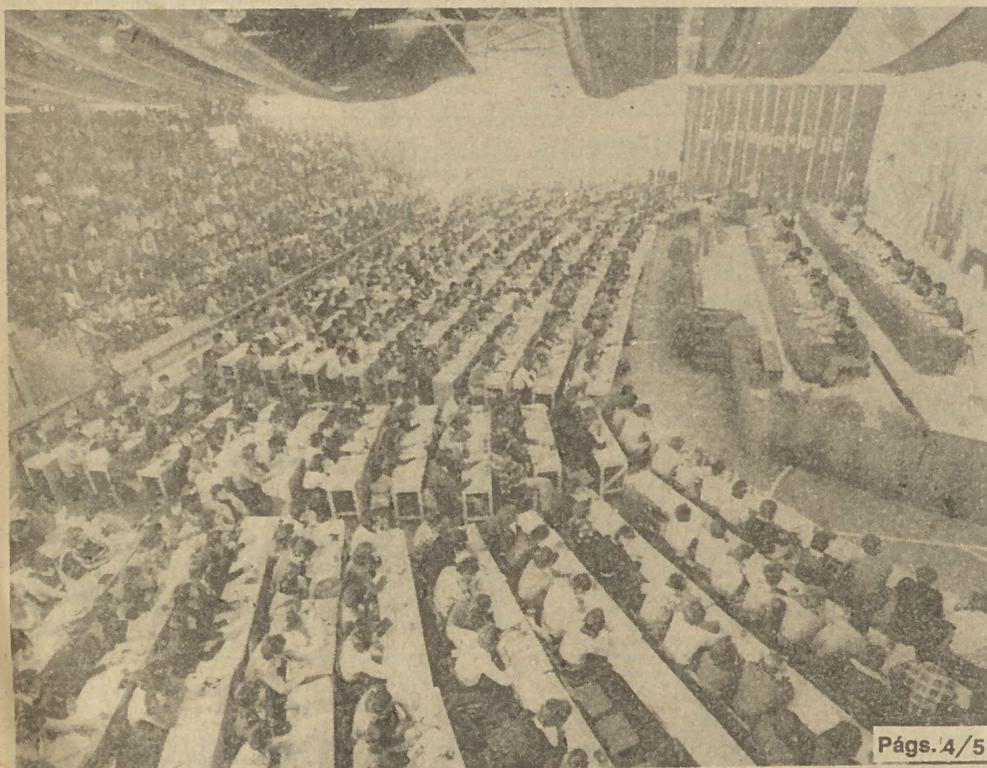


Comemorações em Portugal do 60.º aniversário da Revolução de Outubro

Pág. 10



Vladimir Ilich Lénine, em 1920



Págs. 4/5

A juventude na procura de soluções para o desemprego, que actualmente é afectada. Centenas de delegados de todo o país estiveram reunidos, sábado e domingo, em Sacavém

Encontro nacional promovido pela UJC e UEC

A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DO DESEMPREGO EXIGE UMA VIRAGEM NA POLÍTICA ACTUAL

Editorial

DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO SIM, CONVERSA INCONSEQUENTE NÃO

O Primeiro-Ministro emitiu de Paris um comunicado sobre as conversações com os partidos políticos com assento na Assembleia da República e com os "parcelos sociais" no qual afirma que «não negociará sob ameaça nem muito menos em resposta a ultimatos».

Ora quem ameaçou o Governo e quem lhe apresentou "ultimatos" foram os partidos da direita - o PPD/PSD e o CDS. Como todos se lembram foi Sá Carneiro quem intimou o Governo a definir até 31 de Outubro a sua posição quanto às exigências formuladas pelo seu partido e foram os dirigentes do PPD e do CDS quem ameaçou o Governo com moções de censura na Assembleia da República caso não se curvasse às suas exigências.

É por isso algo estranho e incompreensível que o Governo, ao mesmo tempo que Mário Soares fazia tão solenes advertências, se tenha apressado a entabular negociações com o PPD antes que expirasse o prazo do ultimato e que este partido e o CDS tenham depois considerado satisfatória e positiva a posição de Mário Soares.

Que se passa? Que se teria concluído nas "negociações" com o PPD que justifique uma tão súbita mudança de atitude da parte destes partidos? Qual o teor das conversações com o partido de Sá Carneiro? Seria útil que o Governo esclarecesse com urgência o País acerca da natureza dos problemas tratados e dos compromissos assumidos.

É que há razões para temer que o PS se tenha curvado de facto às exigências da direita e se tenha comprometido a levar por diante ainda com maior afinco a sua política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista que está na base do agravamento da crise.

(continua na pág. 2)

- Centenas de pessoas na inauguração do novo Centro de Trabalho em Teixoso (Covilhã)

- Um jovem de 17 anos no Organismo de Direcção da 2ª Zona (Lisboa)

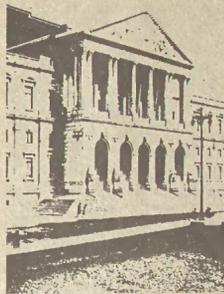
Pág. 10



Pág. 10

Um aspecto da reunião do Conselho Nacional do MDM

ENCONTRO NACIONAL DO MDM



Os Comunistas na Assembleia da República

Direita já confunde democracia com ilegalidade fascista

No decorrer da última sessão plenária da Assembleia da República, os partidos da direita reaccionária perderam a tramontana, como vulgarmente se costuma dizer, deixando que o seu verniz democrático estalasse em pouco tempo, mostrando bem o tipo de convivência democrática que pretendem.

Tudo começou com a apresentação, por parte do deputado do PS Raul Rego, de um voto de protesto contra declarações proferidas pelo presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Sé ao semanário reaccionário "O Diabo", e pelo presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros ao jornal "A Capital".

Em ambas as declarações, os dois presidentes — curiosamente eleitos um pelo PPD e o outro pelo CDS — ameaçavam promover a execução de actos de sabotagem, nomeadamente cortar o fornecimento de electricidade à cidade de Lisboa.

O voto de protesto apresentado pelo deputado socialista era, pela gravidade dos factos apontados, extremamente oportuno. Tratava-se de denunciar e condenar ameaças de acções terroristas e, por isso, Raul Rego, na apresentação do seu voto, classificou muito claramente as citadas personagens que assim actuam de bombistas.

Rui Pena, do CDS, preferiu chamar-lhes, despidoradamente, **homens públicos**. Só que se enganou na data; **homens públicos** sim, mas de antes do 25 de Abril...

Instados a pronunciarem-se sobre estas atitudes de gente sua, os partidos reaccionários atrapalharam-se e as declarações que fizeram valem por si.

Sérvulo Correia, em nome do PPD, começou por se escusar com a existência de possíveis ambigüidades nas notícias,

acrescentando que bombistas — só existem depois de judicialmente condenados...

Por sua vez, Rui Pena, do CDS, preferiu agarrar-se não à forma das opiniões, mas à substância. Errado parecer, uma vez que os **homens públicos** não esclareceram qual a substância que estão a pensar utilizar para concretizar os seus desígnios bombistas. Este destacado deputado da direita reaccionária acrescentou ainda que as notícias tinham sido publicadas em jornais que têm ilustres socialistas como directores. Tratava-se de uma referência à conhecida reaccionária Vera Lagoa. Porém, Raul Rego deu a Rui Pena a resposta que este talvez não esperasse: Não a considero democrata, quanto mais socialista.

"AONDE CHEGARAM OS SENHORES!"

Por seu turno, o deputado comunista Carlos Brito considerou ser da maior oportunidade o voto apresentado pelo deputado Raul Rego. Nas breves palavras que proferiu a este respeito, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP comentou favoravelmente a intervenção repassada de justa indignação que produziu o deputado socialista.

Depois, Carlos Brito chamou a atenção da Assembleia para o facto de, até ao momento, o PPD e o CDS ainda não terem condenado claramente as declarações gravíssimas dos seus correligionários.

Foi a partir daqui que o verniz foi estalando. O PPD começou por requerer o adiamento da votação. Mas antes desta manobra descarada, o deputado do PPD Sérvulo Correia permitiu-se cometer afirmações acerca da legitimidade de actos de subversão e numa clara manobra provocatória e que mostra bem os interesses que o partido de Sá Carneiro verdadeiramente defende, invocou o apoio que o PCP tinha dado, no passado fascista, a acções violentas contra a guerra colonial. Com estas palavras, Sérvulo Correia disse tudo e esclareceu a Assembleia. Foi como se dissesse: Vocês democratas e progressistas, apoiaram actos de sabotagem contra o regime fascista. Nós, homens saudosos do 24 de Abril, apoiamos actos terroristas contra o regime democrático.

O líder parlamentar comunista comentou, a propósito destas graves confissões de Sérvulo Correia: **Aonde chegaram os senhores. Já confundem o regime que actualmente vigora em Portugal, o regime de que somos, naturalmente, por mandato popular, intérpretes, com o regime fascista. Já confundem os actos terroristas e de sabotagem que os fascistas executam contra o regime constitucional com os actos de violência que apoiamos contra um regime ilegítimo.**

Usando as suas prerrogativas parlamentares, a direita que ocupa parte das banquedas de S. Bento conseguiu adiar a aprovação do voto. Mas não conseguiu impedir a sua aprovação, que se deve concretizar na sessão de hoje. De qualquer modo, do debate ficou uma certeza: tanto o PPD como o CDS não só não condenam as ameaças terroristas e bombistas dos seus homens públicos, como ainda por cima, através de uma filosofia que lhes é própria, veladamente as justificam...

A Assembleia da República iniciou, na passada sexta-feira, a discussão na generalidade do decreto-lei que regula a orgânica da Direcção-Geral do Saneamento Básico. O Grupo Parlamentar comunista interveio até aqui no debate através do deputado Veiga de Oliveira, que começou por salientar que o processo de ratificação irá certamente permitir que se melhorem e corrijam alguns aspectos do diploma em causa.

No entanto, conforme acentuou o mesmo deputado, as questões fundamentais, ou mesmo só as mais importantes, que ao País se colocam no domínio do saneamento básico, ou são exteriores ao texto, ou só ao de leve nele são aflorados.

Anunciando que o Grupo Parlamentar do PCP irá propor alterações ao texto do decreto-lei em causa, o deputado Veiga de Oliveira situou seguidamente a problemática do saneamento básico no que toca, por um lado, ao bem-estar das populações e em geral aos problemas do ambiente e, por outro, no que diz respeito à organização político-social e económica expressa de forma concentrada nos diversos poderes do Estado Democrático e nas suas inter-relações.

Mais adiante, Veiga de Oliveira referiu alguns dados extremamente importantes. Afirmando este deputado comunista: A somar à enorme falta de habitações e aos bairros de lata ou degradados, podem indicar-se três índices cujo significado não deixa dúvidas: 50 por cento das casas existentes não têm rede de esgotos, 57 por cento das habitações não dispõem de água corrente, 87 por cento das sedes de concelho não realizam o tratamento de águas poluídas e de esgotos. Quanto à recolha e tratamento de esgotos e sua remoção, tratamento e destino final dos lixos, a situação é ainda pior.

O debate prossegue na sessão desta tarde da Assembleia da República.

Curiosamente, na mesma sessão em que o PPD pediu o adiamento da votação do voto de protesto apresentado pelo deputado Raul Rego contra os presidentes de câmaras do PPD e CDS — certamente para melhor acatular os seus interesses — o CDS pediu o adiamento da votação de um voto de protesto apresentado pela deputada do PCP Alda Nogueira contra a violenta ofensiva repressiva desencadeada pelo governo minoritário e racista da África do Sul.

Na justificação do voto, que deverá ser hoje votado, começou por afirmar a deputada Alda Nogueira: **O que se tem passado nestes últimos dias na África do Sul onde o governo do sr. Vorster tem levado a cabo mais uma das suas desumanas e cruéis ofensivas repressivas contra o povo negro daquele país, não pode deixar de provocar a maior indignação entre os cidadãos democratas e livres de Portugal.**

Invocando as centenas de prisões, agressões contra negros, assaltos, buscas, rusgas, arrombamentos, violências de toda a espécie perpetradas pelo regime racista de Pretória, a deputada comunista referiu ainda a proibição de jornais de expressão negra, a prisão de directores desses jornais, a proibição de organizações negras — foram encerradas por Vorster 18 — e acentuou:

Crece a indignação dos mais diversos sectores dos próprios círculos dirigentes da sociedade branca contra esta política repressiva do Governo do sr. Vorster.

Depois de ter referido ainda a vaga de condenações à violência racista, que irrompe de cada vez mais amplos sectores de opinião, Alda Nogueira afirmou:

Não é de hoje nem de ontem esta prática do recurso à repressão e ao terror por parte dos governantes sul-africanos contra o Movimento de Libertação Nacional.

E, podemos dizer, que não oferece qualquer dúvida que se o Governo do sr. Vorster se sente à vontade para voltar à sua política repressiva espezinhando as mais fundamentais liberdades do povo sul-africano, isso se deve fundamentalmente às suas estreitas alianças (encobertas algumas) com o imperialismo internacional e à ajuda, apoio e protecção que este senhor lhe tem dispensado ao longo do seu reinado de terror, opressão e exploração inauditas da maioria negra.

Editorial

DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO SIM, CONVERSA INCONSEQUENTE, NÃO

(Continuação da pág. 1)

Há razões para temer que aquela advertência do Primeiro-Ministro, aparentemente positiva, não passe de facto de uma fórmula destinada a encobrir mais fundas cedências à direita e ao imperialismo no sentido da intensificação da desastrosa política do Governo.

O PCP não faz ameaças nem ultimatos mas avverte seriamente o Governo do PS sozinho de que terminou a política de balancé, de que o seu jogo de se apoiar na direita para impor as medidas e leis antipopulares e antipopulares e de se apoiar na esquerda para se salvar de uma derrota parlamentar tocou o seu fim. O PCP chama a atenção do Governo do PS para a gravidade dos perigos da sua política e coloca-o diante das suas responsabilidades.

A superação da crise tem um tempo e começa a ser tarde. A necessidade urgente de uma saída para a crise resulta do facto evidente de a política do Governo estar arrastando o País para o desastre.

É a essa política que é imperioso pôr rapidamente um travão sob pena de se cair numa situação irreversível.

É uma política que fere profundamente os interesses das classes trabalhadoras e das camadas pobres e médias da população, uma política que atinge e ameaça destruir as conquistas fundamentais do Povo português e a própria democracia, que compromete de facto toda a possibilidade de recuperação económica e financeira do País e põe em risco iminente a independência nacional. O que se passa com as exigências do FMI é uma prova do que afirmamos.

Os ataques e as violências ordenadas pelo MAP contra as UCPs, a continuação das entregas das empresas interencionadas ao patronato sabotador, os despedimentos, as constantes violações dos direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos são factores graves de perturbação política e social, de desorganização da produção, de desestabilização económica e financeira. É inadivél conter esta corrida para o abismo. E contê-la antes que seja tarde.

Como disse Álvaro Cunhal no início da Cova da Piedade, aproxima-se inexoravelmente a hora da verdade. **«A hora em que todo o País se dará conta do desastre a que nos está conduzindo uma política que sobrepõe os interesses egoístas do grande capital e dos latifundiários e as imposições do imperialismo aos interesses do Povo português e de Portugal livre e independente.»**

A hora histórica de uma mudança de política e de governo chegou. Por isso a questão de uma plataforma para sair da crise e as negociações e diálogo entre todas as forças políticas e sociais sem discriminações com o objectivo de salvar o País e levar por diante um necessário esforço colectivo e patriótico não podem ser adiadas.

É uma questão determinante de conteúdo concreto, que não pode ser iludida com mero expedientes formais para ganhar tempo e fazer passar uma política contrária aos interesses do Povo e do País.

O dr. Mário Soares reafirma no seu comunicado de Paris a propósito de dialogar e negociar com os partidos e os parceiros sociais aquilo a que chama um «projecto de acordo ou de plataforma mínima».

Para o PCP, que também propôs como alternativa a realização de novas eleições — proposta que mantém — a questão da plataforma não se destina a servir tal ou tal partido e tal ou tal política de grupo mas sim a garantir um grande empenhamento nacional e patriótico para salvar Portugal do desastre. No centro desse grande empenhamento têm de estar obrigatoriamente as classes trabalhadoras da cidade e do campo que representam a imensa maioria da população portuguesa e que são a força produtiva da Nação. É portanto de um acordo global, eminentemente político, que se trata.

Isto significa que o diálogo e as negociações, as discussões entre as diversas forças políticas e sociais interessadas numa tal plataforma, não podem reduzir-se a simples conversa com o Governo sobre a política de tal ou tal senhor

ministro ou a um simples paleio que não conduz a nada.

O PCP continua interessado em dialogar e negociar com o Governo mas o diálogo e a negociação não podem limitar-se, como enuncia o dr. Mário Soares, a «reuniões meramente expositivas, a pedidos de esclarecimento, a eventuais críticas à análise a que o Governo procedeu e sugestões quanto às terapêuticas propostas».

Aliás, da parte do Governo tem havido uma notória insuficiência de informações, uma clara recusa ao exame de problemas específicos, como são os casos do MAP no último fim-de-semana; não se está a assentar em nada de concreto para o estabelecimento de uma verdadeira plataforma o que não facilita o diálogo e a negociação.

E entretanto o PCP tem submetido ao Governo questões e problemas bastante precisos e documentados que não têm encontrado da sua parte a necessária atenção e resposta.

Sobretudo, o PCP tem-se batido por uma pausa na aplicação de algumas leis ultimamente votadas, pela suspensão imediata dos ataques e violências contra a Reforma Agrária por ordem do MAP, pela cessação das arbitrariedades dos senhorios ricos contra os rendeiros, pela paragem nas desintervenções por ordem do MIT, pela travagem da ofensiva contra os direitos constitucionais dos trabalhadores, pela suspensão dos despedimentos.

O PCP tem insistido no exame prévio na aplicação das leis ultimamente votadas na Assembleia da República e no reexame dos casos claramente arbitrários e ilegais na aplicação dessas leis.

Apesar das promessas e dos propósitos verbais do Primeiro-Ministro a prática mostra que há nítida falta de sinceridade ou de convicção ou de autoridade para fazer triunfar no seio do Governo o princípio da negociação e do diálogo indispensáveis ao estabelecimento de uma plataforma que o agravamento da crise põe na ordem do dia.

É nítido que o Governo do PS sozinho tem uma concepção de plataforma alheia às exigências de uma verdadeira mudança de política e de governo. Pensar que a «plataforma» deve incidir sobre as formas de aceitação das exigências do FMI e expressar-se num «consenso mínimo entre os partidos em torno de um documento que caracterize sinteticamente a situação e se enuncie as principais medidas necessárias à superação da crise» a elaborar pelo Governo — como afirmou o Primeiro-Ministro — é realmente uma prova de falta de visão política e de consciência da gravidade do momento que vivemos.

A forma ambígua como o dr. Mário Soares alude às conversações com o PPD/PSD mostra que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista do Governo PS sozinho vai prosseguir agora sob a pressão mais directa dos partidos da direita.

Qualquer conluio com as forças reaccionárias é inimigo de qualquer plataforma democrática. Seria um conluio com os patrões contra os trabalhadores, contra a recuperação económica e financeira, com o imperialismo e contra a independência nacional. Um tal conluio não resolveria antes agravaria de forma aguda a crise económica, financeira, política e social.

O PS abriria assim, pela mão dos seus dirigentes mais responsáveis, a via à sua liquidação como partido democrático.

A linha e as propostas do PCP foram mais uma vez expostas nos discursos de Álvaro Cunhal na Cova da Piedade e em Sacavém, no Encontro Nacional da Juventude. Nesses discursos que publicamos nas páginas do nosso jornal e que oferecemos à leitura e ao estudo dos leitores, exprimem-se com clareza o ponto de vista dos comunistas e as propostas e conclusões do Comité Central do PCP.

A política do PCP vai cada vez mais ao encontro das classes laboriosas, de todo o povo trabalhador. Ela encontrará expressão cada vez mais ampla na acção e na luta das massas populares do nosso País.

A CLAREZA E A VERDADE DE UMA POLÍTICA



O processo revolucionário português
Problemas económicos e sociais
Política externa e Independência Nacional
Política de unidade
Papel, força e vida do PCP

ÁLVARO CUNHAL

UMA POLÍTICA AO SERVIÇO DO POVO

Um novo livro das

edições Avante!

À VENDA NAS LIVRARIAS
Preço 90\$00

CDL a distribuição

Álvaro Cunhal à partida para Moscovo

«É NECESSÁRIA UMA PLATAFORMA QUE ASSEGURE O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO»

Partiu, na passada terça-feira, para a União Soviética, a delegação do Comité Central do PCP, respondendo à solicitação de um jornalista presente, não quis deixar de comentar o comunicado saído na véspera do gabinete do Primeiro-Ministro.

Começou por afirmar o camarada Álvaro Cunhal: «Se o documento não tem entrelinhas, creio que não adianta nada, que não traz nada de novo, limitando-se a fazer o ponto da situação de uma forma um tanto contusa».

Prosseguindo o seu depoimento, acentuou o secretário-geral do Partido: «Pela nossa parte, continuaremos a procurar chegar a um acordo com o Governo, continuaremos a procurar encontrar uma plataforma patriótica negociada entre as diversas forças sociais e políticas».

«Tal plataforma — referiu no entanto o camarada Álvaro Cunhal — não se pode confundir com um consenso para aceitar as imposições do FMI, para aceitar as imposições do imperialismo».

E o camarada Álvaro Cunhal acrescentou a finalizar: «É necessária uma plataforma que assegure o prosseguimento do processo democrático, a defesa das conquistas da Revolução consignadas na Constituição, as liberdades, a democracia e os interesses do nosso Povo».



DELEGAÇÃO NA JUGOSLÁVIA

Encontra-se desde a passada terça-feira na República Socialista Federativa da Jugoslávia uma delegação do Comité Central do PCP, composta pelos camaradas Álvaro Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, e Francisco Lancinha, membro do Comité Central.

A delegação do nosso Partido deslocou-se a este país socialista a convite do Comité Central da Liga dos Comunistas Jugoslavos, com o qual, segundo declarou ao

«Avante!» o camarada Álvaro Veloso, se destina a conhecer melhor a experiência jugoslava.

Trata-se — prosseguiu o camarada Álvaro Veloso — do desenvolvimento das relações normais entre partidos irmãos e tanto mais que essa relação entre o PCP e a LJC é muito antiga. Igualmente antigas são as provas de solidariedade que os comunistas jugoslavos sempre prestaram ao nosso Partido.

DISCURSOS DE ÁLVARO CUNHAL

• Extractos dos discursos pronunciados pelo secretário-geral do PCP no comício de amizade com o Partido Comunista Bulgaro e no Encontro Nacional promovido pela UJC e UEC

O que quer a direita

Todos temos assistido aos ataques que ultimamente o PPD e o CDS fazem ao Governo PS, criticando violentamente a sua política e exigindo, eles também, uma alternativa.

Quem os ouvisse sem os conhecer pensaria que estiveram sempre contra a política do Governo PS, que em nada apoiaram essa política.

E, entretanto, o PPD e o CDS têm grandes responsabilidades na ofensiva contra as conquistas da Revolução, no agravamento da situação das massas populares, da degradação da situação económica e financeira:

O PPD e o CDS são participantes a todos os títulos da política económica e financeira do Governo PS e no seu fracasso.

E, agora, o que propõem eles como alternativa? O que propõem é o apressamento do ritmo da ofensiva contra as conquistas da Revolução com vistas à sua total liquidação, é a recuperação mais rápida do domínio da economia nacional pelo grande capital e os latifundiários.

O PPD e o CDS falam também em «plataforma» mas esvaziam esta palavra do que ela tem de essencial — um acordo entre as diversas forças políticas e sociais —, e necessariamente com os trabalhadores para fazerem de uma plataforma uma combinação ou arranjo entre sócios, entre os vários interesses patronais, sem os trabalhadores e contra os trabalhadores.

Quando o CDS e o PPD exigem a elaboração duma plataforma apenas entre o PS, o PPD e o CDS, o que pretendem?

Pretendem amarrar definitivamente o PS à direita reaccionária e aos interesses do grande capital e dos grandes agrários. Pretendem sufocar definitivamente o PS como partido democrático, abraçado pelos tentáculos políticos do PPD e do CDS, da CIP e da CAP, de toda a reacção. Pretendem no fim de contas abertamente, como política do Governo, a política de restauração do poder económico e política dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários, ou seja, a liquidação final da democracia portuguesa.

Não se trata de uma acusação infundada. A reacção põe as cartas na mesa.

A CIP exige que se defina agora «o modelo do sistema». E o PPD em Bragança, esclarece de que modo se trata. Fingindo esquecer que a banca e os sectores fundamentais da economia portuguesa estão nacionalizados e que segundo a Constituição as nacionalizações são irreversíveis, proclama que a iniciativa privada tem de ser o «motor fundamental da recuperação económica» e que ao Estado cabe pôr os seus recursos, incluindo o sector nacionalizado, (enquanto

não é desnacionalizado, naturalmente) ao serviço do tal motor capitalista.

Isto é, sem tirar nem pôr, o *capitalismo monopolista de Estado*, o sistema que existia em Portugal antes do 25 de Abril, o domínio, a exploração, a opressão do nosso povo por algumas centenas de famílias de multimilionários, enriquecidos à custa do trabalho, do suor, da miséria, do sangue, do povo português.

E no plano político?

O nosso Partido muitas vezes sublinhou que o Governo PS aliando-se à direita, satisfazendo interesses e exigências da CIP e da CAP, do PPD e do CDS, actuava como *batedor do avanço da reacção*.

E sublinhou também que seguindo na cola, empurrando o Governo PS cada vez mais para a direita, o PPD e o CDS, pretendiam fazer pagar ao PS os gastos da impopularidade da política de direita, enfraquecê-lo, encurralá-lo, para depois, uma vez encostado à parede, exigir a partilha do poder e comandarem as operações.

Al está. O PPD e o CDS exigem pastas no Governo, postos no aparelho do Estado e postos em empresas.

Exigem a entrada no Governo, directamente ou por subalternos, por agora ao lado do PS, para em conjunto levarem a cabo a operação, mas com o cálculo de fazerem saltar o PS da carroça na primeira curva que lhes fosse favorável.

As exigências do PPD e do CDS são acompanhadas de arrogância, ameaças de «oposição sistemática» e de «moções de censura» esquecendo (e é bom lembrá-lo no momento que atravessamos) que, na Assembleia da República, o PPD e o CDS constituem uma minoria e que, considerando a composição da Assembleia, é *perfeitamente possível um governo ter uma maioria estável e confortável mesmo com a oposição do CDS e do PPD*.

Para isso bastaria que socialistas e comunistas se entendessem. Estamos longe disso, é certo. Mas é bom recordar à reacção, que saiu derrotada das eleições para a Assembleia da República e que nesta não tem a maioria.

Não é de aceitar que se afirmem como democráticas combinações do PS com o PPD e CDS e que se afirme que a única maioria que corresponde ao voto do eleitorado — a de comunistas e socialistas — poria em perigo a democracia!

Nem que outros afirmem que a democracia não é viável porque a Constituição não é democrática.

Por detrás das exigências da direita reaccionária, anunciam *seus propósitos de pressões ilegítimas, o uso de meios inconstitucionais, o novo recurso à sabotagem económica, novas tentativas de desestabilização social, política e militar e de recrudescimento do terrorismo*.

Como resolver a crise

O mal de fundo da economia portuguesa é que produzimos muito menos do que o que consumimos e por isso o que exportamos não chega para pagar o que importamos. Apesar do turismo e das remessas dos emigrantes, entra menos dinheiro do que aquele que sai e (gastas e empenhadas, como o têm sido, as reservas de ouro) o país não tem com que pagar.

Se esta é a situação, qualquer pessoa, mesmo sem saber economia, vê que a nossa salvação está por um lado, em *diminuir todas as despesas que possam ser dispensáveis* (é necessário que se comece por reduzir as despesas daqueles que cada fazem e gastam sem conta nem medida) e, por outro lado, e *isso é decisivo, em produzir mais, em produzir cá no país para o nosso consumo interno* muito do que hoje se importa e em *produzir também mais para exportar a fim de assim podermos pagar o que importamos*.

Este é o único caminho da diminuição dos défices das balanças comercial e de pagamentos, de recuperação económica do país, da salvação da economia nacional.

Entretanto, certos arautos da recuperação capitalista andam para aí a dizer que o necessário, não é aumentar a produção, mas diminuir a, para se conterem (como dizem) importações de equipamentos agora importados, para se cortarem por aí as despesas, para se alcançar o saneamento das empresas através de falências e despedimentos em massa, e para, no fim de tudo, (e isso não o dizem) se restaurar sobre as ruínas da economia portuguesa, como força salvadora, a iniciativa privada.

o capitalismo monopolista, cujas maravilhas o povo português conhece pela experiência de 45 anos de exploração e de terror fascista. A voz desses arautos pode ser a voz do antigo e pode ser a voz do FMI e do imperialismo, pode ser a voz de covetores da economia e da independência nacional, mas não é e nunca será a voz do povo português.

O caminho é o do aumento o mais rápido possível da produção. E por isso de há muito o nosso partido salienta a urgência de se empreender um *grande estorpo nacional, baseado fundamentalmente nos nossos próprios recursos*: nas riquezas naturais, na capacidade não utilizada que ainda é muita, na mão-de-obra que só no desemprego tem a disponibilidade de meio milhão de trabalhadores.

E isto significa que a *recuperação e a salvação da economia nacional só podem ser alcançadas com os trabalhadores e não contra os trabalhadores, só podem ser alcançadas com a determinação, a consciência e o entusiasmo das grandes massas populares e não através de uma política contra os trabalhadores, contra o povo, imposta de forma crescente pela violência e a repressão*.

(...) *É na vontade, no brío nacional, no espírito patriótico, na determinação dos portugueses em construir o próprio país (e não na ganância do grande capital, dos latifundiários ou nos dólares envenenados do FMI) que se podem encontrar as energias para evitar o desastre económico e financeiro, defender as liberdades, o regime democrático e a independência nacional*.

Que plataforma

Os trabalhadores e os democratas devem interogar-se: por que razão os comunistas se afirmam dispostos a examinar os problemas nacionais com quaisquer outras forças políticas, sem discriminações, e os partidos reaccionários, o CDS e o PPD, dizem que querem uma plataforma, mas que, em caso algum, nem que caia o Carmo e a Trindade, discutirão com o PCP e dizem mesmo que, se uma plataforma fosse assinada pelo PCP, eles, só por esse facto não a assinariam?

Quando o CDS e o PPD exigem a exclusão do PCP da elaboração de uma plataforma nacional, porque tomam tal posição?

Tomam tal posição porque sabem que o PCP é um defensor intransigente dos interesses dos trabalhadores, porque o PCP defende as conquistas da Revolução, porque o PCP está disposto a negociar uma plataforma nacional, mas não uma plataforma de capitalistas e grandes proprietários contra o povo trabalhador, uma plataforma para assegurar o prosseguimento da democracia e não para destruí-la, uma plataforma que assegure a independência nacional e não que submeta os interesses nacionais às imposições do imperialismo.

Quando um dirigente do CDS diz que a participação do PCP na elaboração duma plataforma seria «uma dificuldade adicional», fala verdade num sentido: seria sem dúvida uma dificuldade adicional para que os três partidos (PS-PPD-CDS) pudessem cozinhar uma plataforma ainda mais agressiva contra os trabalhadores, ainda mais incondicionalmente ao serviço do grande capital e dos grandes agrários do que a actual política do Governo PS.

«Plataforma» significa debate e negociação. E nós insistimos na necessidade do debate e negociação. Declaramo-nos dispostos a examinar todos os problemas com todos aqueles que queiram chegar a um acordo. Não fazemos discriminações à partida. Insistimos porém naturalmente que uma plataforma democrática tem de assentar no respeito integral pela Constituição e pelo regime democrático nele consignado, incluindo a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão e todas as liberdades e direitos dos cidadãos.

A direita diz que isto são condições. São é certo condições. Mas condições que necessariamente exigem todos os democratas, porque só os fascistas e reaccionários podem pretender que seja acordada uma plataforma contra o próprio regime democrático, contra a própria Constituição.

Agora, parece que alguns ligam a ideia da plataforma às negociações em curso com o FMI. Queremos sublinhar neste preciso momento que, para nós, o *objectivo duma plataforma é encontrar uma saída nacional para a crise e não assinar um acto de capitulação ou rendição nacional ante as exigências do FMI*.

Quando falamos em plataforma, temos em vista *uma conformação colectiva com um desastre nacional, para a restauração do poder dos monopólios e latifundiários e a submissão ao imperialismo, mas uma plataforma portuguesa e patriótica para a solução dos problemas do nosso povo e da nossa pátria*.

O trabalho unitário

Uma actividade unitária não consiste apenas em declarações repetidas de que se deseja a unidade, ainda que sejam oportunas e necessárias, nem em repetidos apelos à unidade, igualmente oportunos e necessários.

Uma actividade unitária, para ser bem sucedida, exige alguma coisa mais.

Exige que se trabalhe de forma a que os jovens não comunistas vejam dia a dia, na prática, que os jovens comunistas são «dos deles», estão com eles, compartilham os mesmos problemas, das mesmas dificuldades e das mesmas esperanças, são generosos e solidários, têm idênticas aspirações, são amigos sinceros e leais, são verdadeiros irmãos de combate.

A perspectiva mais larga e linguística de luta não se deve afastar da luta por objectivos concretos e imediatos. Além do mais, porque essa perspectiva mais larga só se concretiza na medida em que dia a dia a luta se trava para resolver situações concretas.

Quem perca esta ideia fundamental será tentado a uma exclusiva actividade de propaganda e agitação de carácter geral, separada dos problemas mais vivos, mais sentidos pelas massas, que carecem de mais urgente solução.

O «namoro» da direita

à CGTP -INTER

A unidade e actividade da CGTP-Intersindical adquire no momento presente particular relevo.

Não é por acaso que agora, tanto a reacção como o Governo, que desde há anos tem conduzido bastantes manobras divisionistas do movimento sindical, que ainda há pouco não reconheciam a Intersindical como uma central dos trabalhadores, agora quase lhe fazem o namoro.

Esta mudança de atitude tem sem dúvida como objectivo procurar forçar os sindicatos (e com a posição destes, forçar os trabalhadores) a aceitarem o tão falado «pacto social», que seria a imposição, através de pressões, coações e ameaças, de mais graves condições de exploração e um agravamento das condições de vida, para que os senhores capitalistas, os senhores agrários e os senhores imperialistas retomem nas mãos toda a economia portuguesa.

Essa mudança de atitude tem também como objectivo procurar criar vacilações e divisões no movimento sindical e tentar criar barreiras entre o movimento sindical e o PCP.

Mas expressa também vários factores positivos: o falhanço das grandes ofensivas divisionistas e liquidacionistas contra a Inter. O apodrecimento e descrédito total da Carta Aberta com Gonelha ou sem Gonelha e o reconhecimento geral de que a CGTP-Intersindical Nacional é de facto a central unitária, democrática, representativa, organizada e poderosa dos trabalhadores portugueses.

Estamos certos, camaradas, de que, a Inter continuará a reforçar-se, e de que as listas unitárias continuarão a registar sucessos nas eleições que se vão realizar em numerosos sindicatos.

E estamos também certos de que, na sua intervenção na busca de soluções para a crise a Intersindical estará à altura das suas gloriosas tradições e da confiança que nela depositam os trabalhadores portugueses.

Novo governo

A necessidade de uma plataforma coloca a necessidade de um novo Governo.

O Governo do PS sozinho aliado de facto à direita está há quase ano e meio ao poder, mais tempo que os cinco primeiros governos provisórios em conjunto.

Propôs-se resolver os problemas cruciais de carácter económico, financeiro, social e político. Foi completamente incapaz de resolver qualquer deles. O Governo PS sozinho é um Governo falhado.

Assim como é urgente uma nova política, é urgente um novo Governo.

O Governo PS meteu o país (e meteu-se a ele próprio) num atoleiro que parece sem saída. Estamos dispostos a contribuir com o máximo das nossas forças para a recuperação económica do país para a saída da crise, para que o país saia do atoleiro, mas não para dar ao Governo PS sozinho bóias de salvação para sair do atoleiro em que se meteu.

A substituição do Governo PS sozinho, ou pelo menos no imediato, a sua profunda remodelação está na ordem do dia.

Entretanto, o CC, na sua reunião plenária do dia 24, esclareceu uma vez mais que o PCP coloca a necessidade da formação dum novo Governo, mas não coloca, como condição prévia para a discussão de uma plataforma um acordo quanto a composição do novo Governo.

A experiência obriga porém a algumas observações que têm de estar presentes ao falar-se num novo Governo.

A primeira é que a fórmula do PS sozinho, anunciando o propósito de acordos pontuais ora à direita ora à esquerda, mas efectivamente aliado à direita nas decisões essenciais, essa fórmula está esgotada.

Os dirigentes do PS sozinho devem tomar plena consciência de que chegou ao fim a tática balancé.

Se os dirigentes do PS querem que o PS continue no Governo, têm que fazer opções de fundo e de definir alianças estáveis.

Balancé, balancé, procurando muleta à direita, muleta à esquerda, foi chão que deu uvas.

A segunda observação é que qualquer alargamento à direita, com a entrada aberta ou mascarada de CDS e PPDs no Governo, em nenhum caso daria ao Governo qualquer nova possibilidade de resolver os problemas nacionais.

O alargamento da base de apoio parlamentar seria acompanhado da redução da sua base de apoio popular.

Seria uma composição correspondente, não a uma plataforma nacional, mas a um cozinhar patronal PS-PPD-CDS. Seria um Governo abertamente reaccionário que não teria em vista a solução dos problemas, mas a mais rápida restauração do capitalismo monopolista.

A terceira observação respeita a uma eventual participação comunista. O nosso CC, na sua reunião do dia 24 tornou claro que todas as questões relativas a um novo Governo e à sua composição, incluindo a participação ou não participação comunista, devem ficar dependentes dos termos da plataforma.

As propostas do PCP

Têm-nos perguntado ultimamente. Porque mudou o PCP a sua tática? Porque exigiu em 31 de Julho a dissolução da Assembleia, a demissão do Governo e a realização de eleições gerais no prazo de 90 dias, e agora coloca a questão de uma plataforma?

Ora, camaradas, a verdade é que o nosso CC, em 31 de Julho avançou duas possíveis saídas constitucionais para a crise política: ou eleições ou um governo de plataforma.

E mantemos que estas são as duas hipóteses que existem no quadro das instituições democráticas.

Todos nos lembramos do barulho que fizeram todos os partidos quando fizemos essas propostas ao país. Que o PCP punha em causa a democracia. Que era uma tentativa de desestabilização. E assim por diante. Agora porém já todos falam em «plataforma» (embora a entendam à sua maneira)

e quase todos começam a falar em eleições.

As duas saídas apontadas são praticamente as únicas que se oferecem.

E como não é de excluir que as eleições antecipadas se venham a colocar, é necessário encarar a sério tal eventualidade, para que, no caso de vir a produzir-se, a reacção seja novamente derrotada, o PCP aumente substancialmente a votação, e, por essa forma, o CDS e o PPD sejam forçados a baixar a grimp e se torne mais viável a formação de um governo democrático com uma política democrática.

Não se realizando eleições, não há outra saída democrática que não seja uma plataforma e por isso insistimos neste caminho.

Estamos certos que os trabalhadores e vastos sectores democráticos apoiam os esforços do nosso partido com esse objectivo.

O desemprego dos jovens

Como justamente se afirma nos materiais deste Encontro há três causas fundamentais do desemprego: o sistema do capitalismo monopolista anterior ao 25 de Abril, a sabotagem económica após o 25 de Abril e a partir de 1975 a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

O desemprego é simultaneamente uma consequência e um instrumento desta política. O desemprego é intencionalmente provocado. A reacção, o Governo, os grandes capitalistas e os imperialistas pretendem com o desemprego dois resultados essenciais: um é, em cada empresa, diminuir radicalmente o total dos salários pagos, obrigando a uma rápida intensificação do trabalho, de forma a procurarem o equilíbrio financeiro através do agravamento brutal das condições de trabalho; outro é a criação daquilo que se chama o «exército de reserva», ou seja, de uma grande massa de desempregados que permite, pela excessiva oferta de mão-de-obra e o número reduzido de postos de trabalho a preencher, uma diminuição geral e substancial dos salários reais e mesmo dos salários nominais.

Isto para não falar já dos despedimentos e da criação do desemprego por motivos políticos e como medida repressiva (a que assistimos), atingindo as Comissões de Trabalhadores, delegados sindicais, operários que se destacam na defesa dos interesses de classe.

Cada medida de recuperação capitalista, latifundista e imperialista é invariably e intencionalmente acompanhada por

despedimentos, pela redução dos postos de trabalho, pelo aumento do número de desempregados.

O Governo e todas as forças reaccionárias inscrevem o desemprego entre as medidas da chamada recuperação económica quando na verdade o desemprego contraria a recuperação económica e é um dos aspectos mais evidentes da degradação da situação em geral.

A luta contra o desemprego, por objectivos concretos e imediatos, insere-se na luta pela defesa e consolidação das conquistas da Revolução, na luta por uma nova política assente nessas conquistas e por uma alternativa democrática para a política actual e para o Governo actual.

A experiência da Revolução portuguesa mostrou que as transformações revolucionárias nas estruturas socio-económicas, com a liquidação dos grupos monopolistas, com a Reforma Agrária e o controlo operário constituem um factor determinante para a defesa e o aumento dos postos de trabalho.

Na altura em que o povo português empreendeu essas transformações, as forças reaccionárias estavam provocando o desemprego em massa, tanto na indústria, como nos serviços como na agricultura.

Se não fossem essas medidas revolucionárias, a jovem democracia portuguesa teria sido mergulhada no caos económico, com a paralisação da actividade dos sectores fundamentais e a criação de um exército de desempregados.

A UJC e a UEC

A juventude comunista, organizada na UJC e na UEC, desempenha um papel determinante na organização e na luta da juventude.

A união, a organização, a dinamização das massas juvenis depende em grande medida, do reforço da juventude comunista, do aumento dos efectivos da UJC e da UEC, do melhoramento da actividade dos seus órgãos e organizações, da iniciativa, determinação, combatividade e dedicação de todos e de cada um dos jovens comunistas.

A necessidade de uma pausa

Num momento em que todas as energias nacionais deveriam concentrar-se na solução dos problemas económicos, o Governo parece pensar que pode continuar a concentrar as suas energias na ofensiva contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução.

O Governo nem trabalha nem deixa trabalhar os outros.

gados que não é exagero calcular teria atingido mais de um milhão de trabalhadores.

A Reforma Agrária significou uma transformação radical na mentalidade e na disposição da vida dos jovens trabalhadores agrícolas.

Antes da Reforma Agrária, a exploração latifundiária condenando os trabalhadores ao desemprego e à fome, obrigava a buscarem trabalho nas cidades ou a emigrarem para o estrangeiro. A juventude era a primeira a abandonar os campos em busca de trabalho e pão.

A Reforma Agrária, criando postos de trabalho e atraindo e entusiasmando na construção duma vida nova livre da exploração, exerceu extraordinário poder de atracção na juventude, ligou os jovens à terra, e pela primeira vez na história, atraiu mesmo a essa realização revolucionária e grandiosa numerosos jovens das cidades.

A reacção e o próprio Governo acusam as transformações revolucionárias de terem criado postos de trabalho excedentários. A verdade é que essas transformações revolucionárias conseguiram absorver centenas de milhar de trabalhadores condenados ao desemprego pelos monopólios capitalistas antes do 25 de Abril e pela sabotagem económica do patronato reaccionário depois do 25 de Abril.

A maior produtividade, a rentabilidade das empresas, a reorganização e a reconversão, podem alcançar-se a partir da manutenção da totalidade dos postos de trabalho e não dos despedimentos em massa e da criação dum monstruoso exército de desempregados.

O PCP insiste em que

Por isso é necessário não descurar um só momento o trabalho para o reforço da UJC e da UEC e para que se mantenha sempre o elevado espírito revolucionário daqueles que têm a honra de poder intitular-se jovens comunistas.

Estamos certos de que, na complexa situação actualmente existente, os jovens comunistas saberão ser dignos da confiança que o Partido neles deposita e que a UJC e a UEC estarão à altura das heróicas tradições de luta da juventude comunista.

é necessário suspender a ofensiva contra os trabalhadores e contra as conquistas da Revolução. Para já, impõe-se uma pausa que interrompa a ofensiva de destruição e permita apaziguar tensões e conflitos mais graves e criar um mínimo de clima de diálogo, que permita a busca comum com os trabalhadores das soluções para os problemas nacionais.

O PCP insiste em que

O papel das vanguardas

A vanguarda revolucionária, para poder ser-lhe de facto, tem de lutar, dentro de si própria contra quaisquer tendências sectárias.

Inspirada pelo marxismo-leninismo, mantendo firmeza inabalável em questões de princípio e não fazendo seja em que circunstâncias for concessões de carácter ideológico, a juventude comunista tem de estar sempre aberta à troca e confronto de opiniões, ao debate franco e amistoso, a aproximação e ao entendimento com jovens que não são comunistas.

Isto é igualmente válido em relação aos jovens que não pertencem a qualquer organização — e esses são a esmagadora maioria dos jovens — e aos jovens de sentimentos democráticos que pertencem a outras organizações.

Por isso, o Partido aprova as iniciativas que a UJC e a UEC têm tomado e as que venham a tomar no sentido da aproximação, entendimento, ligação regular, cooperação e unidade com jovens democratas de outras organizações e tendências, designadamente jovens socialistas e católicos.

O Encontro promovido pela UJC e UEC demonstrou

A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DO DESEMPREGO EXIGE UMA VIRAGEM NA POLÍTICA ACTUAL

Após uma intensa actividade preparatória, que mobilizou largas centenas de jovens em todo o país, realizou-se no passado fim-de-semana, no pavilhão gimnodesportivo do Sacavenense, o Encontro Nacional promovido pela União de Juventude Comunista (UJC) e União dos Estudantes Comunistas (UEC), subordinado ao tema "A Juventude pelo direito ao trabalho", e no qual participou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

O Encontro, que reuniu cerca de 800 delegados (500 da UJC e 300 da UEC) e 3 mil convidados, testemunhou, num ambiente de entusiasmo, firmeza e confiança no futuro, o empenhamento construtivo e abnegado dos jovens comunistas e de muitos outros jovens com diferentes opções políticas e partidárias, no estudo e conhecimento dos problemas concretos da juventude portuguesa, em particular os relacionados com o desemprego, procura de primeiro emprego e saídas profissionais, e na busca de soluções que correspondam às suas aspirações, anseios e direitos.

Os objectivos da realização e da preparação do Encontro foram plenamente atingidos: estudou-se a situação da juventude no campo do desemprego e a sua relação com a política económica de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo da direcção do PS, desenvolveu-se um profundo debate entre as amplas massas da juventude sobre os temas do Encontro, conseguiu-se uma expressiva mobilização de jovens, definiram-se as formas de luta contra a situação existente, estudaram-se e apontaram-se soluções capazes de, na presente conjuntura, contribuir para atenuar os mais graves problemas da jovem geração.

SAUDAÇÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA

Além dos delegados e convidados, assistiram aos trabalhos do Encontro representantes de diversas

vibrantes aplausos e palavras de ordem relativas à unidade. Na mensagem dos jovens socialistas, foi salientada a importância da realização do Encontro como iniciativa de profundo alcance e significado para toda a juventude que luta contra o desemprego. As saudações enviadas pela CGTP-IP e por 200 jovens trabalhadores de Vila Real de Trás-os-Montes foram também recebidas por vibrantes ovações dos delegados e convidados. A intervenção de abertura e saudação a todos os presentes coube ao camarada João Pedro, do Executivo da CC da UJC, que sublinhou a importância histórica do Encontro e apresentou todos os elementos da mesa, entre os quais se encontrava o companheiro Henrique Spulveda, representante do Bureau Político da FMJD e membro da direcção da Juventude Socialista Chilena, que seria calorosamente ovacionado por todos os participantes, numa vibrante manifestação de solidariedade internacional.

UEC); e ainda Arminda Galego, delegada sindical; António Carvalho, da Direcção Distrital do Porto da UJC; Aníbal Domingos, da Direcção Regional das Beiras e da CC da UJC; Cristina Veríssimo, estudante de Medicina e militante da UEC; Domingos Santos, da Direcção Regional do Minho e da CC da UJC; Fátima Anjos, estudante de Direito e militante da UEC; Gouveia Monteiro e Ernesto de Castro, estudantes da Faculdade de Letras de Coimbra (UEC); José Castro Caldas, da Direcção Central do Ensino Superior da UEC; Jacinta Alves Fonseca, da Direcção Distrital do Porto e da CC da UJC; João Núncio, da Direcção Distrital de Lisboa da UJC; José Alberto Pitucas, estudante do Instituto Superior de Economia (UEC); Luis Pizarra, da Direcção Distrital de Faro da UJC; Raquel Teodoro, da Direcção Distrital de Santarém e da CC da UJC; Raul Nícha, da Direcção Distrital de Setúbal e da CC da UJC; Salomão Freitas, da Organização de Jovens Comunistas da Ilha da Madeira,

fundamentalmente: (1) à sabotagem económica interna e externa levada a cabo pelas forças reaccionárias contra a Revolução Portuguesa; (2) à diminuição de emigração; (3) à desmobilização dos militares que se seguiu ao fim das guerras coloniais; (4) ao regresso em massa dos retornados; (5) à crise mundial do capitalismo que tem graves consequências em Portugal devido à situação de dependência externa da nossa economia.

Logo depois do 25 de Abril, e com o objectivo de criar dificuldades à Revolução Portuguesa, os grandes agrários e capitalistas, nomeadamente as empresas multinacionais, multiplicaram os despedimentos. Palavras do camarada Horácio Rufino, que no decorrer da sua importante intervenção, frequentemente interrompida por vibrantes aplausos, afirmaria:

Com os jovens desempregados o País perde, por mês, 60 milhões de horas de trabalho! Quanta energia criadora, quanta capacidade de sacrifício e iniciativa, quanto entusiasmo, quanta riqueza perde o nosso País, e o nosso povo com o desemprego da juventude? É tudo isto quando há tanto que fazer no nosso País. Quantas fábricas se poderiam montar, quantas casas se poderiam construir, quantas aldeias se poderiam electrificar, quantas escolas, hospitais, parques, creches e infantários se poderiam levantar, quantas estradas e caminhos se poderiam abrir com toda esta gigantesca força de trabalho?

A POLITICA ANTI-PEDAGÓGICA DO MEIC

Por seu turno, o camarada Pina Moura diria a dado passo da sua intervenção.

A política de brutal restrição do acesso ao ensino médio e superior feita em nome do melhoramento da qualidade do ensino, não melhora mas agrava a qualidade pedagógica e de formação profissional ministrada nas escolas.

O número de estudantes por turma e por professor aumenta, fruto quer das restrições decretadas pelo MEIC no ano anterior sobre esse assunto, quer do encerramento de escolas que não tenham o número de alunos suficientes. Os trabalhos laboratoriais e de campo, em muitas faculdades não se realizam ou são diminuídos por falta de verbas.

E mais adiante sublinhou: Os próprios catedráticos da FLM, acérrimos defensores dos "numerus clausus" afirmaram já em reuniões, que a qualidade de ensino não sofreu melhorias desde um ano de "numerus clausus". A acção de desorganização pedagógica, liquidando cursos novos e necessários (o caso de Educadoras de Infância, Paramédicos, Ensino Unificado no Secundário entre outros), encerrando escolas, (ISCSF, HCL) não só piorou a qualidade de ensino como tomou o ensino ainda mais incapaz de cobrir, com formação profissional adequada, várias áreas de actividade.

O combate à diversificação dos cursos universitários, linha de força da actual política do MEIC, é também responsável, embora em menor escala, pela precipitação de situações de desemprego para milhares de estudantes que, de outra forma teriam assegurado uma saída profissional.



organizações, nomeadamente, União Sindical, CRARA, Secretariado Coordenador dos Trabalhadores-Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa, Juventude Católica, Juventude Socialista (JS), Associação Académica de Coimbra e as Associações de Estudantes das seguintes escolas de Lisboa: Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Engenharia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Faculdade de Letras, Instituto Superior de Educação Física, Medicina, e Instituto Superior de Contabilidade e Administração.

Durante alguns momentos, ergueram-se os punhos e gritou-se "O Chile Vencerá!". Uma prolongada e vibrante saudação, acompanhada por várias palavras de ordem, recebeu os camaradas da mesa da presidência: Álvaro Cunhal; Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central; Jorge Araújo, do Secretariado do CC; Armando Morais, do CC; Augusto Carreto, Bernardino Sebastião, Carlos Moura, Domingos Oliveira, Fernando Rodrigues, Horácio Rufino, Isabel Pato, Joaquim Pina Moura, Joaquim Pereira, João Pedro e José Moreno (todos da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC); Pina Moura, Joaquim Oliveira, Joaquim Judas, João Leal, Maria Eugénia e Virgílio Rocha (todos do Secretariado da

Teresa Medina, da Direcção Central do Ensino Secundário da UEC; Vitor Otão, da Direcção Distrital de Setúbal da UJC; e Vieira, militante da UEC e membro do organismo das Escolas Técnicas de Lisboa.

O PAIS PERDE POR MÉS 60 MILHÕES DE HORAS DE TRABALHO

Na primeira sessão do Encontro, usaram da palavra os camaradas Horácio Rufino e Pina Moura. "O desemprego é, hoje em dia, o maior e o mais grave problema que atinge a juventude. O desemprego alcançou a partir de 1974 valores extremamente elevados devido



Após o primeiro intervalo, falou o camarada Álvaro Cunhal, frequentemente interrompido por vibrantes ovações e palavras de ordem. A intervenção do secretário-geral do Partido, que publicamos à parte, focou os aspectos relacionados com o desemprego juvenil, problema maior de toda a juventude, "a luta contra o desemprego e a defesa das conquistas da Revolução" e "o direito ao trabalho e a alternativa democrática".

Depois do intervalo para o almoço, o Encontro, que durante a tarde foi presidido pela camarada Maria Eugénia, prosseguiu com as intervenções de Domingos Santos (Minho); Gil Godinho Assis, trabalhador da UCP "A Luta é de Todos"; Maria José, operária da Eurofil; Alice Nobre, estudante de Medicina; Rosalina Pica, trabalhadora da UCP "Esquerda Vencerá" (Pias); Maria Madalena Costa, operária da Têxtil Carneiro (Braga); Pedro Filipe, candidato ao Superior; Luis Pizarra; Salomão Freitas; José Moreno; Carlos Rabaçal; Joaquim Pereira, que denunciou as ingerências do imperialismo e da social-democracia europeia em Portugal, e os consequentes reflexos na situação económica e social do país; Ana Paula, operária da Timex; Olga Nunes, que falou sobre a luta e as reivindicações dos estudantes do Secundário, e Fernando Miguel, do Porto, trabalhador-estudante e filho de reendeiros.

Das 18 e 30 às 20 horas usaram da palavra os camaradas Joaquim Baguinho, que se referiu à situação da juventude desempregada nos distritos de Santarém e Leiria, Anabela Carvalho, aluna da Faculdade de Direito de Lisboa, que falou de diversos aspectos relacionados com a formação jurídica, magistratura, carreira diplomática, administração pública e advocacia; Vital Henriques, operário da Metalúrgica Duarte Ferreira; Domingos Oliveira, que focou questões ligadas à formação profissional; Henrique Sá, estudante de Engenharia; Manuel Raposo, que falou sobre a preparação do Encontro e o desemprego juvenil no distrito de Lisboa, e Maria Teixeira, do Secretariado da célula da UEC da Faculdade de Agronomia da UEC.

"A mesma mão que assassinou Catarina Eufémia e que aprisionou e torturou os melhores lutadores antifascistas do povo português" — disse mais adiante — "está agora a assassinar e a torturar os filhos do povo chileno".

Salientando que "cada povo deve escolher e seguir livremente o seu caminho de libertação", Henrique Spulveda denunciou o sectarismo e frisou a importância da unidade, em particular da unidade entre socialistas e comunistas. Seguidamente, afirmaria que "quando o imperialismo viu que não podia destruir a unidade do povo chileno, usou a criminosa estratégia do golpe e assassinou o presidente Salvador Allende". Os participantes no Encontro interromperam Henrique Spulveda, entoando várias palavras de ordem; nomeadamente, "O Chile Vencerá", "Allende, presente agora e sempre!" e "Unidos Venceremos". Na parte final da sua intervenção, o companheiro chileno salientou que um bom socialista não é nunca anticomunista e um bom comunista não é nunca anti-socialista. Estas declarações seriam vibrantemente sublinhadas por longos aplausos.

DESTRUIR A REFORMA AGRÁRIA É AGRAVAR A SITUAÇÃO ECONÓMICA

No domingo, os trabalhos do Encontro foram presididos pelo camarada Fernando Rodrigues. Após as intervenções sobre as dificuldades que os professores universitários estão a encontrar, cada vez mais, com as imposições, manobras e arbitrariedades do ministro Cardia, e sobre a situação económica e social da juventude trabalhadora e estudantil das Beiras, foi dada a palavra ao camarada Augusto Carreto que salientou, a luta dos jovens operários agrícolas das UCPS

Durante a manhã de domingo, ainda usaram da palavra os camaradas Vitor Otão, de Setúbal; José Silva, da célula da empresa Algot; Garcia, da Comissão Distrital do Porto da UJC; António

é Cooperativas. Frequentemente interrompido por aplausos e palavras de ordem, tais como "Avante, Avante pela Reforma Agrária" e "A Luta Continua", aquele jovem comunista afirmou que "destruir a Reforma Agrária é agravar, ainda mais, a situação económica, é lançar mais trabalhadores no desemprego, nomeadamente jovens".

INTERVENÇÃO DE HENRIQUE SPULVEDA

Alvo de uma vibrante saudação internacionalista, Henrique Spulveda denunciou, no decorrer da sua breve mas significativa intervenção, "os interesses do grande capital, causa directa do desemprego e da delinquência" e as manobras do imperialismo contra a economia de diversos países. Referindo-se, mais adiante, à intensa repressão e as difíceis condições de vida das massas trabalhadoras na América Latina, recordou que a luta pelo direito ao trabalho motivou recentemente o assassinio de 100 trabalhadores no Equador e de 25 na Colômbia. Depois de afirmar que "só numa sociedade sem exploradores nem explorados, a juventude encontra a plena realização dos seus interesses", agradeceu, como chileno as manifestações de solidariedade dos presentes para com a luta do povo e da juventude do Chile, tendo sublinhado que a luta e a acção do povo português estão sempre presentes na luta e na acção do povo chileno.

"A mesma mão que assassinou Catarina Eufémia e que aprisionou e torturou os melhores lutadores antifascistas do povo português" — disse mais adiante — "está agora a assassinar e a torturar os filhos do povo chileno".

Salientando que "cada povo deve escolher e seguir livremente o seu caminho de libertação", Henrique Spulveda denunciou o sectarismo e frisou a importância da unidade, em particular da unidade entre socialistas e comunistas. Seguidamente, afirmaria que "quando o imperialismo viu que não podia destruir a unidade do povo chileno, usou a criminosa estratégia do golpe e assassinou o presidente Salvador Allende". Os participantes no Encontro interromperam Henrique Spulveda, entoando várias palavras de ordem; nomeadamente, "O Chile Vencerá", "Allende, presente agora e sempre!" e "Unidos Venceremos". Na parte final da sua intervenção, o companheiro chileno salientou que um bom socialista não é nunca anticomunista e um bom comunista não é nunca anti-socialista. Estas declarações seriam vibrantemente sublinhadas por longos aplausos.

DESTRUIR A REFORMA AGRÁRIA É AGRAVAR A SITUAÇÃO ECONÓMICA

No domingo, os trabalhos do Encontro foram presididos pelo camarada Fernando Rodrigues. Após as intervenções sobre as dificuldades que os professores universitários estão a encontrar, cada vez mais, com as imposições, manobras e arbitrariedades do ministro Cardia, e sobre a situação económica e social da juventude trabalhadora e estudantil das Beiras, foi dada a palavra ao camarada Augusto Carreto que salientou, a luta dos jovens operários agrícolas das UCPS

Durante a manhã de domingo, ainda usaram da palavra os camaradas Vitor Otão, de Setúbal; José Silva, da célula da empresa Algot; Garcia, da Comissão Distrital do Porto da UJC; António

Durão, jovem diplomado no desemprego; Artur, trabalhador da Mundet; Lia Fernandes, que falou sobre algumas das mais graves consequências do desemprego: droga, delinquência e prostituição, e Carlos Alberto, que se referiu às difíceis condições económicas e sociais dos jovens desempregados.

A DECLARAÇÃO DO ENCONTRO APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

Carlos Moura leu a Declaração do Encontro, no decorrer do qual chegaram à Comissão de Redacção 51 propostas de alteração, das quais foram aceites 21. Seguiu-se um dos momentos mais entusiasmados e vibrantes da jornada, quando os 800 delegados, oriundos de todos os pontos do país e de diferentes sectores, aprovaram por unanimidade e aclamação a Declaração do Encontro, cujo texto introdutório sublinha:

A juventude portuguesa, trabalhadora e estudantil, não quer viver à margem do processo de renovação e transformação da sua Pátria.

Na sessão de encerramento registaram-se, ainda, as intervenções das camaradas Horácio Rufino e Álvaro Cunhal.

Depois de saudar todos os presentes, em especial o representante da FMJD, e de referir o ambiente de alegria, entusiasmo e combatividade em que se desenvolveu o Encontro, o camarada Rufino salientou que os objectivos da jornada foram alcançados. Em relação às soluções apontadas nas diferentes intervenções, destacou os exemplos das cooperativas de desempregados e a criação de 4.º e 5.º turnos nas fábricas têxteis (propostas dos camaradas do Minho), a regulamentação das horas extraordinárias e as possibilidades de saídas profissionais referidas pelos camaradas da UEC. Ao sublinhar a acção de muitas centenas de jovens sem partido e mesmo filiados noutras organizações no trabalho preparatório do Encontro, afirmou: Sem a sua participação, nós não teríamos chegado à aprovação de uma Declaração tão importante e completa!

Durante a sua intervenção, entusiasmadamente aplaudida, o camarada Horácio Rufino denunciou a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista ("que é de facto uma política de desemprego"), levada a cabo pelo Governo da direcção do PS, em aliança com a direita reaccionária; sublinhou a necessidade de levar a Declaração aprovada a toda a juventude e dirigiu uma especial saudação aos camaradas da comissão técnica e de instalação, sem os quais não teria sido possível trabalhar em tão boas condições. Saliente-se, a propósito, que o pavilhão do Sacavenense apresentava uma bela decoração, destacando-se o enorme cenário colocado por detrás da mesa da presidência.

O camarada Rufino agradeceu também a presença dos bombeiros e a gentileza da direcção do Sacavenense.

Finalmente, a luta pelo direito ao trabalho é inseparável no momento presente, da luta por uma alternativa democrática para o Governo actual e para a política actual.

No decorrer da sua intervenção, o camarada Álvaro Cunhal sublinhou também: Nós, camaradas, insistimos muitas vezes que a democracia se constrói e a independência se assegura com os trabalhadores e não contra os trabalhadores. Mas creio que neste Encontro promovido pela UJC e a UEC podemos dizer algo um pouco diferente, mas igualmente verdadeiro: é que a democracia se constrói, a independência se defende e o futuro se assegura com a juventude e não contra a juventude.

A terminar, o secretário-geral do PCP declarou: Creio que todos estamos certos de que se a reacção depois do 25 de Abril não tivesse passado, então, desta vez também não passaria!

O Encontro encerrou com uma festa pública que decorreu à tarde e em que actuaram José Jorge Leitria, Carlos Paulo, Jorge Trovante, Brigada Vitor Jara e o Grupo de Teatro Ensaiado.

INTERVENÇÃO DE ÁLVARO CUNHAL NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

A última intervenção do Encontro, de que transcrevemos, em seguida, as passagens mais significativas, esteve a cargo do secretário-geral do Partido, que seria, uma vez mais, entusiasmadamente aplaudido. Falando de improviso, o camarada Álvaro Cunhal começaria por declarar: Este Encontro é, sem dúvida, uma grande iniciativa, que se debruçou sobre um dos problemas mais agudos e mais graves da juventude do nosso país, o problema maior da jovem geração, segundo lhe chama o documento aprovado.

Foi feita uma análise bastante cuidadosa da situação geral e dos diferentes sectores (profissões e escolas) e, na base desta análise, o Encontro indicou medidas de ordem geral e de política económica.

REIVINDICAÇÕES E PROPOSTAS

No terceiro e último capítulo da Declaração do Encontro, a qual foi aprovada por unanimidade e aclamação, são apontadas reivindicações justas e propostas construtivas dos jovens trabalhadores e estudantes, cujas "energias e potencialidades criadoras, capacidade de iniciativa e sacrifício são riquezas incalculáveis", nos querem colocar ao serviço do povo e do país.

Depois de salientar que "os jovens trabalhadores não desejam um futuro de desemprego, de discriminações salariais e profissionais, de repressão patronal, de más condições de vida, de ignorância", e que "os jovens estudantes não querem estudar anos e anos, para ficar sem uma saída profissional", a última parte da Declaração refere:

"A juventude quer participar confiante na resolução dos grandes problemas nacionais, quer contribuir para a saída da grave crise económica e financeira em que o País se encontra. A juventude não deseja um futuro de apreensão, incertezas e angústias, quer realizar as suas legítimas esperanças e sonhos por uma vida melhor, de alegria e felicidade.

"A juventude deseja contribuir para a realização do projecto de vida colectiva que a Constituição aponta aos portugueses. A juventude sublinha a urgência de medidas que concretizem as disposições do Artigo 70.º da Constituição que, entre os direitos económicos, culturais e sociais dos jovens, consagra o acesso ao ensino, à cultura, ao trabalho, à formação e promoção profissional."

"Nesse sentido" — lê-se mais adiante — "os jovens trabalhadores lutam pelo direito ao trabalho exigindo designadamente:

- a proibição dos despedimentos sem justa causa;
• a revogação do decreto que liberaliza os despedimentos;
• a proibição da classificação de eventuais aos menores de 18 anos;
• o fim dos contratos a prazo;
• a elaboração do estatuto do aprendiz, que consigne os seus direitos e seja uma barreira à repressão patronal e aos despedimentos;
• a obrigatoriedade das empresas realizarem concursos regulamentados de forma a evitar o mecanismo das "inflências";
• a regulamentação do pluri-emprego e das horas extraordinárias;
• a efectiva proibição do trabalho infantil;
• uma política de emprego que leve a curto prazo à criação de novos postos de trabalho;
• a completa reestruturação do Serviço Nacional de Emprego, de forma a cumprir as atribuições que lhe estão fixadas e a obrigatoriedade das empresas inscreverem nos serviços as suas ofertas de emprego;
• aproveitamento integral da capacidade das instituições de formação e aperfeiçoamento profissionais;
• garantia das condições de trabalho adequadas a uma formação profissional capaz, num curto período de tempo.

Por seu turno, os jovens estudantes e diplomados lutam pelo direito ao ensino e por saídas profissionais adequadas às suas qualificações escolares e exigem:

- a suspensão da aplicação da legislação relativa aos "numerus clausus" e aos exames de aptidão;
• o fim da política de liquidação de cursos e encerramento de escolas;
• a revogação da legislação que institui formas de selecção arbitrária e antipedagógica (exames nacionais no secundário, decreto que revoga as médias de dispensa no secundário, medidas orientadas contra os métodos de avaliação continua no Superior, etc.);
• a integração dos jovens diplomados na vida profissional, designadamente pela sua utilização em campanhas nacionais socialmente úteis e necessárias (alfabetização, educação sanitária);
• facilitar e promover o acesso dos jovens das classes trabalhadoras a todos os escalões do ensino e da cultura.

E mais adiante, a Declaração salienta: Para os jovens desempregados, a luta por estes objectivos e para travar a deliberada política de desemprego prosseguida pelo Governo PS, corresponde às suas mais instantes aspirações e interesses.

Organizando-se nos sindicatos, em comissões de desempregados, promovendo amplas reuniões, manifestações e concentrações, locais ou regionais, a juventude luta e lutará contra o desemprego, pelo direito ao trabalho, pelo primeiro emprego, por saídas profissionais.

Depois de referir que a redução e solução do problema do desemprego exige uma viragem radical na política de recuperação capitalista que o Governo PS, cedendo às pressões da direita, tem vindo a aplicar, a Declaração aprovada no Encontro sublinha:

Nesse sentido, os jovens reclamam que sejam rapidamente tomadas medidas que garantam o aumento da produção e a plena utilização dos recursos naturais e da capacidade produtiva do País, que cesse a ofensiva de destruição da economia nacional em curso com as medidas arbitrárias e ilegais tomadas pelo Governo PS e pelo patronato reaccionário contra as UCPS, Cooperativas agrícolas, empresas intervencionadas, em autogestão e nacionalizadas. Os jovens consideram que a defesa e consolidação da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo de gestão, são uma condição e garantia para se vencerem as dificuldades que o País vive, para se poder melhorar as condições de vida do povo português. Pela sua parte, os jovens afirmam a vontade de participar de forma activa, criadora e entusiasta, na grandiosa mobilização colectiva de esforços que permita a construção em Portugal do futuro melhor que todos desejamos.



EXEMPLOS DO TRABALHO CRIADOR NA PREPARAÇÃO DO ENCONTRO

Um dos factores que determinou o êxito do Encontro foi o dinamismo e a capacidade de organização e pesquisa de que foram provas centenas e centenas de jovens, comunistas e de outras opções políticas e partidárias, no decorrer da actividade preparatória do Encontro, em particular no estudo da situação a nível nacional e local sobre as questões mais significativas do desemprego, procura de primeiro emprego e saídas profissionais.

As dificuldades encontradas foram muitas. O Encontro foi a primeira iniciativa realizada no País sobre aqueles problemas. Os departamentos oficiais não possuem estatísticas actualizadas e completas. Os objectivos das tarefas integradas no estudo da situação eram ambiciosos e difíceis de concretizar. Mas os jovens conseguiram. Porque houve determinação. Porque houve unidade. Porque houve trabalho profundo e aplicado.

Registraram-se exemplos de trabalho criador que as organizações, militantes e outros jovens democratas multiplicaram um pouco por todo o País, com o objectivo de se fazer um levantamento mínimo da situação. Em algumas localidades, efectuaram-se contactos porta-a-porta e pequenos inquéritos. Nas

empresas e campos da Reforma Agrária foram registados dados sobre os despedimentos provocados pela política de recuperação capitalista e agrária do Governo. Em quase todas as regiões, foram estudadas e comparadas estatísticas, boletins e outros documentos oficiais sobre o desemprego e a procura de primeiro emprego, sendo igualmente de sublinhar a importância de se revestirem as múltiplas reuniões com jovens desempregados, as quais tiveram como objectivo fundamental analisar, com profundidade, a sua vida e os problemas que enfrentam no dia-a-dia.

SOBRE A CARREIRA DOCENTE

De salientar, também, a clareza e análise objectiva das situações e das perspectivas, nos relatórios gerais sectoriais elaborados por grupos específicos de jovens (organizados pela UEC) sobre as saídas profissionais, nomeadamente os relatórios sobre a carreira docente, actividade jurídica e administração pública, saúde, agro-pecuária e pescas.

A título de exemplo, publicamos em seguida algumas das "reivindicações imediatas no

domínio da carreira docente", contidas no respectivo relatório:

- Reciclagem de professores dos ensinos primários, preparatório e secundário;
- Canalizar do excedente de professores nalguns grupos do secundário para o sector da Educação Permanente, nomeadamente, para tarefas de alfabetização, animação cultural e desportiva, cursos em sindicatos e autarquias, etc.;
- Distribuição planificada de docentes de forma a garantir a cobertura total da rede escolar;
- Criação de novos cursos e saídas profissionais a nível do ensino superior, diversificando assim a formação de quadros técnicos e especializados. Exemplos: cursos de jornalismo, de tradutores, saída específica para o ensino, saída para a investigação e o ensino superior, etc.;
- Ensino infantil: recrutamento e formação intensiva de 17 000 educadores;
- Garantia de estágio pedagógico para todos os professores, logo após a licenciatura;
- Revogação de toda a legislação que afecta os direitos profissionais dos professores;
- Revogação do "numerus clausus".

Este conjunto de medidas relativas à carreira docente deverá ser acompanhado de outras, a médio e longo prazo, que tenham como directriz fundamental a expansão do sector educacional e a eliminação do desemprego nos quadros que se formaram nas actuais Faculdades de Letras e Ciências. Assim, essas medidas terão necessariamente de implicar uma alteração das actuais estruturas de ensino e terão de ser delineadas na perspectiva de uma planificação global da educação.

1. Aumento da rede escolar tendo em conta o número da população residente nos concelhos e a população em idade escolar, sobretudo nas regiões Norte, Centro e Interior.
2. Construção da rede escolar do ensino infantil.
3. Política orçamental: política que tenha em conta a expansão do sistema escolar e não a sua contenção.
4. Expansão do sector educacional:
 - a) Universidade Aberta (ensino à distância) no sentido da valorização de milhares de trabalhadores-estudantes da província, o que poderá ser um factor de descongestionamento das actuais Universidades.
 - b) Aumento da escolaridade obrigatória.



Ognhan Doinov, membro do CC do PCB, na Cova da Piedade

«PRODUZIMOS MAIS EM 6 DIAS DO QUE A BULGÁRIA BURGUESA PRODUZIA DURANTE UM ANO»

O vasto salão da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense foi pequeno para conter as largas centenas de comunistas e outros democratas que, na passada quinta-feira, quiseram estar presentes no comício que o nosso Partido promoveu na Cova da Piedade, e que contou com a presença de uma delegação do Partido Comunista Búlgaro que visitou Portugal a convite do Comité Central do nosso Partido.

Presentes na mesa que presidiu ao comício, e por detrás da qual se podia ler, em fundo vermelho enquadado pelas bandeiras portuguesa e búlgara, "a acção de Dimitrov pertence ao movimento internacional dos trabalhadores", os camaradas do P. C. Búlgaro, Ognhan Doinov, Georqui Grigorov e Geliasso Dimitrov, um trabalhador da Cooperativa Agrícola de Casabres, elementos da Comissão Concelhia de Almada e os camaradas Jaime Serra e Alvaro Cunhal.

Abriu o comício a que presidiu, o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central do PCP, após saudar os camaradas da pátria de George Dimitrov, sublinhando, referindo-se ao significado daquele comício-festa:

Esta festa internacionalista traduz, na prática, a aplicação dum linha internacionalista consequente que tem sido uma constante na actividade do nosso Partido.

Al longo dos anos, mesmo nas mais difíceis condições de clandestinidade, o PCP tem educado os seus militantes na

fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo e no espírito do internacionalismo proletário.

Na sua longa e dura luta, os comunistas portugueses provaram inúmeras vezes que sendo internacionalistas consequentes são, por isso mesmo, os mais apegados patriotas e intransigentes defensores da independência e soberania nacionais.

O orador seguinte, Jorge Santos, da Comissão Concelhia de Almada, leu uma saudação daquele organismo do nosso Partido, acentuando em certos passos:

A Comissão Concelhia de Almada não pode esquecer, neste momento, a sua profunda emoção por termos aqui, junto de nós, representantes da pátria de George Dimitrov, guia e filho imortal do Povo búlgaro, destacado e reconhecido dirigente do movimento comunista internacional.

Lembramos a extraordinária contribuição dada por Dimitrov para a denúncia, a caracterização e o combate ao fascismo, que nos ajudou na nossa luta clandestina

de 48 anos e nos levou à manhã radiosa do 25 de Abril.

A Reforma Agrária, conquista tão querida dos comunistas e de todos os democratas consequentes, esteve presente pelas palavras do vice-presidente da Cooperativa Agrícola de Casabres, Miquelino José, vibrantemente saudado pela multidão aos gritos de "Avante pela Reforma Agrária".

A revolução democrática de 25 de Abril de 1974 favoreceu o desenvolvimento da amizade entre os nossos dois Países — no domínio político, económico e cultural. O Partido Comunista Búlgaro e o Partido Comunista Português fazem toda a possível para que a cooperação e a amizade entre os Povos búlgaro e português se fortaleçam e desenvolvam cada vez mais no futuro, afirmou Ognhan Doinov, secretário do Comité Central do PCB, chefe da delegação daquele Partido irmão, que acentuava mais adiante:

Permite-me salientar aqui uma vez mais que o nosso Partido sente grande respeito e admiração pelo Partido Comunista Português — a vanguarda gloriosa e heróica

dos operários e camponeses portugueses na sua luta pelo melhoramento do nível de vida, pela democracia e progresso social. Os comunistas búlgaros, admiram a pureza dos vossos ideais, admiram o vosso heroísmo na luta por uma nova sociedade. Nós admiramos a abnegação, a fidelidade sem limites à causa do socialismo e do comunismo, ao internacionalismo proletário, manifestadas pelo Partido Comunista Português e o seu secretário-geral, o destacado combatente do movimento comunista e operário internacional, laureado com o Prémio Internacional de Dimitrov, camarada Alvaro Cunhal.

O vice-presidente do Conselho de Ministros Búlgaro sublinhou ainda, ao analisar a realidade socialista que já hoje se vive na Bulgária:

Hoje o nosso país é um Estado socialista moderno, de indústria desenvolvida, de agricultura altamente concentrada. Presentemente, produzimos mais em 6 dias do que a Bulgária burguesa produzia num ano. A produção agro-pecuária cresceu cerca de três vezes. O rendimento nacional aumentou quase 7 vezes.

Encerrando o comício usou da palavra o camarada Alvaro Cunhal cujo discurso referimos noutra local.

A PALAVRA AOS DELEGADOS E CONVIDADOS

Durante os intervalos e a festa de encerramento do Encontro falámos com alguns delegados e convidados. A importância da jornada — em particular a definição das formas de luta e organização contra o desemprego e a apresentação de soluções capazes de, na presente situação, contribuírem para atenuar este grave problema da juventude — foi sublinhada por todos os nossos interlocutores, que referiram, igualmente, a excelente organização do Encontro, iniciativa que demonstrou, de forma inequívoca, a capacidade e a determinação da juventude para a luta contra o desemprego.

juventude — foi conseguido em pleno, tal como o demonstram a preparação, os debates, as intervenções e as conclusões do Encontro — disse-nos Valter Marques, de 21 anos, trabalhador de escritório e estudante do 2.º ano do curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

Depois de referir a sua "grande satisfação por participar nesta grandiosa lição de unidade, firmeza, mobilização, organização e luta da juventude contra o desemprego", salientou: "Os relatórios e estudos elaborados pelas subcomissões e comissões criadas para o Encontro, os inquéritos, as estatísticas comparadas e consultadas, e por vezes apuradas por camaradas a partir de dados fornecidos pelo INE, os contactos porta-a-porta, as reuniões e outras iniciativas, proporcionaram a recolha de elementos sobre a situação social e económica da juventude, a nível nacional e local. A partir destes

elementos, previamente analisados e estudados, o Encontro apresenta soluções e propostas para atenuar o desemprego (e eu digo atenuar, porque o desemprego não se pode anular de um dia para o outro) e para dar um importante contributo à resolução dos problemas relacionados com as saídas profissionais. Ao mesmo tempo que é uma firme denúncia do capitalismo e da ingerência imperialista, das consequências originadas pelo capitalismo — desemprego, inflação, aumento do custo de vida, etc., etc. — e da política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo minoritário do PS, e Encontro — cujos objectivos são expressão dos desejos e aspirações de milhares e milhares de jovens — aponta, também, a saída para um vasto e alarmente conjunto de problemas. O Encontro não se convocou apenas para criticar e denunciar uma situação.

Mas também para contribuir, séria e objectivamente, para a resolução desse conjunto de problemas que afectam durante a juventude".

nem da UEC. Mas creio que só através da luta, ao lado de toda a juventude trabalhadora e estudantil, ao lado da Juventude Comunista, é que é possível resolver a situação. Por isso estou aqui" — palavras de Maria Isabel, de Setúbal.

UMA CONTRIBUIÇÃO SÉRIA E OBJECTIVA

"Penso que o objectivo fundamental deste Encontro — analisar e apontar soluções para o mais grave problema da

juventude — foi conseguido em pleno, tal como o demonstram a preparação, os debates, as intervenções e as conclusões do Encontro — disse-nos Valter Marques, de 21 anos, trabalhador de escritório e estudante do 2.º ano do curso de História da Faculdade de Letras de Lisboa.

nem da UEC. Mas creio que só através da luta, ao lado de toda a juventude trabalhadora e estudantil, ao lado da Juventude Comunista, é que é possível resolver a situação. Por isso estou aqui" — palavras de Maria Isabel, de Setúbal.

nem da UEC. Mas creio que só através da luta, ao lado de toda a juventude trabalhadora e estudantil, ao lado da Juventude Comunista, é que é possível resolver a situação. Por isso estou aqui" — palavras de Maria Isabel, de Setúbal.

A PRESENÇA DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO

Acontecimento de âmbito nacional, de impacto em toda a juventude portuguesa e de profundo significado político e social, o Encontro promovido no passado fim-de-semana pela UJC e a UEC sobre os problemas do desemprego, foi acompanhado por representantes de vários órgãos de Comunicação Social nacionais e estrangeiros,

nomeadamente a ADN, ORTE, TV da RDA, RTP, ANCP, RDI e os jornais "o diário", "Diário de Lisboa", "Diário Popular", "A Capital" e "Notícias da Amadora".

Os jornalistas que se deslocaram ao Encontro contaram com a preciosa colaboração de um grupo de camaradas destacados para o efeito.

Em relação ao Encontro, afirmou-nos: "Acho que é uma importante iniciativa, da qual vão sair propostas e reivindicações necessárias à organização da luta juvenil contra o desemprego. Depois, a Declaração terá de ser levada ao conhecimento de muitos jovens que não assistiram ao Encontro, mas que também estão presentes na luta. Querá, igualmente, salientar a importância de se reveste a luta pela defesa da Reforma Agrária para as centenas de jovens que trabalham nas UCPs e Cooperativas. A destruição da Reforma Agrária implicará o seu desemprego. Vastas zonas do Alentejo e Ribatejo voltarão a ser terras de fome e miséria".

A DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Por seu turno, o João Carlos, trabalhador rural alentejano afirmou ao "Avante!": "Sou do distrito de Évora, uma das zonas de intervenção da Reforma Agrária. Trabalho no campo com os meus pais, que são pequenos agricultores. Terei o 2.º ano do Ciclo. Não consegui arranjar emprego a não ser no campo. É um trabalho duro. Mas sempre é melhor assim, do que estar desempregado. No entanto, ainda tenho esperanças de vir a arranjar uma colocação profissional. Até lá, continuarei no campo".



Membro do Bureau da FMJD e da JS Chilena

HENRIQUE SPULVEDA FALOU AO «AVANTE!»

Num dos intervalos do Encontro, a reportagem do "Avante!" contactou o representante do Bureau Político da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), companheiro Henrique Sepulveda, membro da direcção da Juventude Socialista Chilena.

Referindo-se ao Encontro, a que assistiu com todo o interesse, disse-nos:

O que mais me impressiona nesta grandiosa jornada é o entusiasmo e a combatividade com que os jovens da UJC e da UEC expressam a sua presença na luta pelo direito ao trabalho e ao ensino. Sendo delegado da FMJD, é importante poder observar que, num país como Portugal, duramente atingido pela crise internacional do capitalismo e consequente aumento do desemprego — crise que se estende a toda a Europa Ocidental, para não ir mais longe — os jovens enfrentam a situação através de uma luta ampla, organizada, consciente e firme.

um dos aspectos abordados durante a nossa breve entrevista com Henrique Sepulveda, que sublinhou:

Neste momento, a luta de resistência da juventude chilena desenvolve-se em todos os locais e sectores, apesar das condições de brutal repressão fascista. No Chile, oficialmente, a própria Junta Militar fala em 20 por cento de desempregados em relação à população activa do país. É falso. Esta cifra é muito mais alta: ultrapassa os 25 por cento. Segundo reconhece a própria Junta fascista, existe no Chile

1 milhão e 200 mil trabalhadores desempregados. É falso. O número atinge maiores proporções: cerca de 1 milhão e meio. E a maior parte de desempregados são jovens. A luta contra o desemprego no Chile é hoje uma das frentes do combate contra a opressão fascista.

Depois de referir que 50 por cento da população chilena é constituída por jovens com menos de 25 anos, o companheiro Henrique Sepulveda declarou: A juventude estudantil prossegue uma intensa luta pelo direito ao ensino, que após o golpe fascista

voltou a ser pago, afastando das escolas numerosos jovens sem possibilidades económicas. Presentemente, um filho de um trabalhador, de um assalariado, não pode frequentar as escolas secundárias ou superiores.

A estas lutas — pelo direito ao trabalho e pelo direito ao ensino — junta-se ainda a luta pelos direitos humanos. No Chile há 2500 desaparecidos, dos quais a maior parte são jovens democratas, presos pela polícia e que nunca mais voltaram a aparecer, entre eles o secretário-geral da Juventude Socialista e o subsecretário-geral da Juventude Comunista.

Uma grande parte dos presos políticos são também jovens.

A terminar, Henrique Sepulveda sublinhou: Organizar e mobilizar as mais amplas massas da juventude trabalhadora e estudantil, lutar com todas as energias, ao lado da classe operária, dos camponeses e dos democratas, derrotar o fascismo e conquistar a democracia — são tarefas em que estão empenhados, neste momento, milhares de jovens antifascistas chilenos, milhares de jovens que, independentemente das suas opções políticas, partidárias ou religiosas, estão firmes e unidos para a concretização de objectivos comuns e patrióticos.

A SITUAÇÃO NO CHILE

A heroica resistência da juventude e do povo do Chile contra a tirania fascista foi também



COMUNICADO CONJUNTO PCP-PCB

A convite do Comité Central do Partido Comunista Português esteve de visita a Portugal, de 24 a 27 de Outubro, uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro dirigida pelo camarada Ognhan Doinov, Secretário do CC do PCB e de que faziam também parte os camaradas Georqui Grigorov, Secretário do Comité Urbano de Sófia e Geliasso Dimitrov, do Departamento de Política Externa e de Relações Internacionais do CC.

Durante a sua estadia, a delegação do CC do PCB teve conversações com o CC do PCP, nas quais participaram os camaradas Alvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Jaime Serra, da Comissão Política e Helena Costa, da Secção Internacional.

A delegação do CC do PCB tomou contacto com vários aspectos da actividade do PCP e da realidade portuguesa, tendo no mesmo momento visitado a Cooperativa Agrícola de Casabres, a empresa ICESA (construção civil) e a Siderurgia Nacional.

Por ocasião desta visita, o Partido Comunista Português organizou um comício de amizade com o Partido Comunista Búlgaro, na Cova da Piedade, no qual intervieram, entre outros, os camaradas Ognhan Doinov e Alvaro Cunhal.

Durante os encontros e as conversações foi dada uma informação mútua sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos respectivos Partidos. As delegações trocaram opiniões sobre a situação internacional e o movimento comunista e operário internacional.

A delegação do CC do PCB informou acerca do trabalho do Partido Comunista Búlgaro no cumprimento das resoluções do XI Congresso e do Plano de Julho de 1976 do CC do PCB para a construção da sociedade socialista desenvolvida e da base material da edificação do comunismo. Informou também sobre a política externa de paz, consequente e de princípios, da República Popular da Bulgária.

A delegação do CC do PCP expressou uma elevada apreciação dos êxitos do PCB, comprovando as vantagens do sistema socialista na solução dos grandes problemas dos povos.

A delegação do CC do PCP deu também uma informação detalhada sobre a luta do povo português contra a ofensiva da reacção, em defesa das conquistas da Revolução, da democracia e da independência nacional e para alcançar a unidade de acção com todas as forças progressistas do País.

A delegação do CC do PCB expressou alto apreço pela actividade do PCP.

Os dois Partidos saúdam o processo de desanuvamento

relação ao agro-pecuário. Também na base da integração económica, o país desenvolve rapidamente a sua indústria. Temos já muito desenvolvida a indústria electrónica e de máquinas de calcular, da que exportamos cerca de um bilhão de dólares de mercadorias. Estão em marcha programas especiais de cooperação, tanto com a URSS, com quem temos um programa de cooperação até 1990, como com os outros países socialistas. Desenvolver esta política de delineação de tarefas e programas económicos multilaterais a longo prazo, é um factor decisivo no desenvolvimento da nossa própria economia.

— Que repercussão estão a ter as comemorações do 60.º aniversário no vosso país?

— A comemoração do 60.º aniversário é uma grande festa, não só para a URSS e para os outros países socialistas, mas também para toda a humanidade progressista e para os partidos irmãos, incluindo naturalmente o nosso. Seria muito difícil enumerar todas as iniciativas levadas a cabo na Bulgária. No dia 25 de Fevereiro o órgão do nosso Partido divulgou a decisão do PCB a respeito das comemorações.

Registraram-se entretanto muitas e muitas iniciativas por parte dos trabalhadores búlgaros. A Televisão, a Imprensa, a Rádio têm desenvolvido um intenso trabalho de esclarecimento e divulgação. Estão previstas iniciativas de todas as

organizações sociais do nosso país, visitas de amizade, reuniões solenes em todos os centros regionais, e também com a participação do CC, reunião comemorativa e desfile em Sófia e, naturalmente, a participação de uma delegação do nosso partido e Estado nas comemorações na URSS.

— Que impressões levam os camaradas do nosso país?

— Todos podemos dizer que levamos magníficas impressões de Portugal, do vosso povo, do vosso país, do vosso Partido da vossa capacidade de enfrentar a ofensiva capitalista. Tivemos a oportunidade de ver a influência do Partido Comunista Português, a sua luta persistente na defesa das conquistas da revolução, na defesa dos interesses dos operários, de todos os trabalhadores.

Desejamo-vos os maiores êxitos na vossa luta pelo bem estar do povo português, dos trabalhadores — e o resultados já obtidos nessa luta abrem caminho a novas e maiores vitórias no futuro.

Podem sempre contar conosco, com o nosso apoio fraternal, com o reforço dos laços entre os nossos dois partidos. Laços inquebrantáveis porque baseados na fidelidade ao marxismo-leninismo.

Aproveitamos a oportunidade para, em nome dos comunistas e dos trabalhadores, do povo búlgaro, expressar as nossas saudações ao PCP, aos trabalhadores, ao povo português.

Foi salientado que no momento presente assume particular importância a luta contra as campanhas anti-soviéticas e anticomunistas, organizadas pelo imperialismo.

Nas vésperas do 60.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro, as duas delegações salientaram que ela representa o mais importante acontecimento da época contemporânea, com influência determinante em todo o processo revolucionário mundial. As ideias de Outubro constituem também um guia para a acção para os comunistas do mundo inteiro.

As duas delegações expressaram a sua satisfação pelo desenvolvimento das relações fraternais entre o PCB e o PCP, trocaram ideias sobre o seu alargamento e aprofundamento posterior e pronunciaram-se pelo desenvolvimento da cooperação entre a República Popular da Bulgária e Portugal, no interesse dos povos dos dois países.

A delegação do CC do PCB convidou uma delegação do CC do PCP a visitar a República Popular da Bulgária em 1978. Este convite foi aceite.

As conversações decorreram num ambiente de amizade fraternal e caloroso, tradicional nas relações entre os dois Partidos.

Lisboa, 25 de Outubro de 1977

VIVA O 60.º ANIVERSÁRIO DA

A natureza democrática da Revolução de Outubro

por **Konstantin Zaradov**, membro suplente do CC do PCUS e director da "Revista Internacional"

Ao aproximar do sexagésimo aniversário da Revolução de Outubro de 1917, as discussões sobre a sua natureza democrática ocupam um lugar cada vez mais importante. Porque é que é precisamente este aspecto que prende a atenção? Porque os sucessos do socialismo conseguidos pelo poder autêntico do povo, o forte agravamento da crise assim como do sistema socioeconómico e das instituições políticas do capitalismo, a participação geral das massas populares na criação histórica independente tornam perfeitamente actual a questão do lugar da democracia na luta das classes no processo mundial geral da passagem do capitalismo ao socialismo.

A REVOLUÇÃO E A DEMOCRACIA

No Ocidente, esforçam-se hoje cuidadosamente para propagar a tese segundo a qual a Revolução de Outubro teria interrompido, na Rússia, o desenvolvimento democrático que teria começado com a revolução de Fevereiro a qual fez cair a autocracia czarista.

É verdade que a revolução democrática permitiu ao povo conquistar as liberdades políticas que não existiam anteriormente na Rússia. Uma das conquistas mais importantes da democracia depois da revolução de Fevereiro foi a divisão de facto do poder entre o governo provisório burguês e os Sovietes que já representavam uma forma do poder autêntico do povo. É precisamente graças aos Sovietes que paralisaram, durante vários meses, as tendências autoritárias e conservadoras do governo e que se atingiu um grau inaudito de liberdade.

Ao mesmo tempo, o regime democrático estabelecido pela revolução burguesa era precisamente um regime de democracia burguesa. É preciso dizer, antes de mais, que nada tinha sido feito no país para acabar com a guerra e estabelecer a paz, embora esta fosse a vontade da maioria da sociedade. A questão agrária não era resolvida e os camponeses (que constituíam a maioria da população russa), oprimidos pela miséria e dependendo totalmente dos proprietários fundiários, estavam de facto privados dos mais elementares direitos democráticos enquanto que as suas tentativas de modificar, duma maneira ou de outra, a situação eram cruelmente abafadas. O governo opunha-se ao estabelecimento da jornada de trabalho de 8 horas. Por fim, o direito das nações à autodeterminação não era reconhecido sequer no papel e toda a expressão activa dos interesses nacionais pela população não-russa era proibida e reprimida. Por isso, Lênine assinalava que a política do governo provisório que abafava as aspirações de libertação nacional dos povos em nome da "democracia", tinha um carácter hipócrita.

Mesmo se falarmos dos elementos puramente políticos da democracia tais como a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião, de manifestação, etc., mesmo neste sentido o regime do governo provisório (com as suas quatro componentes) não era nada como se tenta apresentá-lo hoje no Ocidente. As repressões contra as acções democráticas dos trabalhadores, as múltiplas interdições de manifestações pacíficas, as perseguições de bolcheviques, as prisões dos seus dirigentes, as ofensivas contra as tipografias dos jornais bolcheviques que se multiplicaram durante todo o período compreendido entre Fevereiro e Outubro — tudo isto não se inscreve nada na noção de "liberalismo e democracia".

Na realidade, cada vez que o exercício consequente das liberdades políticas entrava em contradição com os interesses das classes dominantes exploradoras, estavam graves crises no desenvolvimento da Revolução. Tratava-se das crises do sistema dualista do Poder, das crises de toda a democracia após Fevereiro. A terceira destas, em Julho, culminou com a passagem total da maioria socialista-revolucionária e menchevique nos Sovietes para o lado do governo provisório e com o estabelecimento no país de uma dominação política, sem partilha, da burguesia. O que teve como consequência lógica a aliança do regime oficial com as forças da contra-revolução, tornando-se numa ameaça real e constante para as conquistas democráticas do povo.

Tudo isto permite compreender o triplo papel de Outubro em relação à democracia. Primeiramente, a Revolução Socialista fez fracassar os planos do governo provisório visando a redução das liberdades políticas no país. Ela demoliu a máquina de Estado da burguesia e impediu o estabelecimento da ditadura militar pela qual, já em Outubro, clamava abertamente a reacção.

Em segundo lugar, o poder da classe operária graças à Revolução de Outubro realizou imediatamente as transformações democráticas que o país não tinha obtido do governo provisório. Com o Decreto sobre a paz, o Estado soviético vinculou-se resolutamente à satisfação da exigência democrática mais importante dos povos não só da Rússia, mas também de todos os outros países levados à força pelos seus governos para a carnificina imperialista.

Os vestígios feudais na vida social e política do país — propriedade fundiária, opressão nacional, privilégios da Igreja, ausência de direitos das mulheres, condição servil do homem trabalhador — foram varridos pela Revolução Socialista.

Por fim, a reestruturação radical das relações socioeconómicas começada por Outubro colocou, por um lado, uma base material sob a realização dos direitos democráticos do povo trabalhador proclamados pela lei e, por outro lado, preparou o terreno para a afirmação na vida social de liberdades desconhecidas sob o capitalismo e, antes de mais, o fim da exploração do homem pelo homem.

Por consequência, mesmo se é justo dizer, em princípio, que com a vitória da Revolução Socialista, a democracia tal como era entendida pelo governo provisório deixou de existir, isto não significa, de maneira nenhuma que Outubro foi por assim dizer uma "negação" das conquistas democráticas de Fevereiro. Pelo contrário, elas foram conservadas, desenvolvidas e aprofundadas pelo poder dos Sovietes e, ao mesmo tempo, encontraram um conteúdo novo desconhecido até então na prática histórica.

DE FEVEREIRO A OUTUBRO

Debruçando-se sobre os acontecimentos de 1917 na Rússia, os autores burgueses e reformistas tentam resolver esta questão com a ajuda duma fórmula simplista segundo a qual a revolução de Fevereiro foi o resultado dum movimento espontâneo do povo, da acção não-organizada das massas, enquanto que a Revolução de Outubro apenas foi uma acção de grupo restrito e organizado de bolcheviques, agindo sem se apoiar na iniciativa popular. Donde uma conclusão: em Outubro a democracia de massas foi, dizem eles, abafada pela "organização bolchevique".

É certo que na revolução democrática burguesa de Fevereiro, a luta das massas populares, dos trabalhadores,

desempenhou um papel decisivo. Mas é falso pretender que este impulso revolucionário não viesse de nenhuma base organizada. A afirmação constantemente repetida nas obras dos historiadores burgueses dizendo que nos dias de Fevereiro o papel organizador dos bolcheviques "não se manifestava de nenhuma maneira" é duplamente falsa. Eis o que diz a história autêntica de Outubro.

Os oito meses que separaram a revolução democrática burguesa da Revolução Socialista foram marcados por uma organização sempre melhorada das massas trabalhadoras, das forças revolucionárias do povo. Cabe ao partido bolchevique um mérito imenso pois soube assegurar o empenho consciente-dos operários, dos soldados, dos marinheiros, dos camponeses e dos intelectuais progressistas na luta revolucionária por um fim concreto. Sem a organização política de combate forjada, durante décadas, por Lênine e seus adeptos, a vitória da classe operária ter-se-ia tornado impossível.

Depois de Fevereiro, o período que precedeu Outubro foi um tempo inaudito de desenvolvimento da iniciativa revolucionária das massas populares. No Outono, estalou um vigoroso movimento grevista do proletariado que culminava frequentemente com o estabelecimento duma administração operária nas empresas ou então com a transmissão de facto do poder local para os comités de greve ou para os Sovietes. Em Setembro-Outubro, o movimento dos camponeses, as "desordens agrárias", atingiram a envergadura e a tensão duma verdadeira insurreição do campo trabalhador. Unidades do Exército colocavam-se frequentemente ao lado dos camponeses revoltados. Paralelamente, deflagrou na frente de batalha uma vaga de protestos dos soldados contra a continuação da guerra. Os soldados recusavam obedecer e as autoridades militares e os oficiais perdiam rapidamente o controlo do Exército.

Por consequência, a insurreição armada de Outubro apoiava-se num movimento de massas tão bem organizado como espontâneo. Os participantes neste movimento estavam longe de ser, em consciência, todos bolcheviques. Além de que não pertenciam a nenhuma organização bolchevique. Mas no seu conjunto, eles constituíam a força social e política da Revolução que desfrutava, já na véspera de Outubro, duma influência predominante no país e assegurou após esta revolução o carácter dum acto de violência revolucionária da maioria popular, isto é, democrática, sobre a minoria exploradora, isto é, anti-democrática.

Por consequência, assim como para o golpe de Estado de Fevereiro como para a insurreição de Outubro, a iniciativa das massas aliou-se à actividade revolucionária organizada. E se quisermos falar de diferença entre Fevereiro e Outubro, esta consistia em que no momento da realização da Revolução Socialista a actividade social e política independente do povo tinha aumentado consideravelmente e a organização da classe operária, dos trabalhadores conduzidos pelo partido leninista tinha atingido um grau mais elevado.

A Revolução de Outubro mostrou precisamente que a correlação orgânica dos dois principais factores do sucesso revolucionário era indispensável e lógica: a organização da classe principal, o proletariado, pelo partido e a energia criadora das massas à qual é dada livre curso. Nesta aliança da organização e da disciplina, por um lado, e da livre iniciativa popular, por outro lado, o carácter democrático de Outubro encontrou uma das suas manifestações mais claras e importantes: não só a maioria da sociedade podia doravante exprimir em plena independência os seus interesses radicais, como também os meios para proceder à realização destes interesses estavam garantidos. A organização permitia transformar as exigências democráticas das massas numa conquista democrática.

OS FACTOS CONTRA AS ELUCUBRAÇÕES

Nenhuma democracia existe fora das formas concretas da sua manifestação. A questão do papel e do lugar das eleições na preparação e realização da Revolução Socialista está-lhe directamente ligada.

Os historiadores ocidentais, desde há muito, defendem a tese segundo a qual os bolcheviques eram falsos pois no decurso da preparação de Outubro, no momento da insurreição e no período da afirmação do poder dos Sovietes, eles não respeitaram a vontade do povo exprimida nas eleições. Mas o que é que se passou na realidade?

Falemos, antes de mais, das eleições para os órgãos da administração autónoma local que se realizaram durante um longo período de Maio a Setembro. As primeiras eleições nas *dumas* dos arredores de Petrogrado (de 27 de Maio a 5 de Junho de 1917) deram aos bolcheviques 19,4% dos votos. Nas eleições da *duma* da cidade de Moscovo, em 25 de Junho, os bolcheviques obtiveram 11% dos votos.

Nas eleições para a *duma* da cidade de Petrogrado (dois meses após as eleições nos arredores), os bolcheviques tiveram 33,5% dos votos; em Moscovo, nas eleições de Setembro, o progresso foi ainda mais nítido: 51% dos eleitores votaram nos candidatos bolcheviques.

Na III Conferência dos sindicatos de toda a Rússia (de 21 a 28 de Junho) havia 73 delegados bolcheviques (mais do que os mencheviques e socialistas-revolucionários juntos). Nos comités de fábricas e empresas, depois do seu aparecimento em Fevereiro, os bolcheviques detinham a maioria absoluta. Nos comités do Exército, quando da sua reeleição em Setembro-Outubro, os bolcheviques obtiveram um tal número de votos que podiam estar certos que 40% do efectivo do Exército os seguiriam. Na frota do Báltico, nas frentes Norte e Oeste, eles tinham a maioria absoluta.

Falemos dos Sovietes. Nas eleições para os principais órgãos de representação popular, criados pela Revolução, o número de votos para os bolcheviques aumentava constantemente: no I Congresso dos Sovietes da Rússia (Junho de 1917) a fracção bolchevique tinha 13% dos delegados, no II (Outubro) 51% e no III (Janeiro de 1918) 61%.

Todos estes números provam que a tendência geral da actividade eleitoral da população não era contra os bolcheviques mas sim a seu favor.

Convém sublinhar que no momento da insurreição de Outubro, os socialistas-revolucionários de esquerda apoiaram os bolcheviques nas questões políticas mais importantes. Se adicionarmos os votos recolhidos pelos deputados bolcheviques e os deputados socialistas-revolucionários de esquerda nos Sovietes, isto constitui uma maioria imponente que resulta precisamente das eleições. Por outras palavras, a Revolução tinha a seu lado a maioria eleitoral que os "críticos democráticos" de Outubro persistem em declarar "inexistente".

(conclui no próximo número)

NA URSS

... foram editados desde 1917 143 milhões de exemplares de obras de Leão Tolstói, 24 milhões de exemplares de livros de Charles Dickens, 23 milhões de livros de Balzac e 13 milhões de Galsworthy.

... um *kolkoze* actual dispõe em média de 6500 hectares de terra, de cultura e de pastagens, mais de 4200 cabeças de gado, 38 tractores, 10 ceifeiras-debulhadoras e 18 camiões.

... a assistência médica é integralmente gratuita. Existe um médico para cada 363 pessoas, o que é um facto único no mundo (antes da Revolução a proporção era de um 1 para 27 000). A esperança de vida de cada cidadão aumentou de 32 para 70 anos.

... as rendas de casa não sobem desde 1926 e constituem em média 3% do salário de um trabalhador (se a proporção fosse idêntica em Portugal, a média das rendas de casa seria de mais ou menos 180\$00).

... 60% de todos os especialistas com instrução superior e secundária ocupados na economia nacional são mulheres.

... o preço dos transportes públicos não se altera há várias décadas e pode percorrer-se de autocarro ou metropolitano qualquer distância por uma quantia à volta de 2\$00, 1\$60 no troleicarro e 1\$20 de "eléctrico".

... existem 236 editoras que lançam anualmente cerca de 90 mil títulos de livros com uma tiragem de mais de um bilião e meio de exemplares.

... 126 milhões de pessoas têm a instrução superior secundária e, em 1976, 24 milhões de pessoas tinham cursos superiores especializados.

... dos 1517 deputados do Soviete Supremo 498 são operários e 271 camponeses *kolkhozianos*. Em todo o país, 48% dos deputados são mulheres e aproximadamente um em cada três tem menos de 30 anos.

... as mulheres constituem 70% de todos os trabalhadores da medicina, 50% dos trabalhadores científicos e 75% de todas as pessoas ocupadas no ensino e na cultura.

... antes da Revolução produzia-se cerca de 4% da produção industrial mundial: hoje produz-se 20%. Em 1977 produz-se na União Soviética em dois dias e meio mais do que foi produzido na Rússia em 1913.

... existem 1323 museus visitados anualmente por 133 milhões de pessoas. Se a proporção fosse idêntica em Portugal visitaríamos anualmente os nossos museus mais de 5 milhões de pessoas.

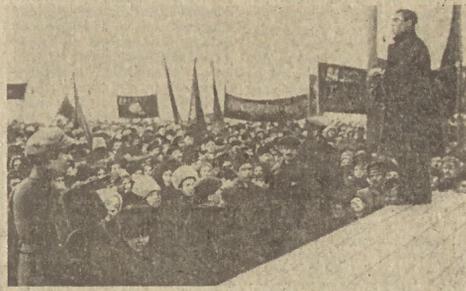
... mais de 70% das famílias têm televisão e mais de 60% têm máquina de lavar.

... em cada dez deputados do Soviete Supremo um é membro do *komsomol*, o que significa que tem menos de 28 anos.

... a idade de reforma é de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, recebendo o trabalhador a sua reforma sem que para ela tenha efectuado qualquer desconto.

... existem 47 teatros especialmente dedicados às crianças.

... produz-se hoje mais de 10 vezes o que se produziu em 1950, enquanto a Itália produz mais 5,5 vezes, a RFA mais 4,8, a França mais 3,7 e os Estados Unidos... mais 2,9!



Comício dos trabalhadores de Tver por alturas de Outubro de 1917



Sob a direcção de Lênine e do Partido Bolchevique o proletariado revolucionário começou a organizar-se para a resistência armada contra os seus opressores. Nas fábricas formavam-se brigadas de guardas-vermelhos



Um aspecto de uma greve na luta pelas 8 horas de trabalho



Na I Conferência dos Comités de Fábrica de Petrogrado, realizado de 30 de Maio a 3 de Junho de 1917, no palácio Taurisch, a maioria dos delegados seguiu os bolcheviques



O I Congresso Pan-Russo dos Sovietes dos operários e soldados, efectuado em Petrogrado em Junho de 1917

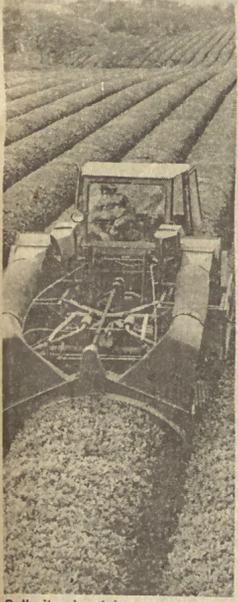


Um aspecto do I Congresso Pan-Russo dos deputados camponeses, realizado em Petrogrado em 1917, em que Lênine esclareceu no seu discurso as soluções que o Partido apontava para a questão agrária



Assembleia do soviete de Baku, em 1917

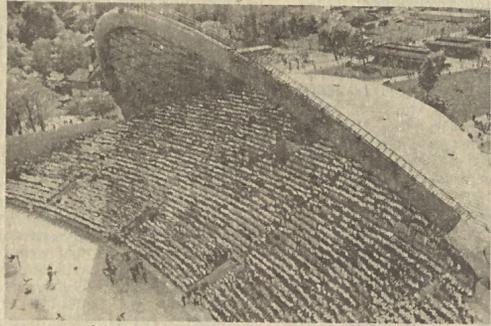
DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!



Colheita de chá num "sovkoz"



O fim da construção do caminho-de-ferro de Bam-Tinda



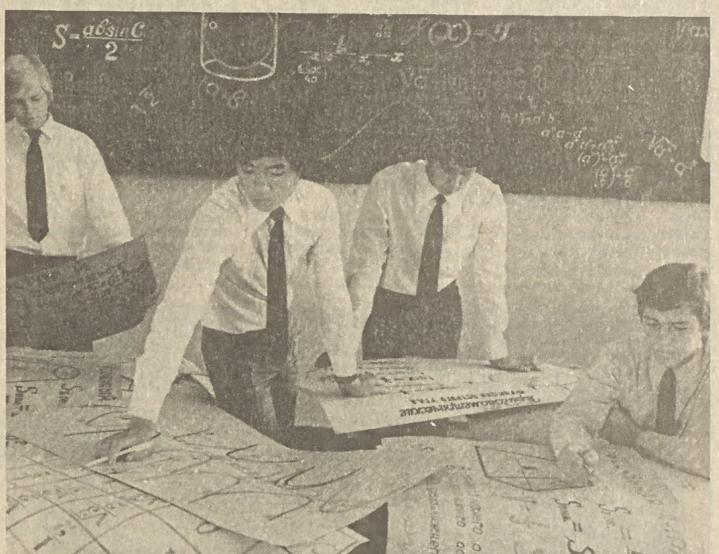
A festa da canção na cidade de Tallin, Estónia



Bairro moderno da cidade de Alma-Ata, no Kazaquistão



O camarada Leonid Brezhnev visitando uma fábrica



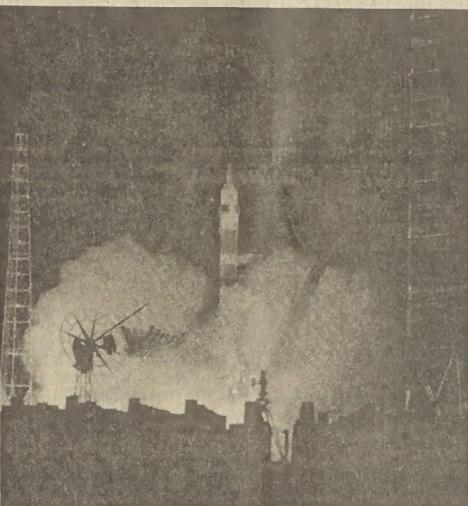
Centro de ensino técnico-profissional da Frunze (Kirguizistão)

Seis decénios é menos do que em média um homem vive, mas neste espaço de tempo o nosso país percorreu um caminho equivalente a séculos.

Leonid Brezhnev



O quebra-gelo nuclear "Arktika", construído no estaleiro Baltiski, de Leninegrado



O cosmódromo de Baikonur



Numa escola de Novgorod

HOJE COMO SEMPRE OMBRO A OMBRO COM O PCUS

As comemorações do 60.º Aniversário da Revolução de Outubro têm um triplice significado. Em primeiro lugar, comemora-se a insurreição de 1917, a primeira revolução socialista vitoriosa e isso significa lembrar as experiências e ensinamentos do partido que conduziu os trabalhadores à conquista do poder e do seu genial dirigente V.I. Lênine.

Em segundo lugar, comemorar a Revolução de Outubro é também comemorar as realizações e vitórias do país dos soviéticos e o seu exemplo de valor universal na construção da sociedade mais progressista, justa e democrática que em qualquer época a História conheceu.

Em terceiro lugar, comemorar a Revolução de Outubro é também comemorar as transformações revolucionárias verificadas no mundo desde então: novas revoluções socialistas vitoriosas, liquidação do sistema colonial, conquista da independência por numerosos povos e nações, desenvolvimento do movimento operário e democrático nos países capitalistas. Estas transformações revolucionárias devem-se à luta heróica dos trabalhadores, dos povos e das vanguardas revolucionárias dos países respectivos. Mas todas elas são inseparáveis da vitória de Outubro, da realização e solidariedade activa do país dos soviéticos.

Sem dúvida que nem sempre há uma ligação directa e imediata entre os êxitos nos vários sectores da grande linha da frente das forças revolucionárias do mundo contemporâneo — países socialistas, movimento de libertação nacional, movimento operário dos países capitalistas. O processo revolucionário é extremamente irregular e em cada país e em cada momento pesam factores muito diferenciados.

Mas, na sua expressão geral, pode afirmar-se que, assim como os trabalhadores e as forças progressistas do mundo, pela sua luta e pela sua solidariedade activa para com a Revolução de Outubro

e para com a União Soviética, podem justamente sentir a alegria de ter contribuído para a vitória definitiva e para os êxitos e realizações do primeiro Estado de operários e camponeses, assim também o povo soviético, a URSS e o PCUS podem justamente afirmar que deram uma contribuição decisiva para o desenvolvimento, os êxitos e as vitórias das forças revolucionárias dos outros países e para toda a transformação progressista do mundo dos últimos 60 anos.

No que se refere a Portugal, os comunistas portugueses sentem-se orgulhosos do seu próprio partido. Sentem orgulho na classe operária e no povo da sua pátria pela luta corajosa e heróica ao longo de quase meio século de ditadura fascista, luta que conduziu finalmente à revolução, ao derrubamento do fascismo, à liquidação do capitalismo monopolista, a transformações profundas nas estruturas socioeconómicas e à instauração de um regime democrático que, nos termos da Constituição, aponta o caminho do socialismo.

Mas, ao mesmo tempo, os comunistas portugueses sempre insistiram e continuam a insistir em que a criação e a actividade do PCP, o desenvolvimento do movimento operário português, a luta antifascista e o processo que conduziu à Revolução antifascista, são inseparáveis das repercussões profundas da Revolução de Outubro, das modificações na situação internacional dela resultantes, das realizações e vitórias do povo soviético, das experiências do partido de Lênine. Semelhante apreciação poderia ser feita em qualquer outro país.

Aparecem por vezes tendências segundo as quais uma tal apreciação teria sido válida no passado, mas teria deixado de sê-lo no presente. A verdade é que ela continua a ter plena actualidade.

É perigoso para qualquer força revolucionária pretender isolar a luta e a perspectiva no próprio país do processo revolucionário mundial e designadamente da URSS e outros países socialistas

que, pelos exemplos da sua realidade e pelo seu potencial económico, cultural, militar e ideológico, continuam a constituir a maior fortaleza dos trabalhadores, dos povos oprimidos, de todas as forças anti-imperialistas da Terra.

Se a busca legítima e necessária do caminho para o socialismo em cada país tem de ter em conta as condições particulares e específicas nacionais, têm igualmente de ter em conta as leis gerais do desenvolvimento social e a experiência do movimento revolucionário internacional, designadamente a experiência da Revolução de Outubro compreendida na sua dimensão histórica.

Se o curso independente do processo revolucionário de um país exige sempre uma política nacional e patriótica que resolva os problemas específicos existentes, exige também posições internacionalistas que contribuam para o reforço da amizade, cooperação e unidade das forças revolucionárias do mundo.

Não existem esquemas, nem "modelos" de revoluções. A experiência histórica das revoluções socialistas claramente o mostra. O processo revolucionário em cada país oferece e contém numerosas particularidades e irregularidades. Em correspondência com as condições concretas existentes, tanto de ordem objectiva, como subjectiva, o espírito criador das massas e das suas vanguardas revolucionárias encontra soluções apropriadas para os problemas económicos, sociais e políticos.

Mas a Revolução de Outubro e toda a ulterior experiência revolucionária mostram características e regras fundamentais comuns para qualquer revolução verdadeiramente popular e particularmente para uma revolução socialista.

No que respeita a Portugal, a experiência comprova, por um lado, a necessidade que se coloca às forças revolucionárias de encontrarem as soluções adequadas às condições

concretas do país, por outro lado, a necessidade de terem em conta as leis gerais do desenvolvimento social e as experiências do movimento revolucionário mundial.

A Revolução portuguesa apresenta numerosas particularidades, como a aliança Povo-Forças Armadas, expressão duma aliança social antimonopolista e força motora do processo revolucionário e a realização pela luta das massas e das forças revolucionárias, sem que dispusessem do poder político, de transformações profundas das estruturas socioeconómicas: liquidação do capitalismo monopolista, nacionalização da banca e de sectores básicos, controlo operário em centenas de empresas, reforma agrária com a expropriação dos latifúndios e a criação de unidades colectivas de produção num quinto das terras cultiváveis do país.

O PCP, no seu Programa relativo tanto à revolução democrática como ao caminho para o socialismo, indica um processo e objectivos decorrentes das particularidades da situação portuguesa. Para o desenvolvimento da democracia rumo ao socialismo e a construção dum novo sociedade, o PCP indica diversas soluções novas tendo em conta tais particularidades. Mas insiste em considerar que as características fundamentais do socialismo, que se encontram na URSS e outros países socialistas, são gerais e universais. Não há socialismo com classes de interesses antagonistas. Não há socialismo com exploração por uns do trabalho dos outros. Não há socialismo sem propriedade social dos principais meios de produção. Não há socialismo sem um Estado que assegure a defesa do sistema contra os seus inimigos. Não há socialismo sem o poder dos trabalhadores.

Quaisquer soluções que um partido entenda dever apontar para o socialismo no seu próprio país contrapõem-se à realidade da sociedade capitalista e coincidem, em aspectos essenciais, com a realidade da sociedade socialista

tal como existe nas experiências históricas vitoriosas até à data realizadas.

Contrapor num país as próprias ideias programáticas ao socialismo tal como existe, indo ao ponto de afirmar que "o verdadeiro socialismo" é aquele que se pretende e não aquele que existe, é minar a confiança dos trabalhadores do próprio país na causa do socialismo e afastá-los da luta por ele.

O imperialismo e as forças da reacção estão interessadas numa tal oposição, tanto para enfraquecer a luta pelo socialismo nos países capitalistas, como para introduzir fracturas e divisões nas forças revolucionárias e no movimento comunista, procurando designadamente afastar da URSS e de outros países socialistas, partidos comunistas dos países capitalistas e o movimento nacional libertador.

O imperialismo, as forças reacçãoárias e conservadoras esperam quaisquer diferenças de pontos de vista ou quaisquer aparentes contradições entre forças revolucionárias, para acentuar divergências e fomentar conflitos. São constantes as pressões ideológicas tanto do inimigo de classe como de aliados, designadamente de socialistas e social-democratas.

É particularmente significativa a este respeito a grande campanha em torno do suposto desrespeito pelos direitos do homem nos países socialistas. Também em Portugal, as forças reacçãoárias, conduzem activamente essa campanha.

Mas os trabalhadores portugueses sabem, por sua própria experiência pelo que conhecem dos países para onde emigram e pelo que conhecem da URSS e de outros países socialistas, que é o capitalismo que recusa e desrespeita os mais elementares direitos do homem e é a sociedade socialista que os reconhece e promove.

Sessenta anos atrás, a Revolução de Outubro inscreveu, como um dos seus objectivos essenciais, assegurar os justos direitos dos trabalhadores, os

justos direitos do homem.

No caminho apontado pela Revolução de Outubro, o direito a não ser explorado por classes parasitárias, o direito ao trabalho, à instrução e ao repouso, o direito de ver respeitada a própria dignidade, o direito à vida democrática com o seu indissociável conteúdo político, económico e social são asseguradas nas sociedades socialistas enquanto a sua violação é norma, princípio e prática das sociedades capitalistas.

E significativo que a nova Constituição da URSS, aprovada nas vésperas do 60.º aniversário, dê extraordinário relevo ao aprofundamento dos direitos socioeconómicos e políticos dos cidadãos soviéticos, na base da igualdade, independentemente do sexo, nacionalidade ou raça.

E que se assista, nos países capitalistas, incluindo aqueles onde existem democracias burguesas, não só à violação pelo próprio sistema capitalista de direitos elementares dos seres humanos, como a constantes violências por parte das classes exploradoras contra as classes exploradas.

Aqueles que conduzem nos países capitalistas a campanha contra a suposta violação dos direitos do homem nos países socialistas, são aqueles mesmos que, nos seus próprios países, diariamente os violam.

Em Portugal ninguém mais do que os fascistas que planeiam reconduzir o país ao tenebroso passado de opressão e terror grita contra o que chamam a falta de democracia na União Soviética. E aqueles que, estando no Governo e participando nessa campanha anti-soviética apregoam como seu objectivo "o socialismo em liberdade", conduzem hoje uma política que visa liquidar as conquistas do Povo português alcançadas desde 25 de Abril de 1974 e destruir a perspectiva socialista da Revolução portuguesa.

O Governo do PS entrega diariamente aos antigos grandes proprietários, terras expropriadas

pela Reforma Agrária que tinham passado a ser cultivadas pelos trabalhadores organizados em Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas. Entrega diariamente aos antigos patrões reacçãoários, exploradores sem escrúpulos que cometeram toda a espécie de fraudes e ilegalidades, empresas que os trabalhadores conseguiram manter em laboração com o controlo operário e em muitos casos a autogestão.

Para estas operações, o Governo utiliza grandes forças militarizadas, com blindados, armas automáticas, cavalaria, cães, faz espancar e espadeirar os trabalhadores para impor tais decisões arbitrárias, e admite depois a repressão patronal nos campos e nas empresas, despedindo trabalhadores, perseguindo, instalando verdadeiras milícias privadas para sufocar a resistência.

Os que em Portugal tanto insistem na campanha sobre os direitos do homem nos países socialistas e clamam pelo "socialismo em liberdade", violam diariamente, pela sua política e pela sua acção, os mais elementares direitos do homem, os direitos dos trabalhadores portugueses consagrados na própria Constituição. Portugal constitui actualmente um exemplo de alto significado de como a reacção e a social-democracia entendem as liberdades e direitos dos cidadãos.

O PCP não cede às pressões nem às ameaças que sobre ele se exercem para abandonar as suas posições internacionalistas, para "tomar distâncias" em relação à URSS e outros países socialistas, para participar directa ou indirectamente na campanha anti-soviética, para afrouxar os laços de amizade com os partidos irmãos em particular dos países socialistas e com os partidos revolucionários dos países independentes outrora submetidos ao colonialismo português.

o PCP continua a considerar que a divulgação da exaltante realidade existente nos países socialistas e designadamente na URSS, é um dos mais poderosos meios de atracção das massas aos ideais do socialismo. Assim foi desde a vitória da Revolução de Outubro. Assim foi ao longo dos 60 anos decorridos. Assim continua a ser na actualidade.

No 60.º aniversário da Revolução de Outubro, o PCP continua a considerar indissociáveis a sua política nacional e patriótica e as suas posições internacionalistas. Continua a sua luta ombro a ombro com o PCUS, com os partidos irmãos dos países socialistas e dos países capitalistas, com os partidos revolucionários que à frente dos seus povos libertados do colonialismo consolidam a independência e se lançam corajosamente à construção de novas sociedades, livres e progressistas.

Para fazer frente ao imperialismo e às forças reacçãoárias do mundo, para assegurar o prosseguimento da evolução da Humanidade no caminho da democracia, da independência nacional e do socialismo, para defender com êxito a paz, a unidade das forças revolucionárias continua a ser uma tarefa de primordial importância.

No nome da imensa frente anti-imperialista, como seiva que alimenta a unidade com objectivos, conceitos e sentimentos indelévelmente, está a identidade de interesses e aspirações da classe operária e dos trabalhadores de todos os países, os laços de solidariedade daí decorrentes, os princípios do internacionalismo proletário que inspiraram os revolucionários de Outubro e os seus continuadores ao longo dos 60 anos decorridos desde então.

A Humanidade caminha irresistivelmente para a sua total libertação. A causa de Outubro é invencível.

Artigo de Álvaro Cunhal publicado no jornal "Pravda"

No 60.º aniversário da Revolução Socialista de Outubro,

Na Facar

UNIDADE NA DEFESA DE TODOS OS TRABALHADORES

«A acção unida dos trabalhadores da «Facar» obrigou os Carvalhos a rapidamente tirarem a máscara de bons patrões, de padrões amigos dos trabalhadores. Fascistas, exploradores, ditadores sem escrúpulos e sem palavra, vingativos e odiosos — eis a verdadeira face dos Carvalhos», sublinham num comunicado conjunto, dirigido ao povo de concelho de Matosinhos e aos operários da empresa, o Comité dos Metalúrgicos e a Comissão Concelhia de Matosinhos do nosso Partido.

O comunicado começa por assinalar que «a luta dos trabalhadores da Facar, apoiados de facto pela população de Matosinhos e por todos os trabalhadores portugueses contra o regresso dos Carvalhos, se está a tornar um exemplo e um símbolo da justa luta contra a política de capitulação do Governo PS, aliado de facto às forças mais reacçãoárias e retrógradas. O facto de o pasquim pedesco «Diabo» atacar os trabalhadores e defender os Carvalhos, mostra claramente a quem serviu a entrega da «Facar», quem apóia a política antioperária e antipovo do grupo dirigente do PS».

Denunciando a posição

capitulacionista do Governo, o documento recorda que para justificar a vergonha da desintervenção na «Facar», o ministro Gonelha teve o despudor de afirmar que essa era a vontade dos trabalhadores da «Facar» e da população de Leça da Palmeira. Há dirigentes do PS que afirmam terem-lhes dito que era essa a opinião dos núcleos e secções do Partido Socialista de Matosinhos.

AS MENTIRAS DO GOVERNO

A realidade é bem outra, a indignação e a luta dos trabalhadores contra a vergonhosa entrega da «Facar» uniu todos os trabalhadores, comunistas ou socialistas, católicos ou protestantes, com partido ou sem partido. A unidade deu lugar por terra todas as justificações pseudodemocráticas do grupo dirigente do PS.

Considerando como um elemento altamente positivo na luta unitária travada contra a entrega da empresa a firme posição de repúdio e de protesto dos trabalhadores filiados no PS de S. Mamede, Aldoar, Leça da Palmeira, Matosinhos, etc., o comunicado acentua:

«As ameaças de demissão e as demissões de facto, as sucessivas reuniões

e plênários dos militantes socialistas de numerosas freguesias do concelho de Matosinhos e do Porto deixaram por terra as tentativas de justificação, democráticas do Governo e mostraram toda a amplitude do descontentamento e da indignação dos trabalhadores socialistas contra a política de capitulação do Governo, contra a política de direita que o grupo dirigente do PS leva a cabo a favor dos capitalistas e contra os trabalhadores».

Nas vésperas da desintervenção, responsáveis do PS propalaram que ela não se daria, e que Mário Soares iria intervir. Por seu turno, o dr. Mário Cal Brandão, Governador Civil do Porto e destacado dirigente da direita do PS, misturava elogios aos sabotadores com conselhos aos trabalhadores para acatarem a decisão de 28 de Setembro, declarando que era irreversível e admitindo ir publicamente à festa do regresso dos exploradores da Facar, e aceitou depois caucionar a intervenção da PSP à chamada dos Carvalhos.

«Agora, todos aqueles responsáveis do PS querem fazer crer que a culpa foi do ministro Nobre da Costa e da Comissão Interministerial, ao

mesmo tempo que procuram criar novas ilusões e expectativas entre os militantes socialistas para dividir os trabalhadores».

«A responsabilidade da entrega da Facar — frisa o comunicado — é dos mesmos que entregaram a Mundet, a ARB, a EFI, a JRI, a Copam, a MDF e dezenas de outras empresas aos patrões (...), capitulando perante as forças da reacção, levando a cabo a política de recuperação capitalista e imperialista».

LUTA CONTRA A REPRESSÃO

Entretanto, prosseguindo os seus propósitos divisionistas e mistificadores, os mesmos responsáveis do PS querem agora fazer crer que o Governo decretou a nomeação de um gestor por parte do Estado para defender os trabalhadores. «A realidade — acentua o comunicado — é que foi obrigado a fazê-lo pelas importantes lutas travadas pelos milhares e milhares de trabalhadores e todas as forças progressistas contra as desintervensões».

Embora considere já uma vitória esta decisão, o Comité dos Metalúrgicos e a CC de Matosinhos acentuam que «a nomeação de um gestor — mesmo da confiança dos trabalhadores e não da CT fantecho — não resolve nem os problemas imediatos nem o problema de fundo da Facar. A luta contra a entrega da Facar não pode nem deve abrandar, deve continuar até que cessem as manobras de intimidação, repressão, suspensão e seja eliminada a «comissão» fantecho e outras ilegalidades verificadas na empresa. Até que seja reintegrado o dr. Sarmento, criadas condições para o funcionamento da CT e da Comissão Sindical, abolidas na empresa todas as formas intimidatórias e repressivas, respeitada a Constituição da República e os interesses dos trabalhadores. Até que a Facar seja nacionalizada e os Carvalhos sejam forçados a abandonar a empresa em benefício de todos os trabalhadores da economia nacional».

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL



OITO MIL DESPEDIAMENTOS EM NOVE MESES — Só para o distrito de Lisboa, de Janeiro a Setembro do ano corrente, é este o total divulgado pela USL, num plenário de Sindicatos onde foi analisada a política de um Governo que «se orienta agora para facilitar o despedimento de trabalhadores e o desemprego em massa ao serviço da recuperação capitalista nas empresas».

SALÁRIOS DA FUNÇÃO PÚBLICA — Vinte e cinco direcções sindicais deste sector constituíram um grupo de trabalho para elaborar uma plataforma reivindicativa que abrangera os aspectos salariais e será apresentada em reunião do próximo dia 11 a fim de ser transformada em proposta reivindicativa salarial.

CANEIRO: SEM SALÁRIOS HÁ OITO MESES — Esta empresa têxtil de Braga deve 50 mil contos aos trabalhadores. «Famílias inteiras estão a passar fome porque já lhes foi cortado o crédito nas mercearias e noutras fontes de abastecimento» — afirmam delegados sindicais dos 900 trabalhadores da fábrica, que continuam a ocupar os postos de trabalho para impedirem que o patrão mande para o desemprego dois terços dos seus colegas de trabalho. Entre as numerosas manifestações de solidariedade para com a luta na Caneiro destaca-se a dos delegados sindicais dos Metalúrgicos de Braga que, numa moção de apoio, exigem das «autoridades competentes que, finalmente, ganhem vergonha e deixem de enganar os trabalhadores e de brincar com a fome e a miséria dos seus companheiros, intervindo na empresa de forma a reestruturá-la e a pôr cobro à vergonhosa e imoral situação criada pelo patrão e permitida pelo Governo».

ASSEMBLEIA GERAL NOS BANCÁRIOS — Para fazer o ponto da situação no que respeita ao CCT, reúne amanhã, dia 4, pela 20 horas e trinta, na Voz do Operário, em sessão extraordinária, a Assembleia Geral do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

REESTRUTURAÇÃO DOS SEGUROS — Termina hoje o prazo fixado pela Secretaria de Estado do Tesouro para os trabalhadores dos Seguros se pronunciarem, através dos respectivos Sindicatos, acerca da reestruturação do sector. Mandatada pela classe, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul ficou encarregada de defender perante os órgãos do poder os princípios gerais em que deve assentar aquela reestruturação, a saber: defesa de todos os postos de trabalho actualmente existentes; defesa das nacionalizações do sector, consideradas «conquistas irreversíveis» do processo democrático e revolucionário, consagradas pela Constituição.

RESISTÊNCIA ACTIVA NO COMÉRCIO — Incentivar a mobilização da classe, em conjunto com os demais trabalhadores, para resistir activamente à política de recuperação capitalista do Governo da direcção do PS, foi uma das decisões tomadas num plenário recente de delegados sindicais dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, convocados pela direcção do Sindicato. Entre as iniciativas a desenvolver sobressaem os plênários de empresa e de zona para a discussão de problemas como a contratação colectiva e os despedimentos.

AMEAÇA DE DESPEDIAMENTO COLECTIVO NA FIAÇÃO ORIENTAL — Parada há semanas por falta de matéria-prima e com os 250 trabalhadores sem salários desde Junho findo, a Fiação Oriental de Lisboa está ameaçada de encerramento. Numa conferência de imprensa, os trabalhadores acusaram o Governo de «apontar para a falência da fábrica (abandonada pelo administrador em Setembro findo) quando estão aqui em jogo os destinos de centenas de pessoas e de 127 mil contos de dívidas à Banca, que é dinheiro de todo o povo português e que poderia ser pago, se a fábrica laborasse». Os trabalhadores continuam a luta para evitar o encerramento da empresa.

RELÓGIOS DE PONTO NAS CASAS DE BANHO

«Esta «medida» que faria rir qualquer pessoa desprevenida é, afinal, coisa séria. É uma demonstração da «cega ganância» do patrão da Cuetara, fábrica de bolachas de Pombal, onde os trabalhadores defendem o direito ao trabalho de 14 dos seus colegas despedidos pelo sr. Isaac Cuetara, reintegrado nas funções de patrão pelo Governo PS. Num comunicado, a Comissão Concelhia de Pombal do PCP saúda os trabalhadores da Cuetara pela sua coragem e combatividade e apela à solidariedade para com a sua luta contra o desemprego e os despedimentos».

O SR. GONELHA É UM OBSTÁCULO — Este sr. que ocupa o Ministério do Trabalho, «constitui um obstáculo à resolução dos problemas através do diálogo com a CGTP-IN», afirma o secretário da Central num comunicado acusando aquele Ministério de ter nomeado para o Inatel um representante sindical «fantecho», ignorando a designação de dois representantes do Movimento Sindical, apresentada em nome de 1400 mil trabalhadores. O mesmo sr. Gonelha, acrescenta a CGTP-IN, «desmente, pela sua prática quotidiana, a credibilidade que possa ser atribuída às afirmações do sr. Primeiro-Ministro» no sentido do diálogo e da negociação.

FERTEX: 400 TRABALHADORES SEM SALÁRIOS — À semelhança dos seus companheiros de outras empresas, que não abdicam dos seus direitos ao pão e ao trabalho, os trabalhadores da fábrica de malhas Fertex, do Porto, continuam a luta pelos seus empregos e pelo recebimento dos salários, propondo à entidade patronal um calendário para o pagamento dos atrasados.

VITÓRIA DA UNIDADE NOS CORDOIEIROS DO CENTRO — Com uma diferença muito significativa, a lista unitária ganhou as eleições no Sindicato dos Tapeteiros, Cordoieiros e Redeiros do Centro, com sede em Corteçaça. A lista vencedora obteve 791 votos, enquanto a afecta à «Carta Aberta» recolhia apenas 97.

ENCONTRO DE CTs DA AMADORA — No próximo sábado, dia 5, reunem-se, pelas 15 horas, nos Laboratórios Andrade (Venda Nova) às Comissões de Trabalhadores da Amadora para discutirem a situação nas empresas e elegerem um secretário.

CTs DE SINTRA — Coordenar as «acções de luta e solidariedade dos trabalhadores do concelho» é o principal objectivo do Secretariado das CTs de Sintra eleito no último sábado durante um plenário que o incumbiu de publicar um boletim periódico que dê conhecimento das lutas dos trabalhadores da região. Entre as várias moções aprovadas no plenário conta-se uma de repúdio pela «política de traição do Governo que não cumpre a Constituição».

FUSÃO DE SINDICATOS — Os três sindicatos do ramo da construção civil do Norte (carpinteiros e estuadores; carpinteiros de serrações de madeira e ofícios correlativos; e estuadores, trochas e pintores) passaram a constituir um único sindicato. A decisão foi tomada por esmagadora maioria, em duas assembleias convocadas para o efeito, no último fim-de-semana.

ASSEMBLEIA NO SINDICATO DO COMÉRCIO — De acordo com o Programa de Acção dos actuais corpos gerentes, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa reúne-se hoje, quinta-feira, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos, em assembleia geral extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: «1) Apreciação e deliberação sobre o Orçamento Extraordinário para o 2.º semestre do corrente ano; 2) Informações: a) despedimentos, b) quotização, c) contratação, d) diversos». Na convocatória, a Mesa da Assembleia Geral avisa que, «por regulamentação própria do Pavilhão dos Desportos, terá este de encerrar às 24 horas, pelo que se chama a atenção dos associados para não deixarem de estar presentes à hora marcada».



Os trabalhadores da Mundet, que se mantêm em plena laboração, continuando a gerir a empresa desintervencionada ilegalmente em Setembro findo, recusaram há dias a entrada na fábrica do Seixal a dois indivíduos que se intitularam novos «gestores». Cumprindo as decisões do último plenário, o trabalho prossegue, conforme documenta a imagem acima, colhida recentemente durante uma reportagem do «Avante!» na grande empresa corticeira que emprega mais de 1100 trabalhadores.

Órgãos de Informação do Porto

NA IMINÊNCIA DE MAIS DESPEDIAMENTOS TRABALHADORES APELAM À UNIDADE E DENUNCIAM AS MEDIDAS DO GOVERNO

O Organismo de Direcção dos Trabalhadores dos Órgãos de Informação do Porto do nosso Partido tornou público um documento denunciando a política do Governo no sector «de ignorar e contrariar a vontade dos trabalhadores, de tomar decisões graves nas suas costas e contra os seus interesses, de apresentar como factos consumados medidas que constituem graves atentados aos direitos dos trabalhadores, às conquistas revolucionárias consagradas na Constituição».

Na sequência da chamada «Lei Roque Lino», foram encerrados dois jornais («O Seculo» e «Jornal do Comércio»), suspensos os contratos colectivos de trabalho e lançados no desemprego numerosos trabalhadores. O comunicado afirma que, entretanto, o Governo prepara novo pacote visando mais despedimentos nos jornais e empresas distribuidoras, desintervenção ou venda de, pelo menos, uma empresa nacionalizada, passagem compulsiva à reforma, despedimentos selectivos atingindo os trabalhadores mais conscientes e combativos.

Citando declarações recentes de Roque Lino, considerando estas medidas como sendo «de emergência», o comunicado sublinha que «elas não irão resolver em profundidade a crise no sector», pelo que são de esperar novas e mais drásticas resoluções governamentais não só para a imprensa, como também para a Rádio e Televisão. «Neste contexto», frisam, «já inserido o recente despacho sobre o pluriemprego que, longe de ser moralizador, vai criar e agravar injustiças, substituindo a resolução de questões de fundo pela mera demagogia».

Depois de recordar as posições dos trabalhadores dos dois matutinos portugueses intervencionados («Jornal de

Notícias» e «O Comércio do Porto») apontavam para a sua transformação em empresas públicas, chegando mesmo a estar concluído o estatuto de EP para o primeiro, e também para a não conveniência, de momento, da fusão das duas empresas com passagem de um dos jornais a vespertino, o documento denuncia que o Governo, além de decidir a desintervenção estatal nas duas empresas, ordenou às Comissões Administrativas para

prepararem terreno no sentido de serem aplicadas as medidas de que os trabalhadores discordam.

O Organismo de Direcção dos Trabalhadores dos Órgãos de Informação do Porto do PCP alerta os trabalhadores daqueles dois matutinos para a iminência dos despedimentos «apesar das ilusões que as administrações procuram criar». Previne que a desintervenção e consequente reprivatização acarretarão uma

vaga de despedimentos e de repressão e apela aos trabalhadores da Rádio e Televisão para que se unam na luta aos seus camaradas da imprensa, «para que se unam na luta aos seus camaradas da imprensa», pois que medidas idênticas ou mais drásticas cairão inevitavelmente sobre eles».

A finalizar o documento é sublinhada a importância da mobilização de todos os trabalhadores da comunicação social em defesa do direito ao trabalho e à informação democrática, contra o desemprego e recuperação capitalista, por uma verdadeira reestruturação em que intervenham os trabalhadores.

Denunciado no Porto:

MEIC DISCRIMINA OS FILHOS DOS TRABALHADORES

Recentemente, o Ministério da Educação e Investigação Científica promulgou o Decreto-Lei 427-B/77, de 14 de Outubro, que visa acabar com os Institutos Superiores de Engenharia, extinguir a média prazo a classe profissional dos actuais engenheiros técnicos e institucionalizar um ensino técnico paralelo sem quaisquer vias de acesso, quer laterais, quer verticais.

Tomando posição, a Direcção da Organização dos Engenheiros

e Engenheiros Técnicos do Porto do PCP divulgou um comunicado denunciando que «o MEIC tenta encerrar de novo os filhos dos trabalhadores e das classes menos favorecidas em geral num ensino que lhes não permita a ascensão a postos de chefia na estrutura industrial, por muito competentes e capazes que sejam». Após ter recordado que, mesmo no tempo do fascismo, os técnicos deste país repudiaram tais pretensões reacçãoárias e classistas, o comunicado recorda:

«Existem em Portugal o esquema de ensino de engenharia que, aplicado na sua totalidade, satisfará, e com rigor, os princípios de «iguais oportunidades para todos», «a trabalho igual, salário igual», e da «hierarquia das competências».

SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA

Solidárias com as lutas dos trabalhadores em Portugal, a Confederação Geral dos Trabalhadores franceses (CGT) e a Confederação Sindical Comunistas Obreras, de Espanha, enviaram recentemente ao Primeiro-Ministro português dois telegramas de protesto pelas medidas antioperárias do Governo, nomeadamente,

a permissão dos despedimentos de delegados e militantes sindicais, violações dos direitos e liberdades sindicais e medidas repressivas contra os trabalhadores.

A CGTP-Intersindical Nacional recebeu cópias dos telegramas subscritos pelos secretários das centrais francesa e espanhola.

AGRAVA-SE A MARGINALIZAÇÃO DOS ASSALARIADOS RURAIS

- Uma situação insustentável para centenas de milhares de trabalhadores
- A urgência conta-se por anos no Ministério do Trabalho

Centenas de milhares de assalariados agrícolas continuam marginalizados. A sua situação, quanto a salários e relações de trabalho, deteriora-se diariamente. Mais de três anos depois da revolução de Abril, ainda não chegaram até eles, a maioria dos benefícios económicos e sociais alcançados pelos outros trabalhadores. Muita da legislação do trabalho não os abrange sequer e, quando isso sucede, é sempre em termos desfavoráveis. Exemplo flagrante é o salário mínimo nacional que, para os trabalhadores da agricultura, é inferior em mais de 1000 escudos ao que se encontra em vigor para a grande maioria dos outros sectores de actividade. Contra essa situação de notória injustiça, que lembra os tempos do fascismo, os assalariados agrícolas têm feito valer as suas lutas pelo reforço da unidade e pela organização sindical. Os sindicatos agrícolas, destruídos pelo fascismo, foram reconstruídos. Sem contar a zona da Reforma Agrária, onde a situação dos trabalhadores é diferente, existem hoje associações sindicais de assalariados agrícolas nos distritos de Braga, Porto, Vila Real, Viseu, Coimbra, Leiria, Castelo Branco, Santarém e Lisboa.

Os órgãos do poder conhecem a situação. Por mais de uma vez, os sindicatos e a CGTP-Intersindical Nacional têm solicitado soluções rápidas e justas. Foram apresentadas propostas com fundamento, aprovadas em amplos plênários democráticos. E tempo de as satisfazer, pois são realistas e apontam para a satisfação de direitos constitucionais. Centenas de milhares de trabalhadores não podem ficar eternamente à espera da regulamentação de trabalho, da extensão dos benefícios da Previdência, do direito ao trabalho, da aplicação do salário mínimo nacional, igual para todos.

Nun comunicado recente a CGTP-Intersindical Nacional alerta mais uma vez para a situação insustentável desses trabalhadores marginalizados e manifesta-lhes «a sua total solidariedade, bem como às suas organizações de classe,

elaborar a PRT rural para os distritos de Lisboa e Santarém. Em 27 de Julho de 1976, o Ministério do Trabalho pediu às associações sindicais interessadas a indicação «com a maior urgência de um representante... que «dentro de dias será convocado para a primeira reunião de trabalho».

Até hoje! A urgência conta-se por anos no Ministério do Trabalho.

«Apesar de os representantes sindicais terem sido indicados imediatamente, por telegrama e confirmados por ofício — afirmam aqueles Sindicatos — já mais de um ano é passado e ainda não iniciou os seus trabalhos a dita comissão técnica».

Mas os sindicatos e os trabalhadores não desistem. Continuam a dirigir-se ao Ministério do Trabalho, embora de cada vez que lá vão sejam «recebidos por entidades diferentes, todas elas afirmando não estando dentro do processo e prometendo diligências... Até hoje, ainda não foi possível a obtenção de audiência com o sr. ministro do Trabalho, ou mesmo com o sr. secretário de Estado do Trabalho». Segundo um comunicado da CGTP-IN, era esta, em 25 de Outubro findo, mais de um ano depois da «urgente comissão técnica» a triste realidade que destrói dia a dia a pouca confiança que alguns trabalhadores ainda poderiam depositar num Ministério, que cada vez é menos do Trabalho e mais se assemelha ao das Corporações fascistas.

A marginalização dos assalariados rurais — dos mais explorados e oprimidos durante o fascismo e ainda hoje — não pode continuar. A sua tomada de consciência fortalece-se. A sua adesão aos sindicatos é uma das mais positivas realidades da revolução de Abril. A organização sindical nas zonas rurais cresce e fortalece-se na unidade por acções concretas. Assim o exige uma situação impensável noutros sectores.

Ainda recentemente, os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Porto, Braga, Vila Real, Viseu, Coimbra, Leiria e Castelo Branco, distritos onde, de um modo geral, a situação é ainda pior que em Lisboa e Santarém, davam conta dos protestos «desses trabalhadores por não verem cumpridas as sucessivas promessas feitas pelo Governo constitucional quanto à publicação de uma legislação do trabalho para o sector. Em especial — destacavam os Sindicatos — os assalariados da região do Douro e Viseu interrogam-se se será justo fazerem as vindimas na base de salários diários entre 120 e 150 escudos (homens) para 10 e doze horas, como se praticou no ano passado».

Com as dificuldades inerentes a uma exploração de séculos, as grandes massas de trabalhadores rurais vão-se aproximando dos seus irmãos de outros sectores mais avançados na batalha pelo socialismo, na luta diária pelos direitos que a Constituição lhes garante.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A NOVA LEI DAS AUTARQUIAS

A Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais, publicada no "Diário da República" a semana passada, entrará em vigor um mês depois da sua publicação. A nova legislação coloca contudo, desde já, algumas questões a que os democratas responsáveis autárquicos terão de dar resposta num curto espaço de tempo.

A entrada em funcionamento das Assembleias Distritais é sem dúvida um dos aspectos mais importantes. A primeira sessão ordinária deste órgão deverá realizar-se no próximo mês de Dezembro, devendo ser antecedida pela eleição do representante dos presidentes da Junta de Freguesia e da discussão prévia dos problemas nos órgãos municipais, dado que os membros das Assembleias Distritais farão parte delas não em nome próprio mas sim em representação dos órgãos a que pertencem.

Assim, a Assembleia Distrital será composta pelo governador civil do distrito (a quem compete presidir, sem direito de voto, e executar as deliberações tomadas); pelos presidentes das Câmaras Municipais (ou pelos vereadores que os substituíam); e por dois membros de cada Assembleia Municipal, sendo um deles o respectivo presidente (ou o seu substituto) e outro o eleito de entre os presidentes de Junta de Freguesia.

No que se refere à competência da Assembleia Distrital, importa referir que ela pode deliberar sobre a criação ou manutenção de serviços que, na área do distrito, apoiem tecnicamente as autarquias; incentivar o desenvolvimento económico e social do distrito; promover actividades visando o desenvolvimento dos sectores produtivos; coordenar a acção das autarquias locais no âmbito do equipamento escolar; estabelecer as normas gerais de administração do património próprio do distrito ou sob sua jurisdição; criar serviços distritais e fixar os respectivos quadros de pessoal, etc., etc.

De salientar a extinção dos cofres privativos dos governos civis, cujas despesas e receitas passam a ser incluídas no orçamento do distrito, o qual especificará as despesas, de forma a impossibilitar a existência de dotações ou fundos sociais.

A nova legislação institui também a entrada em funcionamento dos Conselhos Municipais, que são órgãos consultivos a criar em cada município.

Apesar de não possuírem poderes deliberativos, este órgão é extremamente importante pois é através dele que os Sindicatos, as Comissões de Moradores e de Trabalhadores, as Sociedades de Cultura e Recreio, as organizações de pequenos e médios

agricultores, comerciantes e industriais, bem como outras instituições de carácter social poderão intervir directamente na gestão autárquica, através das suas propostas e pareceres.

Segundo o articulado da lei, o Conselho Municipal será constituído pelos representantes das organizações económicas, sociais, culturais e profissionais, cujos fins sejam conformes com a Constituição e que tenham sede na circunscrição municipal ou nela exerçam actividade, e pelos representantes dos trabalhadores do município.

Importa não descurar o estudo da composição do Conselho Municipal, pois a não indicação dos representantes daquelas organizações, no prazo fixado (que não pode ir além de trinta dias, após a correspondente deliberação da Assembleia Municipal, que terá de ser tomada no prazo de dez dias após a entrada em vigor da lei das Atribuições e Competências), significará que presidem da sua representação no Conselho, devendo nesse caso a Assembleia Municipal deliberar se deverão ser convidadas outras organizações ou se o Conselho Municipal ficará composto pelos membros já indicados.

De entre as competências do Conselho Municipal salienta-se o direito de se pronunciar sobre o plano anual de actividades e sobre o relatório e contas a apresentar pela Câmara à Assembleia Municipal; dar parecer sobre o plano director do município; pronunciar-se sobre projectos de posturas e regulamentos. Não obstante os pareceres e propostas do Conselho Municipal não serem vinculativos, sublinha-se que é obrigatória a sua audiência sobre as duas primeiras matérias a que atrás nos referimos.

A nova legislação abre às Juntas de Freguesia um maior campo de acção que importa aproveitar. Com efeito, conforme o consignado na alínea u) do artigo 48.º, a Assembleia Municipal pode autorizar, quando se presume que disso resultará benefício para o interesse comum, a prática por parte das Juntas de Freguesia, de actos da competência da Câmara Municipal.

Perante esta possibilidade, é do máximo interesse promover desde já o estudo das competências das Câmaras Municipais que podem e devem ser delegadas nas Juntas

de Freguesia, cuja aceitação terá de ser ratificada pelas Assembleias de Freguesia, de molde a aumentar a sua actividade, que em muitos casos continua sendo simplesmente burocrática.

Por último, recorda-se que as Câmaras Municipais deverão elaborar e apresentar às respectivas Assembleias os planos de actividade e orçamentos para 1978 que, segundo a nova legislação, deverão ser aprovados durante o corrente mês de Novembro.

A gestão democrática dos órgãos de poder local pressupõe que tais planos não resultem de simples trabalho de gabinete, antes pelo contrário sejam enriquecidos pela participação activa das populações, dos órgãos de freguesia e das Comissões de Moradores.

A Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais, a cujos principais aspectos inovadores nos referimos, sem prejuízo de um estudo mais detalhado que não poderá deixar de ser feito, abre maiores possibilidades ao exercício do poder local. O que não anula de forma alguma, muito pelo contrário, a premissa da legislação sobre finanças locais e da institucionalização das Regiões Administrativas. Não obstante este aspecto, aproveitar ao máximo as novas disposições legais é um dever de todos os democratas verdadeiramente empenhados em defender os interesses das massas populares.

Em Dezembro no Porto ELETITOS DA FEPU NO NORTE REÚNEM-SE EM ASSEMBLEIA

Reunidos na sede da Frente Eleitoral "Povo Unido" do Porto, algumas dezenas de membros das Autarquias Locais eleitos pelas listas da FEPU decidiram convocar para os próximos dias 10 e 11 de Dezembro, no Palácio de Cristal, a I Grande Assembleia de Eleitos do "Povo Unido" dos cinco distritos do Norte.

Os objectivos desta importante iniciativa, a realizar no momento em que passa o primeiro aniversário das eleições para os órgãos do Poder local, visa proporcionar um largo debate acerca das experiências obtidas

pelos membros das Câmaras, Assembleias e Juntas de Freguesia daquela Frente, um balanço do trabalho realizado no sentido de melhorar o seu contributo para a resolução dos grandes problemas com que se defrontam as populações desta importante região.

Durante a reunião, foi aprovado um manifesto, subscrito pelos presentes, onde se sublinha que na Assembleia a realizar os eleitos da FEPU nos distritos do Norte darão conta aos seus eleitores do trabalho realizado

no último ano e, por isso, ela será aberta à participação de organizações populares e dos trabalhadores.

Num momento em que se vêem ameaçadas as grandes conquistas populares do 25 de Abril, frisa o manifesto, esta iniciativa contribuirá certamente para o reforço da unidade de quantos se encontram empenhados na defesa e aprofundamento dessas conquistas e na construção de um Portugal novo, democrático, próspero e independente.

Concelhia de Almada MOBILIZAÇÃO POPULAR PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS LOCAIS

A Comissão Concelhia de Almada do nosso Partido reuniu no passado domingo no Centro de Trabalho "Alberto de Araújo", estando presente o camarada Jaime Serra da Comissão Política do PCP.

Após analisar a actividade da organização e a actividade sindical no concelho, a Comissão Concelhia de Almada debruçou-se detalhadamente sobre as perspectivas de trabalho para as autarquias, baseando-se num relatório elaborado pela Comissão de Trabalho para as Autarquias que funciona junto daquela organização do nosso Partido.

Do estudo das questões debatidas e das tarefas de maior relevo para os comunistas nas autarquias do concelho de Almada, salienta-se a necessidade de desenvolver esforços para que os orçamentos e planos de actividades sejam elaborados coordenadamente entre a Câmara e as Juntas, ouvindo as Comissões de Moradores, bem como fomentar a informação das actividades e problemas das autarquias junto da população, condição essencial para a salvaguarda do trabalho realizado.

Por outro lado, foi decidido elaborar um calendário dos

problemas prioritários a resolver, tendo em consideração as condições existentes para a sua concretização, mobilizando ao mesmo tempo a população para a resolução de problemas locais e desenvolvendo esforços para interligar a actividade de toda a organização popular - Comissões de Moradores, de Trabalhadores, Colectividades e outras.

Na reunião foi ainda salientada a necessidade de procurar soluções que contribuam de algum modo para ajudar as Juntas de Freguesia a resolver as suas dificuldades financeiras.

AUTARQUIAS DE NORTE A SUL

Unidade nas Comissões de Moradores

Cumprindo os preceitos legais, as Comissões de Moradores têm vindo a realizar, por todo o País, eleições para a formação de novas Comissões. A vitória das listas unitárias tem sido uma característica comum de todo este processo.

Assim, nas eleições para a Comissão de Moradores de Alhos Vedros, realizadas na passada sexta-feira, saiu vencedora a lista A, unitária, que se apresentou sob o lema «Pelo reforço das Comissões de Moradores, na defesa das populações». Obtendo 327 votos, a lista vencedora isolou completamente as duas outras listas, B e C, que apoiadas respectivamente pelo MRPP e pela UDP não conseguiram mais do que 21 e 30 votos cada uma.

Também a lista A, unitária, que se candidatou à Comissão de Moradores da Venteira-Centro, na Amadora, obteve a esmagadora maioria dos votos (506), contra os 292 alcançados pela lista B, afecta ao PPD.

A nova Comissão de Moradores da Venteira-Centro, comprometeu-se a realizar quatro plénarios de moradores, para além de outras reuniões, devendo o primeiro ter lugar ainda este mês e os restantes em Março, Junho e Setembro de 1978. A discussão e aprovação dos novos estatutos farão parte dos temas a debater.

Ainda durante o fim-de-semana foi eleita a Comissão de Moradores de Paio Pires, a que concorreu uma única lista também unitária. Do programa de acção da nova Comissão de Moradores consta a construção de novos parques infantis, a realização de uma campanha de alfabetização e o alargamento das zonas verdes.

Freguesia da Ajuda contra o analfabetismo

Foi anunciado na última sessão pública da Junta de Freguesia da Ajuda que aquele órgão autárquico está a trabalhar na preparação de um curso de alfabetização, que deverá funcionar em três locais distintos da freguesia.

A necessidade urgente de um parque desportivo comum às diversas colectividades da Ajuda, a construção de um parque infantil e problemas relacionados com a habitação, foram alguns dos temas abordados pelos moradores que participaram na sessão.

Por proposta dos moradores foi guardado um minuto de silêncio pela morte de Ramiro Correia.

QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELOS ATENTADOS ÀS LIBERDADES?

O direito à liberdade de expressão, sem impedimentos nem discriminações, inequivocamente consagrado na Constituição, tem nos últimos tempos vindo a ser alvo de graves restrições, nomeadamente nalgumas regiões das Beiras.

Num comunicado divulgado a propósito, a DORB do PCP, após recordar os atentados à liberdade de expressão perpetrados na Figueira da Foz, em Aveiro, em Coimbra, onde agentes da PSP identificaram e ameaçaram, multaram e processaram camaradas nossos quando exerciam o legítimo direito de informar ou divulgar actividades do nosso Partido,

coloca uma pergunta pertinente: quem são os responsáveis por tais medidas arbitrárias, antidemocráticas e anticonstitucionais, que atingem não só os comunistas mas também outros democratas e organizações de trabalhadores?

Em todos os casos, afirma o comunicado, os representantes do PCP têm procurado esclarecer, dialogar e saber onde partem medidas como as que se descrevem acima. Assim se apurou que, no caso da Figueira da Foz, foi da própria Câmara (eleita depois do 25 de Abril) que partiu o atentado às

liberdades. Porém, nos restantes casos, fomos informados pelo Governador Civil de Coimbra que nenhuma indicação fora dada nesse sentido, e do mesmo modo se pronunciou o Governador Civil de Aveiro e a Presidente da Câmara de Coimbra.

A iniciativa, prossegue o documento da DORB, tem sido na generalidade dos casos da PSP, algumas vezes com excessos de zelo de alguns agentes. O qual, diga-se de passagem, não tem sido aplicado quanto à circulação quase diária de jornais e panfletos fascistas e salazaristas (propaganda, essa sim, ilegal), designa-

damente em Coimbra. Mas quem são os verdadeiros responsáveis?

Salientando que as liberdades se defendem pelo seu exercício, a DORB do PCP reafirma a sua recusa em aceitar o arbítrio, a ilegalidade, o desrespeito pela Constituição, que façam letra morta do direito ao usufruto das liberdades, e apela a todas as organizações democráticas, a todos os democratas e antifascistas, no sentido de juntar esforços para que todos possam exercer as liberdades constitucionais, na defesa do Portugal livre e democrático que estamos a construir.

A OFENSA DO MAP NÃO PÁRA

Trabalhadores da UCP "Flor do Alentejo", em Vale de Vargo, foram espancados pela GNR e acusados de furto, quando colhiam a azeitona e a batata doce por eles semeada. Na terra que alqueivaram, gradaram, semearam e adubaram os trabalhadores, ao colherem o fruto do seu trabalho, foram agredidos por ordens do MAP, resultando desta acção 25 homens e mulheres maltratados, (entre os quais uma jovem de 19 anos, grávida), e 6 trabalhadores detidos que só viriam a ser libertos na madrugada do dia seguinte.

Isto sucedeu na herdade de Corte de Messangal, com 620 hectares e grande olival, com 140 pontos, oferecida ao agrário José Francisco Corujo (que possui também a herdade do Outeiro há 2 anos sem ser semeada).

Isto sucedeu contra trabalhadores que em menos de um ano (ocuparam as terras em Dezembro de 1976) aumentaram de 167 para 204 o número dos postos de trabalho, adquiriram com o seu esforço três tractores, uma enfardadeira, uma ceifeira e várias alfaias agrícolas, arranjam malhadas, abriram uma barragem e aumentaram consideravelmente a área cultivada nas terras que ocupam. Isto sucedeu contra trabalhadores que, reunidos em Assembleia Geral, no passado dia 21 de Setembro, resolveram realizar este ano, a maior sementeira de sempre nesta área: 600 hectares de trigo, 200 hectares de cevada dística, 120 hectares de aveia e de forragem, 50 hectares de cevada branca, 20 hectares de milho, 70 hectares de fava, 120 hectares de grão, 5 hectares de melão, 7 hectares de regadio, 20 hectares de milho, 100 hectares de cartão, totalizando assim 1280 hectares de área semeada.

No decurso do encontro foi eleita a direcção do Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte-Zona Norte constituída por algumas dezenas de rendeiros.

PLENÁRIO DE RENDEIROS DO NORTE: NÃO À LEI DOS SENHORIOS RICOS!

Ascende a várias dezenas o número de acções de despejo tentadas pelos senhorios ricos, vinte dias depois de ter sido promulgado o Decreto-Lei 76/77 que revogou o 201/75, ambos referentes ao Arrendamento Rural. Esta constituiu uma das denúncias do Plenário das Comissões de Rendeiros, realizado no Porto, por iniciativa do MARIN, no passado domingo, onde mais uma vez foi reafirmada a oposição àquele diploma proposto pelo PPD e aprovado pelo CDS e pelo PS e reclamada a sua revogação como o "exigim os interesses de milhares de agricultores, os interesses de uma agricultura próspera e os interesses de Portugal".

Os poucos dias de vigência deste decreto confirmam inteiramente as afirmações e a posição assumida pelos deputados comunistas quando da sua discussão na Assembleia da República ao oporem-se à revogação do Decreto-Lei 201/75, a primeira Lei sobre Arrendamento Rural na qual os rendeiros viam pela primeira vez ser-lhes reconhecido o direito à estabilidade e à segurança. Opondo-se igualmente à revogação desta lei encontravam-se muitos milhares de rendeiros que no Norte, Centro e Sul do país, exprimiram o seu repúdio pelo frete que a direita parlamentar, com a cumplicidade do MAP, do PS e do Governo, fez aos grandes proprietários absentistas. Na altura, além da realização de numerosas reuniões em que participaram milhares de rendeiros, das 121 cartas, moções, abaixo-assinados e telegramas enviados à A.R., 115 pronunciavam-se contra a alteração à lei do arrendamento rural então vigente.

Visando superar a actual situação, criada com a aprovação e a recente entrada em vigor do Decreto-Lei 76/77, Lei do Arrendamento Rural do PPD, que a arrastar-se lançou no desemprego milhares de rendeiros, acarretando uma drástica diminuição da produção agrícola e aumentando consideravelmente o número e extensão das terras a monte, os participantes no Plenário das

Comissões de Rendeiros aprovaram, por unanimidade, uma moção destinada ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro, Comissão de Agricultura da Assembleia da República e ao MAP, enunciando detalhadamente as principais consequências da aplicação da nova lei do arrendamento.

Depois de demonstrar a flagrante contradição entre o Art.º 101 da Constituição e o articulado daquele diploma, a moção salienta, a dado passo, que o

progresso da agricultura, o aumento da produção agrícola exigem a continuidade e a permanência dos agricultores nas explorações agrícolas para que se sintam incentivados a investir, a fazer planos de exploração a médio e a longo prazo, a melhorar a capacidade de exploração da empresa agrícola.

Tudo isto estava consagrado na "Lei dos Rendeiros" e é seriamente posto em causa na "Lei dos Senhorios Ricos". A propósito, um dos participantes no encontro perguntava: "Qual

é a posição do Governo: criar ou destruir postos de trabalho?"

A discriminação, a indiferença e o ostracismo a que tem sido votados os pequenos e médios agricultores tem de cessar, assim o reclama uma moção também aprovada no Plenário trazendo "o mais veemente protesto pela acção discriminatória de que são vítimas por parte do Governo". "Nunca, frisa a moção, o Ministro da Agricultura nos recebeu. Mas tem recebido em inúmeras audiências a CAP" denunciaram os rendeiros presentes que, mais adiante, repudiam "tudo o todos os que querem fazer de nós portugueses de segunda".

No decurso do encontro foi eleita a direcção do Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte-Zona Norte constituída por algumas dezenas de rendeiros.



NO SUL OS RENDEIROS TAMBÉM LUTAM

Cresce no Norte o movimento de oposição dos camponeses à política do Governo. Mas no Sul também. Um exemplo desta luta é-nos dado pelos seareiros, rendeiros e raqueiros de Almodovar, mais concretamente da Aldeia dos Fernandes, Corte Zurrinha, Gomes Aires e Santa Clara quase na raia com o Algarve.

Destes rendeiros que, no Sul, lutam também contra a actual "lei dos Senhorios Ricos" e pelo regresso da sua lei, fica o seguinte depoimento: "Ao efectuarmos os contratos de Arrendamento Rural no Centro Regional da Reforma Agrária, em Beja, os senhorios comprometeram-se a assinar esses contratos, muitos deles baseados na Lei 201/75. Cerca de 300 seareiros e rendeiros entraram na posse da exploração dessas terras, conscientes de que poderiam trabalhar em paz e sossego. Porém com a aprovação na Assembleia da República da nova lei sobre Arrendamento Rural proposta pelo PPD e aprovada pelo PS e CDS, voltou novamente a instabilidade e a insegurança às nossas freguesias e aos nossos lares. Foi

pouco duradoura a paz e a tranquilidade porque agora os senhorios protegidos pela nova lei negam-se a assinar os contratos, voltam a expulsar os rendeiros das terras que estes cultivavam, mandam os seus lacaios negociar com os rendeiros para lhes roubarem alguns tostões que por ventura ainda tenham e mandam os seus lambe-botas semear os alqueives que os rendeiros haviam feito por sua conta, ao mesmo tempo que os expulsam das terras. E quando algum de nós tenta levantar a voz para protestar contra estas injustiças, mandam-nos a Beja ao CRA ou à Liga resolver o problema. Mas nós perguntamos: que pode esperar um seareiro que vê o seu alqueive semeado de trigo e colheita a mandado do senhorio? Ao queixar-se no CRA, dizem-lhe que a única coisa que tem a fazer é exigir que o senhorio lhe pague a despesa do alqueive.

Então é assim que o Governo defende os interesses dos rendeiros? Os seareiros, rendeiros e raqueiros não contam para o Governo, mas contam para o voto que o PS lhes caçou!"

VITÓRIA DA UNIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL DA MADEIRA

Com uma margem muito folgada, a lista unitária venceu as eleições para os corpos-gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil da Madeira. Com mais 705 votos do que a segunda lista mais votada, a lista encabeçada por um membro da União dos Sindicatos da Madeira (USM) e do

secretariado da CGTP-IN obteve 891 votos (71 por cento), sendo os restantes para duas listas afectas a grupos esquerdistas, UDP (186) e CRP (169).

A lista vencedora é composta por trabalhadores afectos a quase todos os partidos com implantação na

classe operária madeirense. É de destacar o significado desta vitória por uma diferença que revela o interesse dos trabalhadores pela independência sindical e pela unidade necessária à defesa eficaz dos seus direitos e liberdades, ao lado de todos os trabalhadores portugueses.

AGRICULTORES DAS BEIRAS EM LUTA PELA DEFESA DA LEI DOS BALDIOS

Promovida pela Agrinova e pela Comissão de Apoio dos pequenos e médios agricultores das Beiras, realizou-se no passado domingo, em Coimbra, uma reunião em que participaram 31 Conselhos Directivos de Baldios dos distritos das Beiras, representando mais de dez mil compartes.

A defesa da lei dos Baldios, ameaçada pelo artigo 109 da Lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais, a posição a assumir e as formas de actuação face ao referido artigo, foram os temas debatidos durante o encontro.

De salientar o repúdio unânime manifestado pelos presentes face àquele artigo da nova lei e a firme disposição de todos em defender intransigentemente a Lei 39/76 sobre os Baldios.

Os êxitos alcançados na administração dos baldios pelas populações, que se preocupam mais do que ninguém com a limpeza dos matos e com a defesa da floresta dos incêndios, reflecte-se já na melhoria das suas condições de vida, e são a melhor garantia da capacidade dos povos para prosseguirem com essa tarefa.

No decurso do encontro surgiu uma proposta para que os

Conselhos Directivos dividam entre si o pagamento das despesas a efectuar pelo Secretariado que entretanto foi eleito, para que a sua actividade não venha a ser prejudicada (e a prejudicar todos os interessados) por falta de fundos.

No final, foram aprovadas por unanimidade uma moção e as conclusões da reunião, que serão

enviadas ao Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e respectiva Comissão de Agricultura e Pescas e ao Governo.

Prevê-se para breve a realização de novas reuniões em que serão prestadas contas das diligências efectuadas e discutidas novas formas de luta.

SANEAMENTO E PROMOÇÃO

Dois indivíduos saneados pelos trabalhadores dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Porto, os srs. Carvalho Gomes e Pinto Pais, depois de terem sido reintegrados na empresa em Maio último, foram recentemente nomeados pelo Conselho de Administração para os cargos de director e subdirector dos SMAS.

Repudiando esta decisão, o Secretariado da Célula do PCP naquelas Serviços pergunta: "Que clima de segurança e serenidade existirá numa empresa quando se decidem nomeações tão importantes sem ouvir os trabalhadores e nem sequer os seus órgãos representativos? Como poderá

esta acção desestabilizadora do Conselho de Administração contribuir para a solução do problema do eficaz fornecimento de água, que necessita do esforço de todos, num ambiente de tranquilidade?"

Reclamando a audição dos trabalhadores acerca das nomeações, o comunicado apela à unidade e firmeza dos trabalhadores da empresa na recusa de mais esta prepotência. "Foi votado o não à nomeação dos srs. Carvalho Gomes e Pinto Pais. É necessário que se respeite a nossa vontade expressa em votação directa e secreta", conclui o Secretariado da Célula do PCP nos SMAS.

NUM ÚNICO VOLUME Encadernado

HISTÓRIA DA GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO

Esta importante obra relata como os operários, soldados e o camponês trabalhador da Rússia realizaram em Outubro de 1917, sob a direcção do Partido Comunista, a mais grandiosa Revolução do mundo, a marcha triunfante do Poder Soviético e as primeiras transformações revolucionárias no país.

Edições Progresso

670 páginas apenas 180\$00



No Mercado do Povo

15 DIAS DA URSS EM LISBOA

Decorre, no Mercado do Povo, em Belém, um vasto programa cultural destinado a assinalar o 60.º Aniversário do Grande Outubro. Inaugurada no passado dia 1 com a presença do camarada Arnold Kalinine, embaixador da União Soviética no nosso país, a exposição de fotografias da URSS, que ilustram a História e as grandes realizações dos povos da União Soviética.

e Vasco Pinto Leite (às 17 horas). Lançamento do livro "Portugueses na URSS".

Dia 6: Organizações Sociais na URSS, com a participação de Iuri Beguichev, Conselheiro Adido de Imprensa da Embaixada da URSS. Lançamento do livro "Organizações Sociais na URSS" (às 17 horas).

Lénine e as Forças Armadas Soviéticas, com a participação do coronel Evlampiev, Adido Militar Soviético em Lisboa. Lançamento do livro com o mesmo nome (às 22.30).

Dia 7: A Importância da Revolução de Outubro no Movimento Sindical, com José Luis Judas, Manuel Lopes e Sá Pereira (às 22.30).

Dia 8: Ucrânia — Uma República Livre de uma Família Livre, com a participação da delegação oficial da URSS (às 22.30).

Dia 9: A Obra de Lénine, com a participação de Álvaro Mateus. Lançamento do 1.º Volume das Obras Escolhidas de Lénine (às 22.30).

Dia 10: Educação Infantil na URSS, com a participação de Dulce Rebelo e duas especialistas soviéticas (às 17 h).

A Cooperativização da Agricultura na URSS, com Blasco Hugo Fernandes (às 21.30).

Dia 13: A Juventude na URSS, com a participação de uma delegação do Komsomol e do secretário da Embaixada Soviética, Valeri Prokopenko (às 21.30).

Dia 14: O Desporto na URSS, com a participação de Melo de Carvalho (às 21.30).

Dia 15: A Política Externa da Paz da URSS, com a participação de Silas Cerqueira (às 21 horas).

Espectáculos

Hoje: José Jorge Letria (às 21.30).

Dia 7: Luisa Basto e Pedro Osório (às 21.30).

Dia 8: Carlos Paredes e Isabel Rosa Marques (às 21.30).

Dia 11: Carlos Mendes e Joaquim Pessoa (às 21.30).

Projectão de filmes e slides

Dia 5: Documentários sobre a URSS (às 21 horas).

Dia 8: Filmes e slides sobre a Ásia Central. Participação de Moradas Ferreira (às 22.30).

Dia 15: Projectão do filme "Outubro", de Serguei Eisenstein.

Actividades infantis:

Dia 4: Tarde Infantil (às 15 horas).

Dia 5: Visita Guiada para Crianças (às 15 horas).

Desenho e Poesia, com João Martins e Carlos Pinhão (às 16 horas).

Dia 6: Visita Guiada para Crianças (às 15 horas).

Contos Soviéticos, por Graça Vilhena (às 16 horas).

Dia 12: Visita Guiada para Crianças (às 15 horas).

Cantões pelo Grupo de Crianças da Associação Portugal-URSS, orientado pela professora metodóloga Ekaterina Ossipian (às 16 horas).

Dia 13: História da Revolução de Outubro contada às crianças por Mário Castrim (às 15 horas).

Cantões pelo Grupo de Crianças da Associação Portugal-URSS (às 16 horas).

Visita Guiada para Crianças (às 17 horas).

Registe-se ainda que no decorrer deste período se procederá ao lançamento do 1.º Volume das Obras Escolhidas de Lénine em português.

Finalmente, recorde-se que durante a quinzena, um cozinheiro ucraniano preparará os mais variados e apetecidos pratos de cozinha desta região da URSS no Restaurante do Mercado.

Reunião do MDM

A MULHER AINDA É VÍTIMA DE VÁRIAS DISCRIMINAÇÕES

A situação da mulher portuguesa foi amplamente debatida no decorrer da reunião do Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), realizada no último domingo.

Desde a análise da evolução da situação da mulher portuguesa até ao balanço do papel do MDM na organização das mulheres, para finalmente discutirem e aprovarem o programa de acção do MDM para o próximo ano, tudo mereceu por parte das dezenas de membros da Comissão Nacional presentes a maior atenção.

Numerosas foram as intervenções que se debateram sobre o problema crescente do desemprego que tem afectado predominantemente a mulher. Relacionado com este aspecto, outro dos problemas debatidos dizia respeito à discriminação de salários relativamente à mulher, e que actualmente se faz sentir com maior incidência no sector rural e nalgumas profissões onde se verifica a preocupação da sua feminização.

Manifestando a intenção de integrar as mulheres na luta geral de todos os trabalhadores, foi salientado durante o Encontro que apesar das conquistas gerais obtidas pelas mulheres verificam-se ainda discriminações sem conta, próprias de uma sociedade capitalista, em relação às mulheres (como seja a utilização da mão-de-obra feminina como mão-de-obra de reserva pior remunerada, discriminação a nível de salários de promoção, criação de pretensas categorias e que apenas escondem o desejo de pagar menos, entre outras).

Analisada que foi a crescente recuperação capitalista, protegida pela actuação do actual Governo,

os membros do Conselho Nacional abordaram detalhadamente a situação da mulher trabalhadora, na maior parte dos casos sobrecarregada com um duplo horário, na empresa e em casa, obrigada a deixar os filhos nas amas que por vezes lhe levam mais de um terço do salário, já que o preço das creches e infantários se torna inornável para as suas posses.

Não sentindo qualquer vantagem pessoal no seu trabalho fora de casa, muitas vezes a mulher trabalhadora concorda voluntariamente com o subsídio de despedimento com que o patrão acena. Assim, no regresso ao lar, pensa poder poupar, prescindindo da ama para os filhos e podendo cuidar a tempo inteiro do seu lar.

Denunciando os perigos desta situação as intervenções verificadas na reunião do Conselho Nacional do MDM realçaram alguns aspectos, nomeadamente o facto de a mulher ficar mais isolada, reduzida a um ambiente fechado que a alheará do resto dos problemas que a sociedade dizem respeito.

Por seu turno, as que possam encarar esta situação como transitória, acreditando poder voltar ao trabalho quando os filhos forem crescidos esquecem que é muito difícil a qualquer trabalhador e principalmente à mulher arranjar trabalho depois dos 35 anos de idade, ou então se esteve afastada do trabalho durante longo tempo.

Por último, o aumento do custo de vida é um factor determinante, tornando-se em muitos casos extremamente difícil uma família de trabalhadores, mesmo sem filhos, sobreviver apenas com o salário do homem.

Foi, pois, para esta situação que a Reunião do Conselho Nacional do MDM procurou, determinadamente, alertar a mulher portuguesa e mobilizá-la na luta de todos os trabalhadores contra os despedimentos.

EXPLORAÇÃO NO DOMICÍLIO

Usualmente chama-se trabalho no domicílio, mas a designação correcta deverá ser exploração no domicílio. É um trabalho quase clandestino, feito por mulheres que em casa realizam encomendas de fábricas, empresas ou lojas comerciais.

Sem qualquer regalia da segurança social, ganhando salários de miséria e muitas vezes comprando os instrumentos de trabalho à sua custa (máquinas de costura e de tricotar, ou outros utensílios) trabalham a um ritmo impressionante que quase sempre se alonga pela noite dentro.

Como foi salientado na reunião, o trabalho ao domicílio é de facto muitas vezes um trabalho clandestino a que a mulher é obrigada a recorrer devido aos baixos salários do marido, ou então devido à sua situação de mulher só, com responsabilidades familiares, e ao desemprego assustador. Este trabalho é aceite sujeitando-se pela mulher, passando-se à exploração da coiza patronal, pois não tem outras alternativas, tanto mais que é normalmente realizado por mulheres com idade superior à "idade produtiva" (entre os 40 e os 60 anos).

Este tipo de trabalho, que envolve já milhares de trabalhadoras — e devido às suas características clandestinas não existem estatísticas — tende a aumentar face às perspectivas actuais de desemprego e ao aumento do custo de vida.

Durante a conferência de imprensa que culminou a reunião do Conselho Nacional do MDM foi frisado a intenção de reforçar a organização pelo incentivo da campanha de inscrições.

No entanto, é já um facto a maior implantação do Movimento, tanto a nível urbano como regional.

Uma trabalhadora agrícola, membro do Conselho Nacional do MDM, que participou na conferência de imprensa, manifestou as preocupações características das trabalhadoras alentejanas, uma das quais é o desemprego que a atribuição de reservas aos grandes agrários implica. Por último fez uma descrição da repressão actualizada.

A finalizar, a situação da mulher portuguesa na emigração foi o tema da intervenção da representante da emigração, a qual salientou que "o 25 de Abril ainda não chegou a França", denunciando igualmente que o actual Governo nada tem feito para ajudar os emigrantes.

O Conselho Nacional do MDM foi aumentado para 110 membros, tendo sido cooptados durante a referida reunião os novos elementos que agora o integram.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Uma sessão de convívio, em que participou José Jorge Letria e foi projectado o filme soviético "Um Soldado na Revolução", assinalou o encerramento da Assembleia da 2.ª Zona.

Programa das realizações no Mercado do Povo Colóquios e lançamentos de livros

Hoje: A Saúde na URSS, com a participação de Maria Clementina, Duração de Carvalho e José Menezes (às 22.30).

Dia 4: A Economia na URSS, com Aurora Murtelha e Waldemar Quaresma (às 21.30). Lançamento do livro "URSS — 1917/1977 — Aspectos da Evolução Económica".

Dia 5: A URSS Vista por Portugueses, com Gina de Freitas, José Gomes Ferreira, Silva Graça

SESSÕES PÚBLICAS EM LISBOA E NO PORTO

O Pavilhão dos Desportos em Lisboa e o Coliseu dos Recreios do Porto são os locais onde se vão realizar, respectivamente, no próximo sábado e domingo, sessões públicas destinadas a assinalar o 60.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Em Lisboa, a sessão — justamente intitulada "Festa da Amizade Luso-Soviética" — terá início às 21 e 30 horas de sábado e nela participará o camarada Carlos Aboim Inglês, membro do Comité Central do PCP, o historiador Vítor de Sá, o embaixador da URSS, camarada Arnold Kalinine e o chefe da delegação da República Socialista Soviética da Ucrânia, Igor Stepanenko, vice-primeiro-ministro desta república soviética. A primeira parte da sessão será precedida com intervenções destas personalidades.

Na segunda parte actuará o conjunto ucraniano "Zaparojets", além dos artistas portugueses Carlos Paredes e Adriano Correia de Oliveira.

No Porto, a sessão inicia-se às 15 horas e nela participará, para além de destacadas personalidades da região, o camarada Igor Stepanenko. À noite actuarão os "Zaparojets" e alguns artistas portugueses, entre os quais Adriano Correia de Oliveira.

Carlos Brito em Águeda

«É PRECISO PASSAR DAS CONVERSAS AOS ACORDOS E DESTES AOS ACTOS»

Cerca de cinco centenas de pessoas participaram em Águeda num comício organizado pela organização concelhia, em que esteve presente o camarada Carlos Brito, da Comissão Política e presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Carlos Brito acentuou a necessidade imediata de ser definida uma nova política, que permita sair da crise e seja uma alternativa democrática à política actual do Governo PS sozinho (apoiado nas decisões fundamentais pelo PPD e pelo CDS), afirmando a propósito que «não houve medida contra os trabalhadores que a direita, o CDS e o PPD, não reclamasse, não apontasse, não aplaudisse».

Referido que «a fórmula governativa actual está no fim, pois uma errada política ditou a derrota da fórmula política de governo e naturalmente a derrota dos homens que a promoveram», Carlos Brito afirmou a necessidade de a nova política «assegurar a recuperação económica e a independência nacional», designadamente pelo respeito pelos limites, características

e dinâmicas próprias das diversas formações económicas.

Referindo as dificuldades que a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista causa aos mais amplos sectores da população, Carlos Brito lembrou, a propósito da situação dos pequenos industriais e comerciantes, que «ninguém se surpreenderia que uma das exigências do FMI seja uma nova subida das taxas de juro».

Acentuando o facto da nova política necessitar do empenhamento dos trabalhadores, Carlos Brito referiu a próxima realização pelo PCP duma Conferência Económica para a Dinamização do Sector Nacionalizado, aberta a todos os trabalhadores, considerando que «os seus trabalhos preparatórios serão já certamente um factor decisivo para a economia nacional».

Defendendo a «necessidade de uma plataforma e de um novo governo», Carlos Brito afirmou: «Se no Governo cuidam, se pensam ganhar tempo com as conversações que temos estabelecido para continuar a fazer a mesma política, que não haja ilusões. Nós afirmamos que é preciso passar das conversações aos acordos e destes aos actos. É preciso fazer de imediato acordos pontuais e desde já: que

cessem os ataques à Reforma Agrária e às empresas nacionais e intervenções, que cesse a repressão contra os trabalhadores». Carlos Brito acentuou ainda que «as conversações não se podem reduzir à questão da aceitação ou não aceitação das propostas e exigências do FMI. Devem dar respostas claras a todos os problemas financeiros e económicos; num quadro político claro». E mais adiante, sobre a questão do governo, afirmou: «Admitimos que no imediato a resposta à questão do governo seja uma remodelação profunda do Governo. Embora saibamos que vários sectores e forças sociais exigem a participação do PCP no Governo, nós não vamos fazer disso uma condição para a nossa contribuição para a elaboração duma plataforma».

Referindo a necessidade de fortalecimento do PCP, Carlos Brito terminou a sua intervenção marcando a necessidade da unidade dos trabalhadores, da unidade dos democratas, da unidade do Povo.

1.º ANIVERSÁRIO DA «LINHA GERAL»

A revista "Linha Geral", publicação da UEC para a juventude estudantil comemora neste mês o seu primeiro aniversário.

No editorial do último número, posto à venda recentemente, lê-se: «É com natural alegria que assinalamos a passagem deste primeiro aniversário. Convictos de que há ainda um longo caminho a percorrer diante de nós. Convictos das nossas limitações e deficiências. Convictos também de que nós, o grupo de camaradas que mensalmente faz a revista e vocês, que a vendem e a divulgam, que a lêem, sabemos em conjunto forjar uma "Linha Geral" cada vez mais dinâmica e interveniente, alargando a sua qualidade e expansão, tomando-a cada vez mais a revista que os estudantes se habituaram a ler.

Ao seu director, camarada João Leal, aos camaradas da Comissão Redactorial e a todos quantos, por qualquer meio, estão ligados à revista, o colectivo do "Avante!" apresenta as mais fraternais saudações.

«FAROL DAS ILHAS»

Acabou de sair o primeiro número do "Farol das Ilhas", publicação quinzenal que sairá em duas edições, uma dedicada à Madeira e outra aos Açores. O novo jornal dará particular atenção à defesa dos interesses das massas trabalhadoras e de campesinato, assim como dos pequenos comerciantes e industriais e outros, ao mesmo tempo que defenderá a efectiva autonomia dos arquipélagos como condição fundamental para o reforço da unidade nacional, mas combaterá toda e qualquer ideologia separatista que vise subtrair as populações insulares às conquistas da Revolução de 25 de Abril.

No panorama de uma imprensa insular quase toda dominada pelo capitalismo reacçãoário e separatista, cumpre saudar o surgimento de um jornal democrático, notado por objectivos tão claros e positivos como os acima referidos.

FALECEU O CAMARADA MANUEL SACAVÉM

Faleceu no passado dia 26 de Outubro o camarada Manuel Duarte Sacavém, destacado militante do nosso Partido e antifascista de longa data, e cuja verticalidade de princípios lhe granjeou respeito onde quer que convivisse ou estivesse presente.

O funeral realizou-se do Campo Grande para o cemitério de Caneças e constituiu uma comovida homenagem à memória deste velho militante comunista.

No decorrer das breves palavras que um representante da Comissão de Freguesia de Caneças do PCP pronunciou durante a cerimónia fúnebre, foi ressaltado o longo passado de luta de Manuel Sacavém, inclusive a sua dura passagem pelas masmorras fascistas, onde sofreu as torturas mais repugnantes. No decorrer da cerimónia, que constituiu em Caneças uma verdadeira manifestação popular em homenagem deste nosso camarada, usou igualmente da palavra um representante do grupo

dos Antigos Alunos dos Púlpitos do Exército, que apontou aos jovens o exemplo de Manuel Sacavém, a sua vida e a sua luta.

Em representação do CC do PCP, esteve presente nas cerimónias fúnebres o camarada Francisco Miguel.

MARIA DE JESUS MIGUEL

Faleceu, no passado dia 23, a camarada Maria de Jesus Miguel, de 32 anos, militante do nosso Partido e membro da Célula da Standard Eléctrica.

Vítimada por doença grave, a camarada Maria de Jesus, reconhecida pelas suas qualidades humanas, profissionais e de militância, deixou orfão um filho de 12 anos.

As famílias enlutadas, o colectivo de redacção do "Avante!" apresenta sentidas condolências.

Colocação de professores AS IRREGULARIDADES DO MEIC

O confuso processo de colocação de professores estipulado pelo MEIC não resolveu, até agora, a grave situação em que se encontra a maior parte das escolas.

Em vez de colocar os docentes tendo em conta as recondições já efectuadas pelos Conselhos Directivos, o MEIC resolveu enviar para os estabelecimentos de ensino listas que obrigam professores já em pleno exercício a mudar de escolas ou de horários, não tendo sequer a garantia de receber o salário do passado mês de Outubro.

Recorde-se que o MEIC tinha anunciado para o dia 26 do passado mês a publicação das

listas definitivas de colocações. Mas o Ministério precipitou-se. E um vespertino lisboeta viu-se na obrigação de publicar, no dia seguinte (e na primeira página), um desmentido à informação que o MEIC lhe tinha fornecido...

As listas só apareceram no dia 28. Entretanto, no dia seguinte, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa denunciava em conferência de imprensa: As listas definitivas traduzem ainda mais erro dos que as provisórias. (...) Há professores que já estavam colocados provisoriamente mas não aparecem nas listas definitivas; outros, nem sequer foram colocados em nenhuma das listas; estagiários há que aparecem nas

listas definitivas, enquanto que aqueles que pediram rescisão de contratos são, agora, colocados, passando-se o mesmo com os professores profissionalizados (...). Para além de alterações na ordem, por escalões, há professores que, só tendo adquirido habilitação própria este ano, não foram contudo colocados como professores, mas antes na Acção Social Escolar.

Tal como afirmaria um dos dirigentes sindicais, estas irregularidades vão contra a própria legislação do MEIC.

"Não ao desemprego-Ensino para todos", é o lema da manifestação convocada para amanhã pelo Sindicato e que partirá do Marquês de Pombal, às 19 horas, com destino a S. Bento, onde será entre as 20.30, na R. Gonçalves Cristóvão, n.º 100, a presidente da Assembleia da República. A manifestação conta com o apoio de vários sindicatos.



Tal como já havia acontecido com as cerimónias fúnebres, também a sessão de homenagem a Ramiro Correia, realizada sexta-feira última no Pavilhão dos Desportos, constituiu uma impressionante manifestação popular de fidelidade aos princípios da Revolução de Abril e aos seus heróicos capítães. Perante um Pavilhão cheio como poucas vezes, usaram a palavra João de Freitas Branco e o general Costa Gomes, seguindo-se uma sessão artística

CONSULTÓRIO JURÍDICO DO MDM

Encontra-se de novo a funcionar o consultório jurídico do MDM, onde advogados, membros daquele Movimento, aconselharão todas as mulheres que ali se dirigirem e cuja solução dos problemas passe pela intervenção da lei.

O consultório jurídico funciona todas as primeiras e terças-feiras de cada mês, a partir das 18 horas. As inscrições podem ser feitas pelos telefones 557853 ou 554875.

As mulheres que tenham dificuldade de deslocar-se a Lisboa podem escrever para a Avenida Duque de Loulé, 111 - 4.ª, Lisboa, enviando para isso os selos para a carta de resposta.

SOBREVIVENTES DO TARRAFAL

Um grupo de sobreviventes do Tarrafal, vai realizar-se uma reunião em Lisboa, no próximo dia 3 de Novembro, às 21.30 horas, na Rua da Barroca, n.º 133, ao Bairro Alto, na sede da Comissão de Moradores da Encarnação e outra reunião no Porto, no dia 4 de Novembro, às 21.30, na R. Gonçalo Cristóvão, n.º 100 (na sede do Grupo dos Modestos).

Faz-se apelo a todos os antifascistas sobreviventes do Tarrafal para que compareçam a estas reuniões.

SEMANA INTERNACIONAL

A VERDADEIRA FACE DO IMPERIALISMO EM ÁFRICA

300 mil estudantes da RSA, inclusive das escolas primárias, prosseguem a greve de protesto contra o ensino bantú que é ministrado nas escolas para crianças negras, inferior em relação aos programas das escolas brancas. Milhares de manifestantes, em Joanesburgo, King William, Queen Town, East London e no Bantustão de Venda, protestaram contra a repressão, enfrentando a prisão, as armas de fogo, os gases lacrimogêneos, utilizados pelas forças repressivas.

Enquanto na África do Sul prossegue e se reforça a luta contra a política de «apartheid», contra o regime de Vorster, também na Assembleia Geral da ONU se debatem os problemas e os direitos das massas africanas da RSA, e se enfrentam os seus defensores e os que — mesmo tentando aparentar o contrário — constituem a retaguarda do governo de Pretória, sem a qual não lhe seria possível a sobrevivência.

Nos diversos órgãos de informação têm sido referidas contradições ou divergências de opinião entre Washington e Pretória, ou destacada a possibilidade de países capitalistas desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha ou a França, apoiarem um embargo de armas à África do Sul. Ou seja, há um esforço de separação entre os diversos países capitalistas e o regime racista de Pretória, universalmente condenado.

Que se passou entretanto nas Nações Unidas? Uma proposta apresentada pelos Estados Unidos, e subscrita pela Grã-Bretanha, República Federal Alemã, França e Canadá, avançava com a sugestão de um embargo de venda de armas por um período de seis meses. Os países africanos rejeitaram esta proposta por ser completamente inoperante, dado o potencial bélico actual da África do Sul, e as amplas possibilidades de continuar a abastecer-se por canais não «oficiais».

Por sua vez, as nações africanas apresentaram um conjunto de propostas para um total embargo de armas, o cancelamento dos contratos em curso, o fim do fornecimento de combustível nuclear e sanções económicas. Incluía-se também a anulação das licenças para o fabrico de armas.

Os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha vetaram estas propostas. Referindo-se às sanções económicas, o embaixador norte-americano na ONU, Andrew Young, declarou mesmo que «não fazem sentido, do ponto de vista dos negócios», e divulgou números elucidativos sobre os interesses dos EUA na RSA: 462 empresas norte-americanas têm 3 biliões de dólares investidos na África do Sul.

Uma única resolução foi adoptada por unanimidade: a condenação da África do Sul por «recorrer à maciça violência e repressão» contra a maioria negra e todos os adversários do «apartheid». Note-se que esta resolução, exprimindo embora o sentir da opinião pública mundial, não apresenta quaisquer soluções ou propostas concretas.

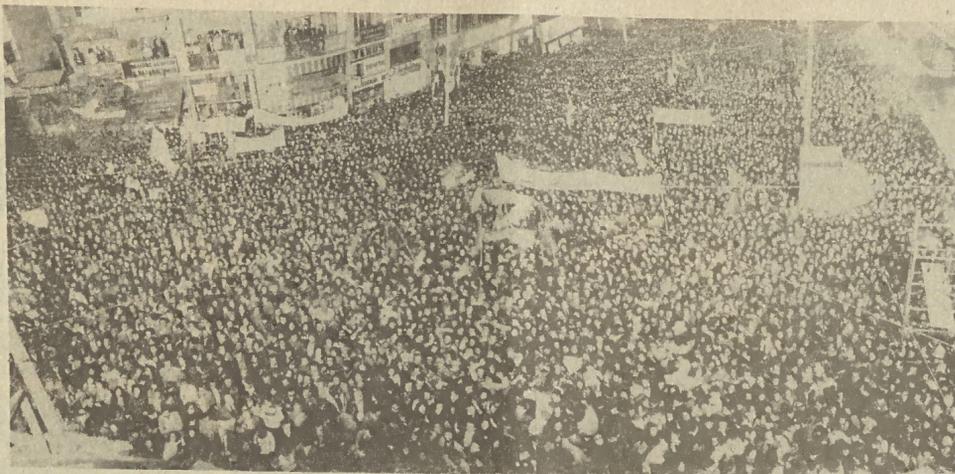
Que poderemos assim concluir da política dos países capitalistas em África?

Os factos falam já por si, mas importa enriquecê-los e esclarecê-los melhor se lhes juntarmos algumas afirmações de teóricos do imperialismo, como é o caso do sr. Zbigniew Brzezinski, conselheiro de Carter para os assuntos de segurança nacional.

Nurmi fez a recente entrevista ao «Herald Tribune», Brzezinski fez algumas afirmações muito significativas. Manifestou, por um lado, a sua preocupação na transformação do que ele denomina «um conflito racial», num conflito ideológico — preocupação que determina a política africana dos EUA e não só. Ou seja, o que o capital internacional teme, e justamente, é que o processo de luta das massas africanas exploradas não se fique pela anulação dos aspectos mais gritantes dos regimes de minoria branca, mas avance pela transformação radical da sociedade, pela liquidação da exploração do homem pelo homem, furtando-se assim a qualquer controle imperialista. É isto que se pretende evitar.

Brzezinski, para além de pedir compreensão para os interesses das minorias brancas exploradoras, sempre dentro do quadro dos famosos «direitos humanos», faz uma afirmação profundamente significativa. Referindo-se ao princípio de «um homem um voto», que diz encontrar-se «na raiz daquilo em que esperamos o mundo se esteja a transformar», declara: «É a definição de um objectivo final. Levará tempo a aproximarmo-nos desse objectivo final. O que nós pretendemos é a aceleração desse movimento para que possamos ultrapassar a ameaça de apocalipse, nomeadamente as guerras racial e ideológica». Isto são afirmações ligadas a uma perspectiva de solução dos problemas da África do Sul através de eleições. É difícil ser mais claro. Um voto para cada homem? Sim, mas como promessa, para quando o imperialismo o determinar, e unicamente na mira de travar o processo revolucionário, a heróica luta das massas africanas na África do Sul.

Esta a verdadeira face da política imperialista em África.



Grandiosa manifestação dos camaradas gregos em Atenas

«POR UM PARTIDO COMUNISTA DA GRÉCIA FORTE NO PARLAMENTO E ENTRE O POVO»

Mais de 100000 pessoas concentraram-se há dias no centro de Atenas, quando da inauguração do Centro Eleitoral Central da Organização de Atenas do Partido Comunista da Grécia.

Dirigindo-se à multidão, o camarada Grigoris Farakos, membro do Bureau Político do PCG, apelou a um voto massivo de condenação da política de submissão ao imperialismo americano, política de autoritarismo e de austeridade para os trabalhadores.

O camarada Farakos criticou severamente e sublinhou a responsabilidade dos partidos da oposição que tolgem a exclusão de facto do PCG dos órgãos de comunicação social e outras discriminações. Terminou com um apelo ao povo grego pa-

ra votar por um Partido Comunista da Grécia forte no Parlamento e entre o povo».

O PCG apresenta nas eleições gerais a realizar brevemente, listas de candidatos em todas as circunscrições do país, e é o único partido que apresenta uma elevada percentagem de operários e empregados, camponeses (mais de 30%). Dezasseite por cento dos candidatos têm menos de 30 anos.

O programa eleitoral do Partido Comunista da Grécia, que tem como lema — «Pela condenação da política de submissão, de autoritarismo e de austeridade, por um PCG forte no Parlamento e entre o povo», defende uma política de independência nacional, de paz e amizade com todos os povos, a democratização da

vida pública, uma política económica de melhoria do nível de vida das massas populares, de restrição aos monopólios e de desenvolvimento económico em benefício do povo e do país, a independência e a autonomia das administrações municipais, uma resposta imediata aos problemas dos trabalhadores e das diversas camadas da população laboriosa, um ensino aberto a todos, independentemente das suas possibilidades económicas, medidas para melhoramento da saúde pública, da protecção do meio ambiente, da vida cultural e do desporto.

Na parte final do programa, é destacado: «Apresentando este programa, o PCG está profundamente convencido de que este corresponde aos

verdadeiros interesses do país, aos interesses dos trabalhadores, dos camponeses, dos artesãos, dos empregados, dos cientistas e intelectuais, dos oficiais patriotas, dos funcionários, das mulheres, dos jovens, de todos os cidadãos que hoje suportam a política atlantista, autoritária e de austeridade.

«É um programa que não se dirige unicamente aos comunistas e às pessoas de esquerda, mas a todos os patriotas, todas as pessoas progressistas, todos os trabalhadores, sem excepção, a todo o povo.

«Este programa nada mais exprime que as suas aspirações, os seus interesses vitais — é o programa eleitoral do povo trabalhador».

Terrorismo

QUEM O PROMOVE, QUEM O PRÁTICA

Terrorismo internacional — que passa por raptos, desvio de aviões, detenção de reféns — é hoje um tema diário nos diversos órgãos de informação. Destacou-se em grandes manchetes o caso do rapto e posterior assassinato do monopoliasta da RFA, Schleyer. Refere-se hoje o desvio de um avião vietnamita para Singapura, em que os assaltantes, já repatriados, assassinaram dois tripulantes do aparelho. Está na ordem do dia o rapto do multimilionário holandês Maurits Caransa, reivindicado pelo «Movimento 18 de Outubro» — dia em que na mais segura cadeia da RFA apareceram mortos Andreas Baader e mais dois outros elementos cuja libertação era pedida pelos raptadores de Schleyer — tendo sido exigida a abdicação da rainha Juliana e a libertação do anarquista da RFA Knut Folkers, preso pela polícia holandesa desde 28 de Setembro.

Desinserido de qualquer contexto, o terrorismo internacional surge-nos como uma praga de difícil explicação, universalmente condenada, sem quaisquer conotações políticas, frequentemente dramatizada por certa imprensa até

obscurer quaisquer outros acontecimentos de não menor importância.

Na verdade a prática do terrorismo internacional não é um anacronismo, e ultrapassa largamente o âmbito dos factos diversos da criminalidade.

Limitar-nos-emos a destacar alguns aspectos da questão.

Quase no mesmo momento em que no mundo capitalista se registavam dois raptos e um sequestro de reféns, foi desviado um avião vietnamita.

Os criminosos que assassinaram dois tripulantes do avião vietnamita, dirigindo-se posteriormente para Singapura, cometeram aos olhos da informação da direita, uma única falha: o assassinato retirou-lhes a possibilidade de surgirem como «refugiados políticos», fugidos do «terror comunista». Não fora o assassinato, e tais criminosos teriam sido considerados heróicos fugitivos. O que salienta o carácter relativo do conceito de terrorismo.

Outro facto: os raptadores de Schleyer, assassinaram o piloto do avião de que se tinham apoderado e vieram a liquidar posteriormente o seu refém. O grupo de comandos da RFA que recuperou o avião, assassinou todos os elementos do grupo que o tinha em seu poder. Os jovens anarquistas cuja liberdade era reivindicada apareceram mortos na prisão em estranhas circunstâncias, que nenhuma declaração e pretensas demonstrações de suicídio foram até agora convincentes. Ou seja: o Estado alemão-federal respondeu ao terrorismo com o terrorismo, por mais que isso possa ser destacado como um acto de salvação, que naturalmente poderia ter sido levado a cabo de forma diferente.

O fugaz desvio de um avião vietnamita coincidiu com diversos actos de terrorismo registados em países capitalistas. Isto parecerá apontar para uma conclusão que não é real: que o terrorismo internacional atinge na mesma medida os países capitalistas e socialistas. Na verdade, e como a prática demonstra, os actos de terrorismo registam-

-se quase invariavelmente no mundo capitalista. Uma das formas que assume — o rapto de monopoliastas ou parentes seus, em alguns casos para a exigência de resgate — não seria pensável sob o socialismo. Por outro lado, e frequentemente, há um objectivo político, uma reivindicação ou um protesto contra as características de brutalidade do regime do capital, que de certa forma enfermem este tipo de reacção ao seu poder. O fundo de violência que a enxameia, o capitalismo, e que é amplamente divulgado pelos órgãos de informação, não como crítica mas como valorização, constitui também base da violência que a enxameia, e que não se regista só ao nível do terrorismo apodado como tal, mas também na «muito

respeitável» actuação dos órgãos do poder e monopólios, com as suas polícias e grupos de acção.

Uma outra questão: os promotores dos raptos e sequestro de reféns não atingiram os objectivos expressos. Por outro lado, em nome do combate ao terrorismo, reúnem-se vozes no mundo do capital exigindo novas limitações de liberdades nos seus países. Em Espanha, por exemplo, e baseando-se no combate ao terrorismo, avançaram-se propostas que de facto apontam para a criação de uma polícia com poderes arbitrários. Ou seja: o terrorismo não só tem demonstrado, frequentes vezes, a sua falência, como se serve objectivamente interesses que frequentemente afirma pretender atingir.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM CHIPRE

Realizou-se em Bruxelas, nos dias 28 e 29 de Outubro, uma Conferência Internacional de Solidariedade a Chipre, em que participaram dezenas de delegações de países de todos os continentes, de diversas organizações internacionais e de diferentes partidos políticos.

A Conferência aprovou um apelo final no sentido de que as decisões das Nações Unidas sejam cumpridas e para que rapidamente se chegue a uma solução pacífica do conflito surgido pela ocupação turca de 40% do território cipriota.

O PCP esteve presente nesta Conferência, representado pelo camarada Domingos Lopes, colaborador do CC do PCP.

Na intervenção do representante do PCP na Conferência, foi salientada a importância da solidariedade internacional na resolução do problema cipriota, a nossa disposição de contribuir activamente para a acentuação dessa solidariedade por parte de Portugal.

Os comunistas portugueses são solidários com a luta das forças democráticas de Chipre pela retirada das tropas estrangeiras do seu território, pelo regresso dos refugiados às suas casas, pela manutenção de Chipre no conjunto dos países não alinhados, pelo respeito da independência e soberania de Chipre.

Os comunistas portugueses juntam a sua voz à da opinião pública mundial

que luta por uma solução justa e pacífica do problema cipriota, de acordo com as resoluções da ONU e no quadro desta organização e estão contra todas as tentativas de divisão aberta ou dissimulada de Chipre e da imposição da sua entrada na NATO.

«O destino de Chipre cabe ao seu povo decidi-lo. Ele o decidirá.

«Em Portugal faremos esforços para que se alargue a solidariedade à luta do povo cipriota e para que as resoluções da ONU a este respeito sejam aplicadas, para que Portugal para tal activamente contribua».

Foi também realçada a urgência na solução do problema de Chipre.

«Para defender a paz, a segurança e a cooperação na Europa, para fazer cumprir a Acta Final de Helsínquia, é necessário que urgentemente se resolva o problema cipriota».

«É necessário que ao lado da heróica luta do Povo cipriota, a força da opinião pública mundial ponha termo à ocupação estrangeira da Ilha e assim se criem condições para o regresso dos refugiados a suas casas, para que Chipre se mantenha como país não-alinhado e se emprenda a sua desmilitarização».

EUA: chantagem contra a OIT

Os EUA decidiram abandonar a OIT. Tecnicamente, digamos, expira agora o prazo concedido pelos EUA, desde 1975, para que a OIT, Organização Internacional dos Trabalhadores, pudesse «repensar» uma atitude inconcebível em termos de imperialismo: a tomada de posições «políticas», neste caso particular, a suspensão do Estado de Israel da Organização e a concessão de um estatuto de observador à Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Há assim que assinalar dois aspectos: o conceito que o imperialismo tem de «política», o tipo de recursos a que deita mão para tentar fazer vingar esse conceito.

Assim, quando o Estado de Israel, cujo governo é responsável pela manutenção de um perigoso foco de tensão no Médio Oriente e de incontáveis crimes contra os povos árabes, em particular contra o povo palestino, tinha o direito de participação integral da OIT, quando os trabalhadores palestinianos estavam arredados desta organização — não estava em causa qualquer posição política. A OIT só passou a assumir uma posição política, quando abriu as portas aos palestinianos e afastou os representantes do Estado de Israel.

Por outro lado, os EUA não se submeteram a uma decisão democrática, dessa mesma democracia em cuja defesa se declaram campeões. Utilizou antes o argumento corriqueiro dos monopólios ou suborno, a chantagem pelo dinheiro, pois a saída dos EUA da OIT vem acarretar a esta organização sérias dificuldades económicas.

Um facto de assinalar: a decisão de Carter, a manter-se, baseia-se também nos conselhos da central sindical AFL-CIO, de facto ligada ao grande capital e à CIA. Assim se pode aferir da «liberdade sindical» nos EUA.

Pequim ataca o socialismo

No seu número de 26 de Outubro, o jornal polaco «Trybuna Ludu», órgão do POUP, insere um comentário sobre a actual política da direcção de Pequim, em que se afirma, nomeadamente:

«Não há ainda muito tempo, Pequim esforçava-se por dissimular a sua política externa dirigida contra a URSS e os outros países da comunidade socialista, com diversas teorias. Actualmente, como o testemunha uma entrevista concedida à AFP pelo vice-presidente do CC do PCC, vice-primeiro-ministro e chefe do Estado-Maior do Exército chinês, Teng Hsiao-ping, os dirigentes chineses não escondem os seus verdadeiros objectivos, que de facto se dirigem contra o progresso, contra os interesses dos trabalhadores.

«Não se trata simplesmente de mais um dos frequentes ataques contra a URSS. Teng Hsiao-ping apresenta um verdadeiro plano de luta contra a URSS e apela ao mundo capitalista, e em particular aos Estados Unidos, para formar uma «frente anti-soviética o mais ampla possível».

«As propostas de Teng Hsiao-ping tendem a ressuscitar o conceito de «cordão sanitário», com que o imperialismo tentou cercar a URSS imediatamente após a Revolução de Outubro. Na verdade, Teng exorta aos preparativos militares contra a União Soviética, ao rompimento do diálogo político e ao cerco do país dos soviéticos por um bloqueio económico.»

«O anti-sovietismo — destaca ainda o «Trybuna Ludu» — anda sempre a par com o anticomunismo. Por isso não surpreende que na sua cegueira política, não o poderemos denominar de outro modo. Pequim se lance contra os partidos comunistas dos países capitalistas. Teng Hsiao-ping pronunciou-se inequivocamente contra a sua participação nos governos — e contra a tomada total do poder por estes — exactamente porque isso reforçaria o socialismo mundial, criando condições propícias para a consolidação da paz.»

A «ignorância de Geisel e Pinochet

Que no Brasil se tortura, é facto que ninguém desconhece. Como ninguém desconhece a existência de presos políticos neste País, assim como sob os outros regimes fascistas e reaccionários da América Latina. Múltiplas vezes tem sido expressa a preocupação e o repúdio que os trabalhadores, os povos de todo o mundo, sentem por essa prática inhumana. Uma preocupação e um repúdio que tornam muito incómoda a posição dos torturadores e dos seus mandatários, não lhes deixando mãos livres para actuar em plena «liberdade», como desejariam.

Assim, paralelamente às realidades inegáveis, surge o «desconhecimento» dessas realidades pelos seus máximos responsáveis. E temos o sr. Pinochet a negar pura e simplesmente a existência de presos políticos no Chile, a substituir o NID, tristemente célebre pela sua acção repressiva, pelo CNI, que naturalmente tem as mesmas funções e conta com os mesmos elementos, as mesmas prisões, os mesmos métodos de tortura. E temos agora também o sr. Geisel, num esforço para fazer



corresponder o epíteto de «humaníssimo» a uma fachada mais plausível, a declarar que «desconhece» a existência de tortura no Brasil, que «punirá rigorosamente» os responsáveis por torturas aos presos políticos, enquanto o senador Eurico Resende, do partido governamental ARENA, vai afirmando candidamente que o Governo «mantém uma posição de absoluto respeito pela integridade física e moral dos detidos».

Estas declarações de Geisel estão relacionadas com a denúncia pública, por onze presos políticos, das torturas a que foram sujeitos, e que foram publicadas no «Estado de S. Paulo». Relacionam-se igualmente com a greve de fome iniciada por seis presas políticas, assim como com outros casos de denúncia da prática sistemática da violência no anro das diversas polícias repressivas brasileiras.

As alegações de ignorância por parte de Geisel, as promessas que entretanto avança, tal como as absurdas afirmações de Pinochet, nada têm a ver naturalmente com a realidade. Mas demonstram uma vez mais a importância do protesto contra a repressão, a sua denúncia interna e externa, o peso da pressão da opinião pública internacional.

POLÍTICA DE BEGUIN NÃO TEM FUTURO

Israel — causa determinante do complexo problema do Médio Oriente — está neste momento a braços com a crítica e a oposição interna e externa a uma política que serve em exclusivo os interesses do imperialismo.

Reagindo à política económica do governo de Begin, há dias anunciada, e que se traduz num agravamento de preços e impostos e na consequente deterioração das condições de vida, trabalhadores israelitas marcaram greves e manifestações de protesto. Desde já, os trabalhadores paralisaram na cidade industrial de Petah Tikva e no porto de Potash, no mar Morto, enquanto em Telavive os funcionários dos Correios entraram em greve de zelo...

Por outro lado, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um projecto de resolução condenando a política de colonização de Israel nos territórios árabes ocupados. Entre as sete abstenções registadas contava-se, como era de esperar, a dos Estados Unidos.

O repúdio da política conduzida por Begin que, de formas diferentes e por objectivos diversos se tem manifestado quer interna quer

externamente, não está entretanto a ser tomada em consideração pelo governo de Israel, que prossegue nas suas acções agressivas e provocatórias. Assim, o governo de Telavive prossegue na concretização do seu plano de estabelecimento de novos colonatos na zona ocupada na margem ocidental do Jordão: 7 ao todo. Apesar da condenação internacional. Apesar de este processo de colonização surgir como mais um entrave à solução do problema do Médio Oriente, que passa obrigatoriamente pela devolução dos territórios ocupados e a criação de uma pátria para o povo palestino.

Aliás, os esforços de Israel para sabotar a perspectiva de Genebra são uma constante da sua política: contestando, sob diversas formas, a presença de representantes da OLP, mesmo que não constituídos como delegação, preconizando a subdivisão dos trabalhos, para que o debate fundamental possa ficar excluído, ameaçando que um falhanço em Genebra levará em linha recta a uma nova guerra.

A guerra é na realidade a única perspectiva de Begin.

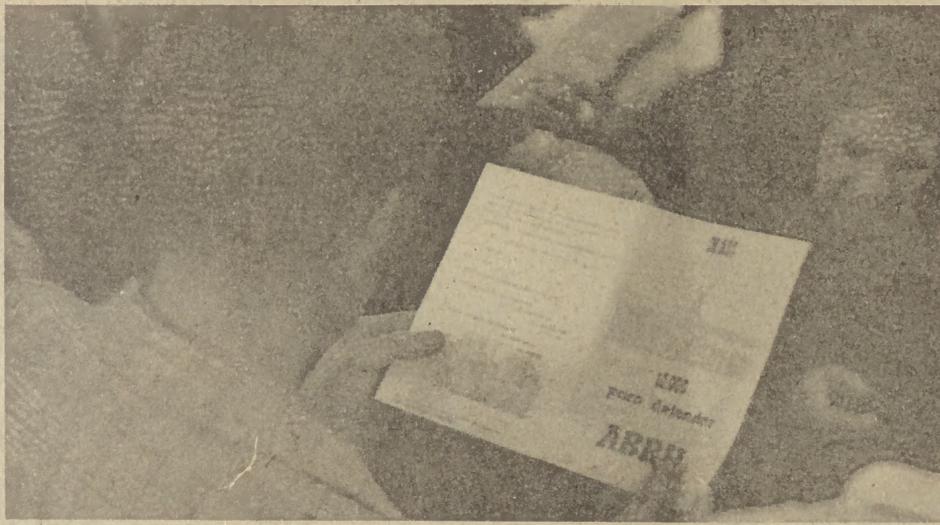
DIA DA CHECOSLOVÁQUIA

Um vasto e significativo programa de comemorações assinalou em toda a República Socialista da Checoslováquia o Dia da Independência: 28 de Outubro de 1918.

O povo checoslovaco comemorou ao mesmo tempo o Dia das Nacionalizações: 28 de Outubro de 1945. Foi a partir desta data que se iniciou, naquele país, o desenvolvimento socialista em todos os sectores da actividade económica.

Em Portugal, o «28 de Outubro» foi assinalado com uma sessão comemorativa promovida pela Associação de Amizade Portugal-Checoslováquia.

No decorrer da sessão foi estreado o filme «Nasceu uma nova época», que analisa importantes aspectos da História Mundial desde o fim do século XIX até ao mês de Novembro de 1917.



Um espectáculo itinerante na Campanha!

«NO CAMINHO DE ABRIL»

Aí está o espectáculo itinerante de que tínhamos falado! No Caminho de Abril se chama. E, de facto, este espectáculo, ao percorrer o país, ao levar a voz dos comunistas que lutam pela defesa das conquistas da revolução, a palavra e a música dos artistas que conosco cantam e conosco lutam, indicam a todos os que irão ver e ouvir um itinerário: o itinerário de Abril, o caminho da liberdade e da esperança.

Cantões e imagens da luta do povo por um Portugal melhor. Assim anunciam a sua intenção as camaradas que, de Norte a Sul, num trabalho que se adivinha de qualidade, num

esforço que se adivinha de pouco descanso, mas que eles farão com alegria. Trata-se de uma das muitas tarefas que a Campanha imaginou e organizou, trata-se de levar mais longe o apelo do PCP.

Trata-se de um espectáculo. De música, de canções, de imagens, de poemas. Um espectáculo que fala de muitas coisas, onde vão sobressair as vozes de Maria do Amparo, de Carlos Moniz e de Samuel.

De coisas alegres vos falaremos mas também de coisas tristes. Poderemos estar preocupados em alguns momentos. Mas devemos ter sempre grande confiança no futuro. Porque

o futuro está nas mãos dos homens e são os homens que constroem a sua vida. Estas algumas palavras que são ditas, que serão ouvidas, que indicam já o tom deste itinerário que recorda as lutas passadas, as lutas do presente, os caminhos do futuro.

É uma história, através das várias formas de arte que vão surgindo, daqueles que sempre deram o melhor de si próprios em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo. É uma história dos comunistas que chamam mais camaradas para reforçar as suas fileiras. Para defender Abril!

Um calendário, ainda que

sujeito a alterações, programa os espectáculos previstos para todo o mês de Novembro. Aqui damos as datas e os lugares por onde o caminho de Abril passará:

Oeste e Ribatejo: No dia 4, pelas 21 horas, no Tramagal; dia 5, 21 horas, em Leiria; dia 6, pelas 16 horas em Pombalinho; ainda dia 6, pelas 21 horas, em Almeirim.

Nas Beiras: No dia 7, pelas 21.30, em Vila Velha de Ródão; dia 8, pelas 21.30, em Alcains; dia 9, pelas 21.30, em Tortosendo; dia 10, 21.30 horas, em Manteigas; dia 11, pelas 21 horas, em Canas de Senhorim; dia 12, pelas 16 horas,

em Gouveia; e no dia 13, pelas 16 horas, em Avôes, Lamego.

No Norte: Dia 15, pelas 21 horas, na Maia; dia 16, pelas 21 horas em Ermezinde; dia 17, pelas 21 horas em Gondomar; dia 18, em Braga; dia 19, em Vila Real; dia 20, em Viana do Castelo; dia 21, em Vila do Conde.

No Algarve: Dia 23, pelas 21 horas, em Faro; dia 26, pelas 16 horas, em Silves; dia 26, 21 horas, em Albufeira; e dia 27, pelas 21 horas, em Aljezur ou Monchique.

No Alentejo: Dia 28, pelas 21 horas, em Pias; dia 29, em Mora; dia 30, em Campo Maior.



Samuel, Maria do Amparo e Carlos Moniz: um mês de espectáculos de Norte a Sul

INICIATIVAS

Sessões de esclarecimento, na região da DORL, Freguesia de **Barcarena:** No dia 4 de Novembro, em Leceia, na Colectividade Unidos, pelas 21 horas. No dia 5, em Barcarena, nos Bombeiros, pelas 21 horas. No dia 17, promovido pelo Sector Industrial de **Queluz de Baixo**, na Colectividade, pelas 18.30.

Na Freguesia de **Ceiras:** dia 4 do corrente, nos Bombeiros. No dia 11 em **Porto Salvo**. No dia 18 na **Lage** e em 25 de Novembro na **Vila Fria**.

Em **Vila Franca de Xira**, o camarada Francisco Miguel irá à Sociedade Euterpe Alhandrense, em Alhandra.

Entretanto, o Sector Público promove uma sessão no dia 19, com um camarada do Comité Central. O tema será "O Partido, Programa, Estatutos e funcionamento interno". No dia 10 de Dezembro haverá uma sessão com "slides" sobre a história do Partido.

No concelho de **Loures**, nos dias 5 e 6, próximo fim de semana, haverá festa na praça de **São Tomé, na Pontinha**. No sábado prevêem-se divertimentos, pelas 15 horas, com tómbolas e bancas. No Domingo, pelas 9 horas, venda de produtos da Reforma Agrária. Às 10 horas provas desportivas. Às 15, Canto Livre, com Júlia Babo, o Duo Tojal e o conjunto "A Luta Continua". Pelas 17 horas prevê-se uma intervenção política.

Concelho de **Cascais:** em **Alcabideche**, no dia 5 de Novembro, pelas 15 horas, passagem do documentário "Os Comunistas de Portugal", seguida de sessão de esclarecimento, na sala do Montepio. No dia 18, em **Murches**, na Sociedade, o mesmo documentário e sessão de esclarecimento, pelas 21.30 horas. No dia 19 o mesmo programa em **Cobre, Cascais**.

Na região da **DOROR**, Santarém: No dia 4 de Novembro, festa convívio no **Tramagal**. Ainda no mesmo dia, em **São Cristóvão**, **Caldas da Rainha**, distrito de Leiria, uma sessão de esclarecimento. No dia 6, na Sociedade Columbófila das **Caldas da Rainha**, almoço-convívio. No dia 12, uma sessão de esclarecimento no **Bombarral**.

Relembramos entretanto que o próximo dia 5 de Novembro, conforme tínhamos anunciado, é dia de festa em **Leiria**. Estará presente o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC que participará num comício. Outras actividades se prevêem, no Pavilhão da Feira, com bancas, Canto Livre e baile.

Na região da **DORS**, A UJC promove, em **Santo António de Palhais, Barreiro**, sessões de teatro e Canto Livre e duas intervenções políticas para o próximo fim de semana.

Ainda no **Barreiro** anunciam-se as seguintes sessões de esclarecimento: Dia 19 de Novembro, pelas 16.30 horas, no **Leças**, sessão dedicada especialmente a mulheres; no mesmo dia, pelas 21.30, sessão no **Paivense**; dia 25, pelas 21.30, em **Palhais**; dia 26, à mesma hora, em **Santo António da Charneca**; ainda no dia 26, também às 21.30, nos "Vermelhos", **Bairro das Palmeiras**; no dia 9 de Dezembro, pelas 21.30, na freguesia de **Palhais**, sessão especialmente dedicada a pequenos agricultores; no mesmo dia, pelas 21.30, sessão na **SFAL**, **Lavradio**, e finalmente no dia 10 de Dezembro, sessão nos "Penicheiros".

No distrito de **Évora** prevêem-se várias sessões e iniciativas diversas em **Portel**, **Amieira**, **São Romão**, **Arcos**, **Otada**, **Rio de Moinhos**, **Alandroal**, **Pardais**, **Bencatel**, **Bairros de Évora**, etc.

Finalmente anunciamos um almoço-convívio. É no dia 6 de Novembro, no Centro de Trabalho da **Damaia**. Todos os camaradas e simpatizantes que quiserem inscrever-se para esta iniciativa, da Campanha, saberão que o preço por pessoa é de 95 escudos e que as crianças até 7 anos não pagam e, ainda, que as de 7 aos 12 pagam apenas metade.

No próximo sábado, orientada pelo camarada Oscar Lopes, membro do Comité Central, realiza-se, pelas 21.30 horas, uma sessão de esclarecimento, nas instalações da **Cooperativa de Ramalde**, no Porto.

O camarada **Ángelo Velloso** usará da palavra no decorrer de um comício, em **Matosinhos**, nas instalações do Liceu, junto do Tribunal, no próximo dia 12 do corrente, pelas 21.30 horas.

Na Organização Regional do Norte JÁ FOI ULTRAPASSADA A META A DOIS MESES DO FIM DA CAMPANHA

No dia 31 de Outubro, ascendeu a 1877 o número de novos militantes inscritos na Organização Regional do Norte, o que significa que, a dois meses do termo da campanha "Promoção das Conquistas de Abril", já foi ultrapassada a meta fixada para aquele sector. Só no último mês, aderiram ao Partido 1137 novos camaradas.

Trata-se, sem dúvida alguma, de um extraordinário sucesso do Partido e de toda a organização dos cinco distritos do Norte do País. O êxito alcançado confirma insofismavelmente que, não obstante as enormes dificuldades que os comunistas têm de superar em inúmeras zonas, onde ainda existem sérias limitações às liberdades, o Partido amplia a sua influência, alarga a sua organização e reforça-se, aparecendo como o único partido que defende consequentemente os interesses dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores e de todas as camadas laboriosas.

NOVOS CAMARADAS ESCRIVEM AO «AVANTE!»

Continuamos a receber cartas de novos militantes. O êxito da Campanha, que chega a inúmeras localidades, a inúmeras empresas, a numerosos amigos e democratas, através da organização e das iniciativas, através da militância individual e dos contactos que cada membro do partido promove, o êxito da Campanha traduz-se na inscrição de novos camaradas. E alguns deles querem dar, com a sua palavra escrita e publicada no "Avante!" o testemunho do caminho que fizeram até se tornarem membros do Partido, as razões que os levaram a aderir ao PCP, que se tornou para eles não apenas o Partido que defende os seus interesses de classe, mas a organização de que fazem parte, reforçando a luta.

Assim, uma camarada que viu História e hoje vem lutar conosco, escreve:

Nasci em Beiram, em 1891. Conheci a primeira República.

Vivi os dolorosos 48 anos de salazarismo que não me deixou conhecer de perto a humanidade e assisti à gloriosa data histórica, o 25 de Abril.

Hoje conto 86 anos. O meu maior desejo de sempre foi ser membro de um partido que defendesse e ajudasse a classe mais desfavorecida deste país, os trabalhadores.

Encontrando hoje esse partido, o PCP, ao qual aderi

NAS BEIRAS JÁ ESTÁ!

As Beiras ultrapassaram a meta! Anuncia a DORB que 733 novos militantes se inscreveram, passando assim o número proposto, que era de 700. Salientam os camaradas que os distritos onde, em números absolutos, se verificaram mais adesões foram os de **Alveiro** e **Castelo Branco**.

apelo à intensificação do trabalho em torno da promoção, durante a assembleia concelha de **Vieira do Minho**, um dos convidados presentes, pediu autorização à Mesa para usar da palavra. Aquele camponês em palavras simples e determinadas anunciou que

queria ali mesmo inscrever-se no Partido. Momentos decorridos, mais seis camponeses que assistiam aos trabalhos como convidados decidiram adoptar a mesma posição. A assembleia votou imediatamente a sua admissão e a partir dessa altura era aumentado o número de delegados presentes, uma vez que lhes foi concedido o direito de tomar parte activa na reunião.

Outros aspectos há a realçar, designadamente no que respeita ao alargamento da nossa organização. Em Vila Nova de Cerveira, numa empresa onde não havia comunistas organizados, depois de a campanha ter começado, funciona uma célula integrada por camaradas inscritos recentemente. Na zona de **Santo Tirso**, onde se tem verificado um significativo sucesso, a promoção possibilitou um melhor funcionamento das células das três empresas têxteis: "Baiona", "Hortas" e "Fiateco".

A CAMPANHA EM MARCHA!

A «Promoção das Conquistas de Abril» vai encontrando nas organizações o empenhamento com que os militantes a fazem avançar. Em todo o país. E assim, a região por região, sector por sector, vamos recebendo notícias.

Na Il Zona, em Lisboa, a Freguesia da Ajuda, a Empresa Redes de Pesca e Arlúquido, já atingiram as suas metas.

Entretanto, nos Bancários foram formadas as Comissões dos Primeiros Contactos e a Comissão de Promoção, que inclui camaradas da Organização da Frente Sindical e da Informação e Propaganda.

ACTIVIDADES NA VI ZONA

Na VI Zona formou-se uma Comissão em que participam 6 camaradas. Reuniões alargadas a simpatizantes e reuniões com novos militantes têm sido levadas a efeito, enquanto continuam as iniciativas que alargam o âmbito da Campanha. Bancas de rua com materiais de propaganda, por exemplo. Na última semana foram levadas a efeito bancas no Mercado das Galinheiras, no Mercado do Lumiar e na Praça de Alvalade — Profabril.

No Lumiar, no sábado passado, realizou-se uma sessão de convívio que teve lugar no Centro de Trabalho. Cerca de meia centena de novos militantes participaram no convívio que terminou com a passagem de «slides» alusivos à Festa do «Avante!» e ao 60.º aniversário da Revolução de Outubro. Depois de uma intervenção política sobre a história do Partido e depois do debate que seguiu, procedeu-se à entrega dos cartões aos novos camaradas das freguesias de Alvalade, Amelxoeira, Charneca, Campo Grande, São João de Brito e Lumiar, que constituem a VI Zona do Comité Local de Lisboa.

UMA INAUGURAÇÃO

Festa em São Sebastião da Giesteira. Festa popular que decorreu nos dias 15 e 16 de Outubro e que teve com fulcro a inauguração do Centro de Trabalho do Partido naquela freguesia alentejana. Esta iniciativa, que veio reforçar a organização local, inseriu-se na Campanha, tendo-se registado 12 inscrições durante a festa, pelo que já se ultrapassou a meta prevista. Num curto espaço de dois meses, conforme escreve o nosso correspondente, a pequena organização existente fortaleceu-se e alargou-se.

Na inauguração esteve presente o camarada António Gervásio, da Comissão Política do Comité Central, que participou no comício da tarde de domingo. Depois da intervenção política e da inauguração do Centro houve Canto Livre e baile popular.

Entretanto, do Algarve, anuncia a DORAL que no sábado passado, em Loulé, se realizou uma sessão de esclarecimento com participação do camarada Vítor Neto. Mais de uma centena de pessoas estiveram presentes e houve uma boa participação na sessão. No final verificaram-se inscrições, tendo ainda alguns dos presentes levado fichas consigo.

LEIRIA, 35 POR CENTO DA META!

Trinta e cinco por cento da meta, é o que os camaradas de Leiria anunciam ter já obtido em novas adesões. Continuam os contactos nos locais de trabalho e, nas zonas industriais da periferia da cidade, foram largamente distribuídos os comunicados da Campanha. Vão ser colocados várias tarjetas, na cidade, apelando à adesão do PCP.

Ainda em Leiria, realizou-se no passado dia 22 de Outubro, um plenário com elevada participação de camaradas do sector químico. Com vista a melhorar o trabalho organizativo daquele sector, o plenário debruçou-se também sobre a «Promoção». Os trabalhos foram orientados pelo camarada Manuel Gregório, da Comissão Concelhia, tendo no final o camarada Francisco Lancinha, do Comité Central, feito uma intervenção sobre a situação política.

CONVÍVIO EM PENICHE

Em Peniche, a noite de 23 de Outubro foi de convívio para todos os que assistiram à sessão que teve lugar naquela localidade. Esta confraternização, que contou com a presença do camarada Manuel Pedro, do CC, dividiu-se em duas partes. A primeira foi preenchida pela intervenção do camarada do Comité Central e por outras, de camaradas da Comissão Concelhia e ainda da de uma nova militante que falou em nome dos recém vindos ao Partido.

A segunda parte consistiu de uma animada noite de fados, com a colaboração de camaradas fadistas e guitarristas, vindos expressamente de Lisboa.

Todo este encontro reflectiu a alegria dos militantes e amigos que viram já ultrapassada, em Peniche, a meta proposta, que era de 80 novas inscrições. Durante a própria sessão registaram-se adesões e a última informação recolhida da organização local permite anunciar que a meta foi ultrapassada já em 50 por cento! E o entusiasmo da Campanha continua!

MUITAS SESSÕES EM ÉVORA

O Distrito de Évora continua a registar muitas adesões e muitas iniciativas. No Sabugueiro realizou-se uma sessão de esclarecimento. Inscreveram-se 20 novos camaradas. Durante a tarde, na Reunião do Comité Local os camaradas duvidavam ainda da possibilidade do recrutamento. No entanto, antes mesmo de a sessão ter início, havia já inscrições.

Adesões ao Partido têm-se verificado em várias sessões de esclarecimento realizadas, como por exemplo em Santa Susana, em Santa Sofia, no Freixo, em Alcáçovas, em Viana do Alentejo e em Silveiras. Numa sessão que teve lugar em Santiago do Escoural, no passado dia 30 de Outubro, e a que assistiram 400 pessoas, registaram-se 30 novas inscrições, na maioria de mulheres.

VILA FRANCA EM FESTA

Uma grande festa, no âmbito da Campanha, foi a que teve lugar pelas 21 horas do dia 29 de Outubro, na Casa do Povo de Vila Franca de Xira.

O camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central falou para uma assistência de 200 pessoas. O tema foi a história do Partido e a Campanha «Promoção das Conquistas de Abril».

Em seguida actuaram o grupo folclórico da Pedra Furada, de Vila Franca de Xira, o Grupo Coral de Alentejanos, do Bom Sucesso, o grupo musical «Comunistas de Sacavém» e Duo Tojal.

Grande participação e calor por parte da assistência. Preencheram fichas de inscrição 23 novos camaradas.

SIMPATIZANTES VÃO ÀS REUNIÕES

Ainda na Região de Lisboa: no passado dia 15 de Outubro, houve comício no CT dos Bancários, organizado pelas células do BNU e do Totta & Açores. Entretanto os camaradas da empresa MESSA, em Algueirão, já ultrapassaram a meta e continuam para a frente. Nos conselhos do Sobral e Mafra realizaram-se reuniões com cerca de 60 presenças. Em São João dos Montes, Vila Franca de Xira, num porta a porta, com distribuição prévia de folhetos, obteve-se a inscrição de mais 19 camaradas. Na OTIS, Vila Franca, promoveu-se uma reunião com a presença de 15 simpatizantes. No dia 29 o sector público promoveu uma reunião com simpatizantes. O organismo dos Transportes, por seu lado registou já 200 presenças na dezena de reuniões com simpatizantes. O Comité local, por seu lado, promoveu reuniões em que se verificaram inscrições. Foram elas no Baptista Russo, na Assembleia da Organização de Santos e na Assembleia da Organização dos Escritórios.

VÁRIAS FORMAS DE PROPAGANDA

Comunicados, desdobráveis, tarjetas, variadíssimas formas de propaganda difundindo os objetivos da Campanha, chegam-nos à redacção. Uma edição do Sector dos Transportes da DORL, que contém uma banda desenhada e vários pequenos artigos, faz um curto balanço da actividade e anuncia já, até 15 de Outubro, a inscrição de 112 novos militantes. Por seu lado, a célula da Rádio Marconi diz, num comunicado: «A nossa célula, através de todos os nossos camaradas, está disponível para todos os esclarecimentos, sendo as nossas reuniões de núcleo e de célula alargadas durante este período aos trabalhadores que estiverem interessados em conhecerem como reunimos, como discutimos, quem somos».

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E A CAMPANHA

No Outeiro de Polima, São Domingos de Rana, no dia 29, uma sessão de esclarecimento contou com a presença de 50 pessoas. Foram 8 as inscrições que ali se verificaram, enquanto muitos outros participantes pediram também fichas. Na Parede, na Sociedade do Murtal, houve 3 dias de sessões sobre a Revolução de Outubro e a Campanha: no dia 28 uma exposição fotográfica sobre a URSS; no dia 29, filmes, a que assistiram 200 pessoas; no dia 30, uma sessão dedicada às crianças, com teatro. Participaram numerosos pais.

UM SEM NÚMERO DE ACTIVIDADES

Da DORS, entretanto, é variada a documentação que recebemos, o que atesta que um sem número de actividades, nos vários concelhos, é promovida no âmbito da Campanha. Em Almada, houve projecção de um filme no refeitório da SRN, no dia 25. No dia 20, a projecção de um filme e uma sessão de esclarecimento foi promovida pela Comissão Concelhia. E, no dia 26, também foi projectado um filme, com sessão de esclarecimento, na Sociedade União Pragarense.

Em Setúbal houve, conforme anunciado, a sessão de esclarecimento no bairro do Viso, com a presença dos camaradas Francisco Lobo e Moreira. Deste comício, que publica regularmente uma folha com o balanço da Campanha, sabe-se que, por exemplo, a célula da firma Luís Romão conseguiu já 300 por cento da sua meta! E que o concelho atingiu no conjunto 71 por cento, até 22 de Outubro, da meta proposta.

ACOMPANHAR O ANDAMENTO DA CAMPANHA

Ainda na região de Setúbal, o Barreiro, que promove as suas reuniões no Partido com um ponto obrigatório, além da situação política, dedicado à Campanha, acompanha regularmente as actividades deste em todos os organismos. Mais de 52 por cento das metas estão atingidas em 21 de Outubro. Das sessões que se desenrolam neste concelho, salientamos a que a UJC, em colaboração com o Partido, promoveu em 28 de Outubro passado, com a participação da camarada Alda Nogueira, do CC, e a presença de mais de 60 pessoas. Registaram-se 12 adesões de jovens.

Palma anuncia que chegou, em 26 de Outubro a 60 por cento da sua meta. E Sines, por seu lado, levou a efeito uma sessão de esclarecimento em que participou o camarada Blaquê Teixeira, no passado dia 25, no Salão do Povo.

José Saraiva
Alparça